



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

JULLY CAROLINE SANTOS NASCIMENTO

INTENCIONALIDADES, ASPIRAÇÕES E VIVÊNCIAS DA
LEITURA JUVENIL: AS ATITUDES DOS ALUNOS DO COLÉGIO
DOM LUCIANO PERANTE O ATO DE LER.

SÃO CRISTÓVÃO-SE

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

JULLY CAROLINE SANTOS NASCIMENTO
INTENCIONALIDADES, ASPIRAÇÕES E VIVÊNCIAS DA
LEITURA JUVENIL: AS ATITUDES DOS ALUNOS DO COLÉGIO
DOM LUCIANO PERANTE O ATO DE LER.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito final para a obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Ivan
Fontes Barbosa

SÃO CRISTÓVÃO-SE

2022

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

N244i

Nascimento, Jully Caroline Santos

Intencionalidades, aspirações e vivências da leitura juvenil : as atitudes dos alunos do Colégio Dom Luciano perante o ato de ler / Jully Caroline Santos Nascimento ; orientador Ivan Fontes Barbosa. – São Cristóvão, SE, 2022.

Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2022.

1. Sociologia educacional. 2. Leitura. 3. Livros e leitura – Aracaju (SE). 4. Estudantes – Livros e leitura. 5. Educação. 6. Centro de Excelência Dom Luciano José Cabral Duarte. I. Barbosa, Ivan Fontes, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

JULLY CAROLINE SANTOS NASCIMENTO

**ASPIRAÇÕES DA LEITURA JUVENIL: AS ATITUDES DOS
ALUNOS DO COLÉGIO DOM LUCIANO PERANTE O ATO DE
LER.**

Dissertação de mestrado
apresentada ao Programa de Pós-
graduação em Sociologia da
Universidade Federal de Sergipe
(UFS), como requisito para
obtenção do título de Mestra em
Sociologia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ivan Fontes Barbosa (UFS)

Prof. Dr. Marco Aurélio Dias de Souza (UFS)

Prof. Dra. Ana Maria Azevedo (UFS)

SÃO CRISTÓVÃO-SE

2022

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela força e afeição dada a mim todos os dias, sem cessar, obrigada.

À Virgem Maria por sua poderosa intercessão nos momentos difíceis e também alegres.

Agradeço a minha Mãe pelo suporte, exemplo e incentivo desde sempre. Por não deixar eu esmorecer nos estudos, mesmo quando não via perspectiva de continuar pelas dificuldades que encontrei durante esse caminho. Obrigada por me inspirar novas ideias e escrever ao meu lado esta dissertação.

Ao meu pai e meu irmão pelo suporte oferecido.

Ao professor Dr. Ivan Fontes Barbosa por me orientar a fazer um trabalho cada vez melhor e significativo.

“A educação faz sentido porque as mulheres e homens aprendem que através da aprendizagem podem fazerem-se e refazerem-se, porque mulheres e homens são capazes de assumirem a responsabilidade sobre si mesmos como seres capazes de conhecerem”.

(Paulo Freire)

RESUMO

A leitura é o tema central desta dissertação que teve por objetivo analisar as intencionalidades, aspirações e vivências de leitura dos alunos do Colégio Dom Luciano. Para compreender o que de fato os alunos do Centro de Excelência leem e gostam de ler, a escuta e análise sociológicas forneceram diagnósticos substanciais nesta pesquisa. Através dos estudos da sociologia da educação e da leitura foi disponibilizado o suporte teórico-investigativo necessário para elucidar a relação implicate entre família, escola e educação. Fatores como *habitus*, classe social, códigos linguísticos, disposições individuais e relações singulares com o saber são as fontes principais de debate neste trabalho. A metodologia da pesquisa foi operada por meio de observação de campo, entrevistas e questionários de forma online presencial e virtual com os alunos, professores e pais. Aliás, a família é um dos pontos centrais da discussão, na medida em que a relação dos jovens com a leitura está diretamente ligada ao seu vínculo familiar o qual é responsável pela primeira socialização desde a infância. Neste caso em particular, a presença dos pais, na maioria das vezes, se mostrou improvidente com a prática de leitura dos filhos, intencionalmente ou não. Não obstante, existem exceções de famílias que favorecem a assiduidade de leitura na vida dos filhos mesmo com limitações sociais e financeiras. A escola, por conseguinte, dá continuidade das experiências familiares com a leitura, assim como imerge o aluno dentro de um sistema parcial de classes sociais. Além disso, as novas tecnologias da informação agregadas à indústria cultural preponderam entre as leituras recreativas desses jovens do ensino médio e modificam o contato desse público com a escrita, de acordo com o diagnóstico consolidado.

PALAVRAS-CHAVE: Escola; Família; Jovem; Leitura; Sociologia da Educação.

ABSTRACT

The Reading is the central subject of this dissertation that the purpose was analyze the students'intentionalities, aspirations and livingness of reading from Dom Luciano School. To understand what in fact the Centre of Excellence's students read and like to read, the sociological listening and analyse elucidating substantial diagnose in this research. Through of Sociology of Education' studies was available the theoretical-investigative support necessary to explain the relation among Family, school and social setting. Factors such as habitus, social class, linguistic codes, individual provisions, western civilization and singular relationships with the knowledge are the main sources of debate in this work. The methodology of research is based in observation field, interviews and surveys face-to-face and virtually with the students, teachers and parents.

Indeed, the family is a one of central points of discussion, as far as the relationship of teenagers with the reading is directly linked to their family tie which is responsible for the first socialization since childhood. In this particular case, the parents'presence in this reality has shown itself improvident in the children's reading practice, intencionally or not. Nevertheless, there are exceptional families which promote the reading in the children'lives even with social and financial limitations. The school, hence, provides continuation of familiar experiences with the reading as well as immerse the student into a partial and social classes system. Moreover, the new information technologies aggregated at cultural industry predominate among the recreation reading of these high school's students according to the consolidates diagnosis.

KEYWORDS: Family; High School; Reading; Sociology of Education; Young.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
Objetivos de Pesquisa	13
Metodologia e Procedimentos de Pesquisa	14
Estrutura do texto	17
CAPÍTULO 1: A Função da Escrita e o Desenvolvimento da Leitura na Sociedade	17
A Prática de Ler sob à Ótica da Sociologia	19
Linguagem, Leitura e Escrita na Escola	21
O Alfa da Leitura na Era Digital	25
A Leitura do Homem Social	28
A Leitura no Dia a Dia	35
As Convenções Sociais da Leitura	37
O Surgimento da Escola e sua Importância para a Elaboração da Escrita	38
CAPÍTULO 2: A Leitura e a	40

Educação

Contribuições Sociológicas para a Tríade Escola-Educação-Sociedade	44
A Questão do <i>Habitus</i> e a Escola da Reprodução Social por Pierre Bourdieu	45
Os Patrimônios Individuais de Disposições Segundo Bernard Lahire	46
A Tese dos Códigos de Linguagem de Basil Bernstein	47
Charlot e a Relação do Sujeito Com o Saber	47
Nobert Elias e sua tese da Civilização Ocidental	49
Percurso da Pesquisa Sociológica da Educação no Brasil	50
Sociologia da Leitura	54
Sociologia da Leitura na Contemporaneidade	56
Família, Escola e Meio Social	58

Percursos Individuais	60
A Cultura Escrita e a Vida das Disposições	62
Os Desígnios da Leitura na Sociedade Contemporânea	65
Formação do Leitor na Atualidade	68
CAPÍTULO 3: O Colégio Dom Luciano	70
A Realidade de Leitura dos Alunos do Colégio	70
A Pesquisa das Práticas de Leitura dos Alunos do Colégio Dom Luciano	74
A Experiência em Sala de Aula dos Professores	75
Pais, Os Primeiros Formadores dos Alunos	76
As Referências de Leitura e o Relato dos Alunos	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102

INTRODUÇÃO

Na Sociologia da Educação, a relação entre o jovem e a cultura escrita sempre tomou relevância nos problemas de pesquisas. Essa ligação paradoxal gera indagações sobre o discurso do dom e os efeitos causados nas práticas escolares. Dentro da escola, o jovem, principalmente o de classe popular, muitas vezes se depara com um acervo de escrita divergente do seu contexto real de vida. Sabe-se que com isso os adolescentes trazem consigo uma bagagem cultural marcada pela transmissão da família e precisam ver significado em suas ações para desenvolvê-las bem no ambiente onde estão inseridos. Do contrário, quando na escola o estudante encontra padrões de textos que não são conhecidos por ele, enquanto que as suas próprias referências são menosprezadas, o desinteresse pela leitura é a consequência mais provável desse desencontro. Nesse caso, os responsáveis pelo gosto ou desatenção à leitura dos alunos, a princípio, é o ciclo parental por ser o cerne de socialização do indivíduo desde a infância, e a escola por ser uma instituição onde os indivíduos aprendem a ler, escrever e ter domínio de diversos textos sociais, além de atender à sociedade capitalista, que assume as requisições das classes dominantes. No entanto, também é verídica a atuação do coletivo na camada individual que suscita o sucesso escolar tão quanto a escala cultural das famílias sobre as atitudes dos alunos sobre o entendimento do ato de ler.

Diante desse panorama, compete a esse estudo o questionamento sobre as concepções e vivências de leitura dos alunos do colégio Dom Luciano. Efetivamente, entender os porquês, para quês e como acontece a leitura desses sujeitos na contemporaneidade implica investigar as leituras escolares e digitais que preponderam no cotidiano dos jovens. Dessa forma, a leitura e a escrita estão presentes de forma articulada a todo momento nas ações sociais ordinárias e mais sofisticadas. Uma depende estritamente do desenvolvimento da outra.

Desde os primórdios da civilização, o homem viu a necessidade de registrar seus feitos e transferi-los para outras gerações. A escrita era planejada e se voltava à cultura do povo e à produção intelectual, coesa e bem organizada. Compreende-se então que a língua escrita foi e continua sendo prestigiada nas sociedades a fim de produzir e interpretar a manifestação linguística dos textos.

Logo, a função social da escrita e da leitura testemunha o seguimento dos povos e forma sujeitos que sejam capazes de fazer o uso competente da linguagem, reconhecendo-a em sua diversidade linguística. Com isso, a escrita é utilizada como forma de argumentar bem

essa linguagem com autonomia sobre ela. A escrita propicia não somente a grafia mecânica de tarefas, mas desenvolve a criticidade no sentido de emitir nosso ponto de vista e defender ideias com reflexão. Falar, comentar e debater na escrita são formas de expressão e de uso do sistema de comunicação.

Sabe-se que quanto mais um indivíduo possui a oportunidade de vivência significativa com a escrita e com a leitura e que quanto mais este se envolve em atividades onde tenha que pensar sobre a escrita como objeto social de conhecimento, fruto de um processo histórico, onde ele seja levado a criar, pensar, ler e escrever textos que realmente circulem no contexto social letrado, maior será o seu desempenho e sucesso como leitor e escritor (TEIXEIRA & MELLO, 2020, p.9).

Nesse contexto em específico, se faz destaque como a leitura é transmitida e motivada entre os alunos do ensino médio, cujo conteúdo faz a condução intelectual e oportuniza a colocação do sujeito no mundo.

A origem social, a cultura, o posicionamento político, moral e estético são aspectos que fundamentam as práticas de leitura conjunta e individual dos estudantes, sendo que a leitura é um exercício cultural que está ligado diretamente à prática de instrução. Todos os alunos buscam informação de vários âmbitos a fim de se atualizarem e se inserirem em grupos. Nesse seguimento, a escola tem o encargo de sistematizar o ensino da leitura e da escrita através da reprodução de estruturas sociais dominantes. Entretanto, os alunos tendem a ser julgados e distinguidos pela quantidade e qualidade do conhecimento letrado que já trazem de casa, além das várias heranças de classe social e de cultura que lhe são atribuídas.

Mas não poderíamos adquirir uma linguagem sem adquirir ao mesmo tempo uma relação com a linguagem: em matéria de cultura, a maneira de adquirir se perpetua no que é adquirido sob a forma de uma certa maneira de usar essa aquisição, o modo de aquisição exprimindo ele mesmo as relações objetivas entre as características sociais daquele que adquiriu e a qualidade social do que é adquirido. [...] Por conseguinte, ao mesmo tempo na distância do domínio prático da linguagem transmitida pela primeira educação para o domínio simbólico pela escola e nas condições sociais da aquisição mais ou menos completa desse domínio verbal que reside o princípio das variações da relação com a linguagem escolar, relação reverencial ou liberta, tensa ou descontraída, afetada ou familiar, enfática ou natural, ostensiva ou comedida (BOURDIEU & PASSERON, 2014, p. 129).

Dessa maneira, os sujeitos incorporam os valores e as normas sociais do meio em que vivem mediante a aquisição da linguagem, dado que esta e os códigos simbólicos são o alicerce para a edificação da vida pública.

Por isso é considerável analisar a formação do leitor a partir de diferentes “tipos” e expressões de leitura por meio das interações do indivíduo em contextos heterogêneos, tendo

nos extremos possíveis a leitura como constructo da prática social que ecoa pelas esferas de classes, grupos divergentes e trajetórias individuais. As considerações para conhecer as práticas de leitura giram em torno da figura do jovem entre anseios, suporte para a leitura, estruturas e círculos de pessoas com quem convive. O círculo social juvenil se faz presente na família, na escola (no caso, de ensino médio em instituição pública), no grupo de amigos, dentre outros meios que são em sua maioria de classes populares.

Sabe-se, aliás, que o ensino médio na história da educação brasileira captou esse público de modo ainda recente e que o mesmo sistema segue o raciocínio mercadológico. Por isso, a investigação vincula também as relações desse alunado com a leitura pelo sistema escolar como também pelos gostos particulares e contemporâneos desenvolvidos nesse percurso.

Ao agregar todos esses aspectos, a relevância científica e social desse estudo é contribuir para o desenvolvimento à pesquisa da leitura e o debate dessa prática, uma vez que são escassos trabalhos acadêmicos voltados para o objeto sociológico da leitura no Brasil, e menos ainda os que remetem ao jovem. Muito embora, o ato de ler seja tão trivial e indispensável no cotidiano da maior parte das pessoas. Como ex-aluna do colégio Dom Luciano e atualmente pesquisadora, pude captar de modo mais entranhado as experiências e sentidos dos indivíduos que hoje se encontram como alunos da instituição. E o mais expressivo nessa conjuntura é que ano após ano os comportamentos dos atores da escola continuam muito análogos. As aspirações dos alunos, as dificuldades, rebeldias, comportamentos dos pais com os filhos e o funcionamento da escola continuam a elaborar as mesmas situações. A ideia de obrigação para passar de ano é dominante entre os alunos e a presença dos pais na instituição escolar é praticamente inexistente, entretanto as percepções do valor da leitura por uma camada de pais e alunos transmutam a trajetória individual da vida acadêmica. Outro aspecto é que o então colégio, hoje nomeado Centro de Excelência, é considerado um dos melhores colégios públicos de ensino médio de Aracaju. Porque por ser conhecido, há uma vontade de muitos pais em pôr os filhos na instituição e mesmo dos adolescentes em estudar nesse ambiente. Todavia, grande parte dos alunos ingressantes vindos de escolas de bairro, a princípio, sente dificuldade com o ritmo e os tipos de conteúdos trabalhados nas disciplinas. Inclusive, pude observar enquanto aluna que muitos colegas tinham problemas para abstrair certos assuntos, principalmente em matemática. Por outro lado, alguns oriundos de colégio particular também tinham um desempenho melhor nas atividades escolares e, conseqüentemente, nas notas.

Particularmente, desde criança fui incentivada a ler livros infantis e tantos outros escritos que via nas ruas. Nunca me foi negado por minha mãe essa prática, embora em sua trajetória não tenha sido oportunizado a leitura. Ainda assim, ciente da significância dessa atividade, minha mãe me alfabetizou, contava histórias para mim e meu irmão e proporcionava momentos culturais de enriquecimento para nosso aprendizado.

Por ter essa base familiar, pude ter experiências marcantes com a leitura e a escrita. Fui escolhida como oradora na formatura do ABC, ganhei livros de literatura na escola pública por dedicação a disciplina que tanto gosto, fiz minha primeira graduação em Pedagogia e concluo aqui o mestrado em Sociologia, inconcebível para mim há alguns anos atrás. Obviamente, todo esse processo estudantil é percorrido por altos e baixos e que precisa prosseguir e melhorar.

Sendo assim, a fim de revelar a realidade de leituras dos jovens na escola e fora dela, a pesquisa enfatiza os fatores que interferem a formação do indivíduo leitor como a família, a escola, a origem social, o sistema econômico e as escolhas individuais. Portanto, o processo pedagógico acontece concomitantemente a essas vias transmitindo seus ideais e ratificando a leitura. Nesse sentido, o sujeito poderá fazer escolhas conscientes ou não de qual caminho seguir na academia, ou mesmo superficializar o ato de ler somente por cumprimento de tarefas escolares ou entretenimento. Inclusive, a escolha pela análise no ensino médio se apoia na compreensão de que é nessa fase da vida que o sujeito adquire parte significativa dos capitais que definirão sua posição na estrutura social de posições relativas (campo) (BOURDIEU, 1989). Além disso, no que se refere a tendências ao tempo dedicado à leitura e do desenvolvimento da criticidade, leva-se em conta que no ensino médio a necessidade da leitura é maior pelas disciplinas e carga horária e a formação de caráter estão quase firmadas no progresso cronológico.

Quanto ao meio familiar, para Bourdieu (1982) cada cidadão é reconhecido pela sua bagagem social herdada pela família ou responsável. Tal bagagem inclui em primeira ordem o capital econômico em termos de bens e serviços disponíveis, enquanto que o capital social é aqui compreendido como o complexo de relacionamentos sociais conveniados com a família. E, por fim, o capital cultural é a conquista de títulos e diplomas acadêmicos por meio do domínio da língua culta, assim como outros saberes fora do sistema escolar (em termos de arte, lazer, vestimenta, prática de esportes, acessos a determinados livros, etc.) que, sobretudo, tem maior impacto nas atividades escolares.

Mediante a diferenciação de capitais e *ethos* que regulam em proporção determinante as condutas dentro da escola e os comportamentos perante à escola, é evidente a distinção de

infantes de classes sociais desiguais. Nesse contexto, fica claro que o sistema escolar não é justo, pois apregoa princípios democráticos, contudo resguarda privilégios ao invés de garantir oportunidades de educação para todos.

Assim como as relações dentro da família que acarretam uma gama de sentimentos, de afetos, de interesses e afinidade, guiadas pela autoridade dos pais por cuidar e educar a prole de modo integral. Com isso, o exercício da leitura dos jovens alimenta sempre as disposições pessoais. Quando não acontece essa vivência, a limitação educacional se estende a outros âmbitos. Portanto, é no espaço parental que ocorre o início da formação intelectual e de conscientização, posteriormente a socialização secundária, a exemplo da instituição escolar, contribui para instrução do indivíduo.

O Estado, por conseguinte, é responsável juntamente com a família pela educação básica e pública do Brasil. Entretanto, o mesmo Estado, garantido por sua estrutura centrada na designação dos representantes em categorias de poder, faz a prática da política de luta de classes muitas vezes apenas em benefício da ideologia dominante. Desse modo, o processo estatal segue uma espécie de divisão de trabalho quando o papel do aparelho de Estado consiste essencialmente, enquanto aparelho repressivo, em assegurar pela força as condições políticas da reprodução das relações de produção que são em última análise relações de exploração.

Porquanto, quando os indivíduos têm acesso a um capital cultural mais qualificado detêm esses de conteúdos e códigos intelectuais, disciplinares e de linguagem que os auxiliam no avanço de conhecimentos tidos como “legítimos”. Na balança social, entre as famílias menos favorecidas há uma sensação de despreensão ou mesmo indiferença na supervisão dos elementos pedagógicos propostos na aprendizagem dos filhos. Isso porque não se vislumbra alcançar maiores êxitos e conquistas além do visível, uma vez que aquelas famílias são pressionadas pela necessidade material de modo iminente. “Tendem, assim, a encarar a ascensão social menos como acesso a altas posições sociais e mais como possibilidade de evitar postos instáveis e degradantes, que não garantem uma vida com dignidade”. (NOGUEIRA, 2009, p.60). Enquanto que nas famílias abastadas o capital cultural e financeiro é a estrutura e perspectiva da continuação do cenário dominante. Todavia, é necessário destacar que:

Da mesma forma que os jovens das camadas superiores se distinguem por diferenças que podem estar ligadas a diferenças de condição social, também os filhos das classes populares que chegam até o ensino superior parecem pertencer a

famílias que diferem da média de sua categoria, tanto por seu nível cultural global como por seu tamanho. [...] As mesmas condições objetivas que definem as atitudes dos pais e dominam as escolhas importantes da carreira escolar regem também a atitude das crianças diante dessas mesmas escolhas e, consequentemente, toda sua atitude com relação à escola (BOURDIEU, 1998, p. 43 e 47).

Isto é, cada esfera familiar apresenta um determinado suporte socioeconômico implicado de valores e fortemente internalizado que auxilia a delinear as ações e circunstâncias frente à escola como organização social. E faz toda a diferença para que jovens oriundos de famílias com limitações financeiras tenham êxito escolar. Esse aspecto é um determinante para distinguir o rumo que os alunos tomam em direção ao gosto pela leitura, pelas oportunidades de ingressar futuramente na universidade, bem como na obtenção de um cargo de trabalho bem remunerado.

Por outro lado, de todos os bloqueios culturais, os que estão correlacionados com a língua falada no seio da família são os mais críticos e constantes. Principalmente nas primeiras fases do colegial, no momento que o entendimento e o domínio da língua compõem o cerne da avaliação dos professores quanto à leitura e escrita dos alunos (BOURDIEU, 2007). Na mesma medida em que ainda que se tenha renda estável na família, ocorrem não raramente casos de apatia dos pais pelos estudos dos filhos. Porque mesmo com estabilidade financeira verifica-se o desinteresse pela leitura entre os adolescentes nos meios abastados, enquanto que outros sujeitos conseguem superar suas condições materiais precárias e escolhem individualmente suas leituras.

Objetivos de Pesquisa

O objetivo geral deste trabalho é analisar as intencionalidades, aspirações e vivências de leitura dos alunos do Colégio Dom Luciano. Entendendo por intencionalidade a vontade deliberada dos alunos de ler seja qual for a obra ou gênero de leitura que lhe interessem. Enquanto a aspiração como vontade de alcançar uma mudança de vida por meio dos estudos escolares ou não. E a vivência como processo atual da prática de leitura desses jovens. Nesse contexto, o estudo tem a ênfase de demonstrar a partir das condições de vida material, formação familiar e escolar os direcionamentos de leitura de um determinado grupo de estudantes, dentre outros aspectos das aspirações individuais. Os objetivos específicos remetem a: Investigar as aspirações, meios e fins das práticas de leitura dos alunos de ensino médio; Compreender o ato de ler como constructo social e evidenciar o papel do sistema

escolar na formação do leitor; Identificar como o meio de convivência e a posição social e familiar influenciam a perspectiva da leitura dos jovens e pesquisar os trajetos individuais da carreira estudantil e suas preferências.

METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

No que concerne aos aspectos metodológicos, a pesquisa foi realizada com os alunos, professores e pais dos alunos do Centro de Excelência Dom Luciano José Cabral Duarte localizado na cidade de Aracaju, o qual dispõe do ensino médio integralizado. A instituição detém de uma clientela heterogênea de cerca de 650 alunos em razão de ser uma escola de conhecida e atrair alunos de lugares divergentes da Grande Aracaju. Fato este que abrange significativamente o estudo por equiparar e captar dados múltiplos da leitura na vida de parte dos estudantes, que embora se encontrem na mesma educação escolar atribuem múltiplos sentidos a mesma prática.

A princípio, o trabalho foi realizado por meio de entrevistas e questionários aplicados à distância por causa da pandemia do vírus Covid-19. Contudo, após a abertura do colégio, foram efetivados os encontros presenciais e o contato direto com os agentes da pesquisa. Além do mais, a pesquisa teórica da sociologia da educação e da leitura fundamentou a análise dos estudos empíricos.

Por conseguinte, os agentes da pesquisa foram inquiridos para responder questões que permitiram a identificação, percepção e análise da prática de leitura pelo grupo discente, além fornecer dados adicionais sobre o percurso familiar, o ambiente escolar, o trabalho do ato de ler na escola e sua ressonância.

O questionário e a entrevista foram os instrumentos de investigação que serviram como base para o agrupamento das questões subjugadas aos pesquisados por sondagem com o intuito de adquirir as referências empíricas. Seja sobre conhecimentos, percepções, emoções, valores, interesses, temores, comportamento antigos e atuais. Para Thiollent (1980, p.25), a indagação sociológica é um arranjo de perguntas e respostas que circundam o entrevistado, onde tal movimento é participativo até o limite de atingir a máxima clareza possível. Uma vez que ambas metodologias apresentam grande valia no ato científico e na apuração do

diagnóstico final, principalmente quando se reconhece que na dinâmica investigativa acontece não somente a interlocução entre sujeitos dissemelhantes, porém correntemente oriundos de mundos desiguais (BOURDIEU, 1999).

Nas ciências sociais as ações de indagar e dialogar na pesquisa se complementam no levantamento dos fatos e na precisão da análise das informações. Tais elementos tiveram diversas fontes de motivações e origens sociais dos alunos. E que por isso, determinadas respostas só puderam ser apuradas por esses dois formatos. Na formatação das questões, se fez indispensável o conhecimento do campo de pesquisa, que no caso é o ambiente familiar e escolar dos estudantes para fazer o diagnóstico respondendo aos objetivos e indagações feitas no início do estudo.

Para o esboço teórico, as referências dos autores Pierre Bourdieu, Chartier, Bernard Lahire, Bernstein e Charlot são guias de todo o trabalho de perquirição. Dado que as funções sociais da escrita, a família, a prática de leitura e o sistema educacional são pilares para o desdobramento dos demais fatos sociológicos vinculados à leitura. Desse modo, a análise evoluiu a partir dos procedimentos sequenciais de levantamento de bibliografia, quando buscadas obras que desenvolvem as temáticas de Sociologia da Educação e Práticas de Leitura. A partir da busca por palavras-chave foram definidos os materiais de interesse da pesquisa, onde os mesmos foram examinados, tendo como referência a definição do *corpus* da temática.

Nesse sentido, a princípio conduziu-se uma minuciosa ronda na historicidade da instituição e o contexto o qual os atores da escola estão envolvidos. Uma vez que no que se refere à prática de leitura dentro da escola, a sintonia entre o saber sistematizado envolve o incentivo do estudo, as condições de aprendizagem, o professorado e o ambiente escolar (LIBÂNEO, 2013).

Logo após, iniciou-se a investigação empírica mais apurada do fato sociológico a respeito das vivências dos estudantes. Através da entrevista com os pais dos alunos foram coletadas informações sobre a história de vida dos pais com a escola e os incentivos e tipos de leitura promovidos na família. Pois esta é o âmago de apoio inicial e básico do indivíduo, assim como do processo educativo de ler.

Em seguida, o questionário (modelo do anexo 3) fora empregue para os professores do 1º ao 3º anos do ensino médio (aqueles que lecionam português e redação) a fim de obter os detalhes da vida escolar dos alunos. Porquanto, os professores como mediadores do conhecimento em sala de aula e avaliadores conhecem de modo coletivo e individual o

proceder dos estudantes. O olhar de quem os vê lendo, ou nem tanto, avalia dia a dia e capta os resultados desses saberes que influem consideravelmente nas práticas letradas.

E para a culminância do trabalho, a aplicação dos questionários entre o grupo dos alunos dos 1º ao 3º ano do ensino médio serviu de base para conhecer a leitura da clientela do grupo da comunidade escolar. Tendo em vista a aproximação adequada para suscitar respostas verdadeiramente espontâneas, a abordagem foi ponderada e objetiva. Por isso, de maneira individual, mas ao mesmo tempo em que viabilizasse um número considerável de pesquisados, os indivíduos foram abordados por uma linguagem próxima, que responderam sem dificuldades ao questionário (Anexo 1).

Infelizmente, não foi possível realizar a entrevista (modelo do anexo 4) com a gestora da instituição devido aos impasses burocráticos e ocupações da mesma fora da escola. Outro fator a destacar é a vinculação entre pesquisa quantitativa e qualitativa que promove o entendimento sobre o fenômeno de forma integral, o que não se obteria com a utilização de somente uma abordagem. Para isso, no planejamento da pesquisa com métodos mistos foram considerados quatro aspectos principais: distribuição de tempo, atribuição de peso, a combinação e a teorização. Na distribuição do tempo, avaliaram-se os dados qualitativos e quantitativos coletados ora em fases (sequencialmente), ora concomitantemente. Os dados qualitativos foram coletados primeiramente, pois a intenção foi explorar o tema mais abrangente com os participantes, que na ocasião são os hábitos de leitura. Depois, o estudo ganhou maior dimensão por meio da coleta com o grupo de alunos, pais e docentes sobre informações do colégio e do desempenho educacional.

Na utilização dos métodos mistos a integração foi um momento importante para adquirir as informações. Neste caso, as coletas eram mixadas pela estratégia de triangulação concomitante visando à determinação de convergências, diferenças e combinações. A integração caracterizou a fase final de análise por meio da qual os dados quantitativos (nesse caso, o maior o número de alunos pesquisados) e qualitativos (as aspirações, renda, dados pessoais, etc.) foram integrados em um todo coerente. Segundo Creswell & JW (2010), a realização de um estudo de métodos mistos não significa a condução de dois estudos separados que abordam uma questão específica, mas um estudo que emprega métodos diferentes para responder uma questão de pesquisa específica, buscando que as informações obtidas se complementem entre si.

A investigação pôde proporcionar resultados de relevância que com clareza identificou potencialidades e limitações no momento de aplicar os métodos em questão, além de considerar a natureza do objeto no planejamento de pesquisa. As metodologias mistas

puderam equilibrar a convergência entre o qualitativo, quantitativo e o pluralismo paradigmático. Assim, se permitiu uma resposta mais congruente ao fenômeno em investigação.

Nesse panorama, foi possível replicar indagações peculiares a partir de uma escala de existência, porquanto se laborou com a esfera abstrata em aspectos subjetivos, significados, anseios, crenças, valores e posicionamentos. Entretanto, que também pôde apresentar resultados de frequência e intensidade de comportamentos, atitudes e motivações.

Estrutura do Texto

A dissertação é estruturada em três capítulos. O primeiro discute a função social da escrita durante o desenvolvimento da humanidade bem como a evolução do homem enquanto leitor nos múltiplos cenários sociais. A mudança dos suportes de leitura e escrita com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação também são pauta dessa seção. O segundo capítulo aborda as contribuições eminentes de pesquisadores da Sociologia para a compreensão da dinâmica da leitura, a qual está subjugada pela família, escola e disposições individuais. Além disso, descreve o desenvolvimento da sociologia da educação no Brasil e o ato de ler na sociedade contemporânea com ênfase na leitura dos jovens. Por fim, o último e terceiro capítulo traz a investigação empírica das práticas de leitura dos alunos do colégio Dom Luciano. Esse processo mediante entrevistas e questionários conclui que a família é determinante para o exercício da leitura dos jovens, entretanto a grande maioria dos familiares admira, mas não incentiva esta prática dentro e fora da escola. Apesar disso, houveram exceções em que mesmo diante de privações sociais e monetárias os pais apresentaram uma relação com o saber que visa a importância da leitura como fator de melhoria para a vida de seus filhos. Estes por sua vez manifestaram estima e maior interesse pelos estudos em comparação àqueles que não tinham o suporte dos familiares.

CAPÍTULO 1: A Função da Escrita e o Desenvolvimento da Leitura na Sociedade

Vivemos em uma sociedade onde a participação social é fortemente mediada pelo texto escrito em razão da constante desenvoltura das competências para o trabalho e das tecnologias e mídias sociais. Diante desse processo, surge uma extensa e crescente demanda pela proficiência em leitura e escrita. Dado que é através da escrita que são fortalecidas as

relações construídas no cotidiano, pois subsistir no contexto pós-moderno significa, sobretudo, saber se comunicar e a escrita é um dos meios de comunicação mais exímios para tal ação. Segundo SOARES (2002):

A medida que a sociedade vai se tornando mais complexa os modos de vida vão se transformando em novas exigências e se apresentam para as pessoas letradas tornando a leitura o instrumento básico dessa educação imperativa. Dentre as funções sociais da leitura e da escrita destaca-se a de dar conta de demandas básicas da organização social como obtenção e transmissão de informações. Tanto a linguagem falada quanto a escrita refletem a organização da sociedade e revelam suas instâncias comunicativas instituindo enunciados por meio dos mais diversos gêneros (SOARES, 2002, p. 221).

Nesse contexto, a escrita enseja ainda a preservação da memória cultural das sociedades, exercendo um papel marcante para a corporificação da mensagem anuindo a comunicação à distância no tempo e no espaço. Submetidos às exigências da era da informação, detêm o poder aqueles que dominam os níveis mais elevados do saber e buscam se aperfeiçoar. Em contrapartida, subjugam aqueles que não muito ou nada conseguem gerir por insuficiência no uso da escrita e da leitura. Diante disso, fica evidente que a proficiência da linguagem gráfica constitui um instrumento singular de decisões e exercício de posições no corpo social, porquanto preconiza o leitor a pensar e interpretar de modo crítico sobre o que está escrito perante seus olhos.

Na sociedade moderna, a escola é a instituição difusora desse saber letrado e propagadora de valores sociais. Com isso, ler e escrever apresentam características que demandam uma preocupação linguística e pedagógica. Decerto, a escola trabalha com interfaces diversas da leitura, na medida em que nela se lê textos informativos, leituras de cunho funcional e ficcional. Nesse sentido, ela cuida dos modos de produção da leitura e a forma pela qual o indivíduo constrói sua atividade de leitor (ROCCO, 1994).

A princípio, dentro da escola, o desenvolvimento e a aprendizagem da leitura no ensino médio acontecem pelo processo do letramento. Segundo Soares (2005), o letramento acontece como decorrência da necessidade de configurar e denominar comportamentos e práticas sociais no campo da leitura e da escrita que transcendam o domínio do sistema alfabético e ortográfico. Esse processo, por sua vez, somente progride na dependência da aprendizagem básica do sistema de escrita.

As práticas de letramento vigente no contexto escolar são concebidas na dinâmica de interação entre professor e estudante, em que este reconhece a ligação entre as práticas de letramento nas aulas e as demandas do uso da escrita no dia a dia. Esse tipo de letramento é

caracterizado por postular formas diversificadas de oralidade e de grafia, basilares para a formação e que emergem das práticas de sociedades escolarizadas (SOARES, 2005).

Frente a tantas funções que a escola apresenta não se pode eximir o espaço escolar como um lugar privilegiado pela circulação de múltiplas formas discursivas do texto e também à convenção das modalidades de escrita. Cabe então à escola introduzir ações de letramento relacionadas às competências sociais e direcionar o aluno na elaboração de textos de forma que ele aprenda a utilizar a linguagem formal das instituições. Assim sendo, pode-se considerar que essa organização tenciona mudar a fala do alunado no decorrer da introdução do código escrito, requerendo as marcas cultas da linguagem.

A escola, como espaço institucional em que convivem detentores de práticas sociais e discursivas da escrita, tem a função de tornar alfabetizados os membros da sociedade, ou seja, oferecer ao aluno a oportunidade para adquirir o domínio da língua, particularmente do código escrito e das habilidades instrumentais básicas. Essas habilidades devem permitir ao aluno compreender e participar das distintas manifestações da cultura e olhar a leitura e a escrita de forma reflexiva e crítica, para que atue seletivamente frente aos meios de comunicação social. É um lugar social onde o contato com o sistema de escrita e com a construção do conhecimento ocorre de forma sistemática, potencializando os efeitos dos aspectos culturais sobre os modos de pensamento (NUCCI, 2003, p.1).

De fato, é na escola que o ensino da escrita se torna normativo e prescreve a forma comunicativa de usar a língua culta em distintos contextos. Através da instrução escolar do código linguístico, a escrita se configura num processo de sabatina institucional a qual prescreve regras, competências e valores para os sujeitos se adequarem. Todavia, existe a variedade linguística que se movimenta de acordo com a vivência particular do meio em que cada um convive.

A Prática de Ler sob a Ótica da Sociologia

Ler não é apenas um ato de decifrar códigos e compreender significados. Este é um fenômeno de debate que se renova até os dias de hoje por retratar uma longa jornada na sociedade. A leitura é um complexo de signos que possibilita o acesso a outros signos. Há uma diversidade de códigos ao passo que existe uma diversidade sociocultural, por essa razão a leitura abre caminhos de acesso a um cosmo instrutivo que sem ela é inacessível (SILVA, 2017). Porquanto, o alcance à informação manuscrita se coloca sob o requisito preliminar da utilização de outras atividades do próprio sistema escolar. Na medida em que ao longo do

tempo, a prática de leitura se populariza e passa por mudanças consideráveis e é fracionada por objetivos divergentes para aqueles que buscam a leitura. O sexo, o nível de escolaridade, o contexto econômico e os novos sujeitos formados pelo sistema capitalista direcionam o ato de ler.

Nesse panorama, a sociologia da leitura é um estudo perspicaz que analisa como o exercício da leitura interfere na vida das pessoas e nas culturas cotidianamente em público, ambiente de sobrevivência, e no espaço privado. Mesmo sendo uma área pouco estudada no Brasil, as pesquisas aqui fomentadas fornecem informações preciosas acerca da vivência letrada dos brasileiros. A sociologia da leitura investiga os prováveis elementos que fazem o leitor conhecer certa obra, na medida em que a palavra escrita continua ocupando lugar central na sociedade contemporânea – que por sua vez se caracteriza, entretanto, pela onipresença da imagem e do mundo virtual. Tal prática está colocada a partir da aproximação da cultura escrita mediada pela escola, grau socioeconômico, seio familiar e etc. A leitura é uma prática cultural que diverge de todas as outras (LAFARGE & SEGRÉ, 2010). No momento atual, essa área da sociologia estuda as formas como a leitura acontece em meio a racionalização neoliberal da lógica de produção, da cultura de massa, do fluxo e consumo do livro como mercadoria. Por outro lado, sincronicamente, suscita reflexões críticas, pensamento inovador e movimentos de classes profissionais e sociais. Dessarte, o livro se encontra com uma superabundância de suportes de leituras e resiste a uma pluralidade de tecnologias da comunicação e informação. Logo, a leitura segue se afirmando como uma atividade genuína que percorre por novas rotas, difunde ideias e polissemia de percepções.

A investigação fundamentada nesse raciocínio confirma a prevalência de mediadores, como agentes fundamentais da expansão dessa prática. Sobretudo, sabe-se que a ação de ler é um constructo social, uma vez que:

Aprender a ler não é um processo natural, mas cultural, geralmente não se aprende a ler sem o auxílio da escola. Essa aprendizagem é basilar para o processo de escolarização, sem o desenvolvimento dessa capacidade o processo de aquisição de conhecimento se torna fragilizado. A aquisição do conhecimento não se restringe ao ambiente escolar, como também não é exclusivo das pessoas alfabetizadas, porém há limites e barreiras na aquisição do conhecimento para as pessoas não alfabetizadas. A própria capacidade de ler se constitui como uma forma de conhecimento que possibilita o acesso ao conhecimento produzido socialmente pela humanidade. A leitura alfabética insere o ser humano no mundo das letras, num mundo de significados. A educação formal está envolvida com esse mundo, seu sucesso está relacionado com o desenvolvimento da capacidade de o educando relacionar o conhecimento aprendido na escola com o mundo em que vive, substantivando a sua leitura da realidade. Dessa forma, a leitura possibilita o acesso

do ser humano à cultura e ao conhecimento produzido pela humanidade e que está registrado nos textos (SILVA, 2017, p. 2).

Com a eminência das tecnologias digitais, numerosas são as maneiras pelas quais um texto pode chegar ao alcance de um indivíduo (SAGRILO, 2007). Conquanto, todos os leitores sofrem algum tipo de impacto sobre o que lê ou, pelo menos, abstrai algum tipo de informação memorável. Corriqueiros ou engajados, esporádicos ou constantes: Todos estes fazem uso da leitura como atividade imersa na cultura.

Inclusive, o chamado *habitus* do leitor está vinculado à sua prática cotidiana, que para certas pessoas deixa de ser uma obrigação formal para ser um exercício que adquire sempre mais significação, por isso sucede a ser um modo de distinção instrutiva como ratifica Chartier:

[...] o hábito, nas referências que eu utilizo, tem um sentido mais particular, que é o de interiorização; não a de uma prática, mas sim interiorização dentro do indivíduo do mundo social e de sua posição no mundo social, que se expressa por meio de suas maneiras de classificar, falar e atuar. É o conceito que Pierre Bourdieu utiliza frequentemente e é central na obra de Norbert Elias: o hábito social é o que um grupo humano compartilha em termos de um sistema de representações que fundamenta suas maneiras de classificar de se situar no mundo social, de atuar (CHARTIER, 2001, p. 139).

Com isso, o *habitus* de leitura não está à parte da prática de quem lê, pois não se desenvolve um *habitus* sem uma dedicação. Da mesma maneira que a leitura sempre tem um valor significativo e distintivo para quem o adquire. Dessa forma, a construção do *habitus* de ler progride na educação formal, mas também da ação familiar, uma vez que ambos os núcleos são cruciais para a formação de agentes leitores (BOURDIEU, 1988). Quando não existe uma troca dentre esses âmbitos, o desenvolvimento educacional fica prejudicado. Por conseguinte, existe um saber formal que precisa ser aprendido na escola, todavia é indispensável que o aluno tenha um exercício familiar análogo com o conhecimento exercitado naquela instituição. Do contrário, é desencadeado um conflito entre os saberes escolares e as práticas da família, situação infelizmente constante em muitos lares brasileiros.

Decerto, a leitura é um movimento que não se restringe a eventualidades, mas é um indicativo do grau de percepção coletiva de uma sociedade e de intercâmbio de saberes. Por isso, o *habitus* de leitura não é algo consolidado em um determinado momento, mas é um processo que se produz e reproduz permanentemente durante toda a vida. Com certeza, a leitura continua sendo não só uma preparação, mas de certo modo imputa uma condição na sociedade.

Linguagem, Leitura e Escrita na Escola

Obviamente, a escrita e a leitura são frutos da linguagem falada a qual é produzida dentro um determinado contexto sócio-histórico. Para os jovens, todo esse processo remete a interiorização de disposições incorporadas que permite agir sem a obrigação de lembrar explicitamente das regras necessárias para agir. (BONNEWITZ, 2003). “Diante dessas interações, a língua é criação cultural viva cuja dinâmica oportuniza aos indivíduos interagir com o meio e consigo mesmo” (ZUIN; REYES, 2010).

Segundo Gnerre (1994), a linguagem não é usada apenas para passar informações. Os sujeitos falam para serem escutados, para se posicionarem e também para exercerem uma função no ambiente em que praticam seus atos linguísticos. As elaborações da linguagem adquirem significados quando realizadas no cenário conhecido pelo grupo nele inserido. Nesse processo, o trabalho com a linguagem na escola está orientado para a formação da competência linguística formal do estudante. Basicamente, trabalha-se com um grupo ocluso de regras com a meta de proporcionar ao aluno o domínio da variedade entendida como padrão. A aquisição dessa variedade de prestígio está ligada a uma programação de conteúdos também hegemônica. A língua padrão logo se transfigura num sistema associado a um patrimônio cultural colocado como um ‘corpus’ definido de valores, fixados na tradição da escrita (GNERRE, 1994).

E esse é um dos grandes desafios para a aprendizagem significativa de crianças e jovens dentro da escola, principalmente aos provindos das classes populares. A divergência da linguagem da escola frente a linguagem vivida fora dela muitas vezes não agrega os gostos desse público. Posto que a língua culta é um sistema comunicativo ao alcance de uma parte limitada dos integrantes das sociedades, incluso a brasileira. Como resultado, a escola, especialmente por intermédio da linguagem, mantém a fixidez de um sistema discriminatório de segmentação social. A distinção das classes mais pobres é manifesta em função da coerção cometida pelas classes dominantes e interferida, em parte, pela escola através da imposição de sua cultura e de sua linguagem. Estas são reputadas como legítimas em detrimento de uma cultura e linguagem consideradas ‘falhas’, pela circunstância de apenas serem diferentes daquela considerada legítima (SOARES, 2005).

O próprio Bernstein (1990) com sua teoria dos códigos linguísticos, lançada em 1958 na França, revela em suas pesquisas a relação dos símbolos às classes sociais. Uma vez que

alunos pertencentes da classe média conseguiram praticamente a mesma fluência de nível nos exames orais e dos não vocalizados. Em contrapartida, a classe trabalhadora obteve pontuação a mais na avaliação não-verbal que àqueles da classe média.

A utilização da palavra código, entretanto, não pode induzir os indivíduos a pensarem que Bernstein (1990) estava reportando à linguagem na qualidade de sistema de normas, mas sim à linguagem e à comunicação como prática concreta dos falantes (MARCUSCHI, 1975). A proposição do sociólogo é que o agente decisório para o desenvolvimento dos códigos é forma de socialização que a criança internaliza já no círculo familiar. Trazendo essa tese para o estudo presente, jovens e adolescentes de origens diversas desenvolvem códigos os quais impactam diretamente suas experiências posteriores na escola. Fazendo uma identificação dos jovens, o sociólogo chegou à conclusão de que pessoas da classe trabalhadora detinham um ‘código restrito’, enquanto às da classe média detinham um ‘código elaborado’ (BERNSTEIN, 1990).

As formas de socialização nas famílias de classe média e de classes populares estariam intimamente atinentes à aquisição de somente um dos códigos, nas últimas famílias o desenvolvimento de códigos restritos, nas primeiras, códigos mais elaborados. Em consequência disso, os sujeitos de classe média dominam ambos os códigos, ao passo que os indivíduos da classe trabalhadora manejam apenas o código restrito.

O código restrito apresenta-se como um meio de qualificação social que tenta expressar em nível dos conteúdos a solidariedade do grupo à qual se manifesta, principalmente, através da utilização das sequências sociocêntricas. Ao refletir as normas do grupo e em nome de uma autoridade implícita, o código restrito tende a inibir o que no indivíduo vá de encontro ao sentido de pertença no grupo. Assim, a função principal do código restrito é reforçar a forma de relação social mais próxima, por esse motivo o conteúdo do discurso tem de ser concreto, descritivo e normativo (BERNSTEIN, 1990).

O código elaborado faz o caminho inverso; Apresenta-se como um meio privilegiado de manifestação pessoal. O indivíduo situa-se em um contexto de diálogo em relação aos outros integrantes do grupo, mas sem perder a consciência de sua individualidade. Lembrando que o uso de códigos dependerá da circunstância quando o sujeito pode utilizar o código restrito, mesmo tendo o suporte do código elaborado.

Em meio a esse antagonismo de linguagem, os jovens de famílias mais pobres podem não ser incentivados a verbalizarem suas consciências e emoções. Como resultado, assimilam uma linguagem a qual os significados seguem subjacentes ao contexto em que a mensagem é

transmitida. Além do que, eles têm respostas limitadas dentro de casa, sendo muitas vezes bem menos informados academicamente. Consequentemente, esses indivíduos tendem a ser menos curiosos nesse sentido, ocasionando dificuldades para responder a linguagem institucional. O que o professor fala passa a ser mal compreendida para o adolescente, linguagem que esse nem sempre está habituado, e arrisca-se de interpretar o professor de modo ambíguo.

Enquanto que os adolescentes da classe média são motivados a expressarem suas subjetividades desde a tenra idade, utilizando a linguagem para elucidar e especificar os significados e afetos. Eles têm uma tendência de discurso em que os conceitos das palavras podem ser personalizados para atender as demandas de certas situações, menos vinculadas a um contexto particular. Os jovens com suporte legado conseguem fazer generalizações e expressar ideias abstratas com mais destreza, possuindo assim mais fluência com a educação escolar. Fora isso, eles residem num ambiente com estimulações verbais e são atizados a perguntar e responder, bem como são expostos a situações de interação verbal que implicam a reflexão do pensamento lógico.

Logo, é oportuno que os adolescentes se desenvolvam linguisticamente e cognitivamente mesmo se deparando com textos mais complexos (SOARES, 2005). Dado que o código elaborado é visionado não somente como um meio de controle social e de intercâmbio, mas também como o meio ímpar que pode dar acesso aos níveis mais elevados de significação de aprendizagem. Por outro lado, a distância entre as vivências linguísticas das famílias de classe baixa e as imposições cognitivas e linguísticas do contexto escolar acaba por criar obstáculos para a integração social. Ao contrário dos filhos oriundos de um meio social médio-alto que se encontram numa situação de privilégio.

Ao refletir as habilidades dos códigos linguísticos com a escrita e a leitura, é necessário considerar os efeitos negativos na escola porque

A relação direta entre linguagem e fracasso escolar é indiscutível. Os alunos que fracassam na escola, sejam aqueles que nela permanecem, sejam aqueles que a abandonam, são via de regra, alunos que leem e escrevem mal, que têm baixa competência linguística em relação às exigências específicas da escola. As dificuldades com a leitura levam o aluno a ter problemas na escola. A competência linguística é condição para quase todas as atividades escolares. A escola é, por excelência, um ambiente letrado e sua matéria-prima principal é a língua escrita, sem ela pouco se faz na escola. Assim, é inevitável que o sucesso do aluno na escola dependa de sua capacidade de realizar tarefas que envolvam as competências para a leitura e a escrita. Para falar a língua culta padrão (PEREIRA, 2016, p. 56).

Destarte, os alunos estão mais preocupados em produzir discursos padronizados, no entanto semanticamente sem sentido (BOURDIEU, 2014). Com efeito, sem identificarem a estrutura da própria língua e de seu uso, muitos educandos ficam presos à memorização de normas, enquanto os professores fazem inúmeras correções em cima dos textos escritos do alunado deixando de lado, em diversos casos, o enfoque na coesão, coerência e estrutura das atividades escolares.

Este “sentido do posicionamento” linguístico comanda o grau de coerção que um determinado campo fará pesar sobre a produção de discursos, impondo a alguns o silêncio ou uma linguagem hipercontrolada, enquanto faculta a outros as liberdades de uma linguagem desenvolvida. Vale dizer, a competência, adquirida no contexto pela prática, comporta, de modo inarredável, o domínio prático de um uso da língua e o domínio prático das situações nas quais esse uso da língua é socialmente aceitável (BOURDIEU, 1998, p.70).

Toda essa problemática avulta dilemas e paradoxos que não cooperam com um aprendizado escolar vinculado com a realidade da maioria dos alunos. Na proporção que:

O essencial na tarefa de decodificação não consiste em reconhecer a forma utilizada, mas compreendê-la num contexto preciso, isto é, compreender seu significado numa enunciação particular. Portanto, na prática viva da língua, a consciência linguística do locutor e do receptor nada tem a ver com um sistema abstrato de formas normativas, mas apenas com a linguagem no sentido de conjunto dos contextos possíveis de uso de cada forma particular (ZUIN & REYES, 2010, p.77).

Visto que é justamente o ensino da linguagem que capacita o ser humano a se relacionar com os outros para que em sequência ele seja apto para instituir contato com um domínio social panorâmico. Por isso, a linguagem verbal e a linguagem escrita são veículos essenciais de socialização e ambas têm de ser abstraídas e praticadas de modo consistente e similar. É apenas pelo arbítrio da linguagem que aprendemos a passar e a preservar os significados socialmente reconhecidos. É também por meio do domínio da comunicação que se conquista a capacidade de refletir o mundo e agir pela transformação dele. Do contrário, quando existem grandes falhas para educar os jovens pela linguagem que eles de fato conhecem, perde-se a oportunidade de conduzir suas ações conforme as exigências sociais reivindicam; das mais simples às mais difíceis. O que é aprendido na atividade comunicativa da escola precisa estar concatenado à própria vida do aluno, sem evidentemente, desconsiderar as avaliações e o ensino da norma culta. Não obstante, ensinar de modo inclusivo e assertivo a par da consciência de linguagem dos nossos jovens.

O Alfa da Leitura na Era Digital

A partir do século XIX, no auge da Revolução Industrial na Inglaterra, grandes mudanças aconteceram nas sociedades. As fábricas produziam a todo vapor, fazendo riquezas e novas demandas. Por isso, o mercado de trabalho necessitava de pessoas que soubessem ler, escrever, fazer contas e depois especializadas em seus ofícios. Em seguimento, passou-se a reconhecer a educação como direito de todo cidadão e foi preciso criar um novo sistema educacional.

O mundo estava se adaptando a um processo de inovação, exigindo uma nova escola apta a oferecer o ensino técnico e profissional, de modo a fornecer a mão de obra qualificada para atuar em favor do crescimento da indústria. A partir daí, surgiu a educação como hoje conhecemos. A leitura passou a ser exigida, pois para se ter informações era inevitável saber ler. Nessa circunstância:

Os livros transformavam-se em produtos de distribuição de massa. Subia a renda e, com isso, cada vez mais livros eram comprados e lidos. A leitura proliferava por toda parte. Pois, se no passado a maioria das casas possuía apenas um ou dois exemplares religiosos, agora quase toda casa tinha bíblia, dicionário, semanário, romances e muitos livros escolares (FISCHER, 2006, p. 253).

Na era digital em que nos encontramos, a escrita sobre as telas é recorrente pelo avanço das tecnologias da comunicação e informação e os adolescentes são o público que mais interage nesses meios. Através desses recursos, ocorrem a troca e o arquivamento de informações em massa que interligam indivíduos do mundo inteiro, divulgam seus feitos, além de perfis e biografias que são expostos a telas de distância. Com tamanho impacto no mundo todo, esse fenômeno tecnológico imprime suas marcas e vem para ficar.

As mensagens de texto em telefones celulares, os comentários de fotos e vídeos em tantas plataformas agora servem de suporte para a juventude opinar abertamente pela tela digital fazendo com que os jovens cada vez mais escrevam no eletrônico. Aliás, copiosamente mais que na escola. Dado que os jovens são livres para utilizar linguagens de todos os tipos, como gírias e jargões, e as utilizam com frequência sem nenhum impedimento ou obrigação. Ainda assim, a dispersão causada pelo uso frequente de celular e computador traz uma série de malefícios à produção de textos concisos feitos pelos alunos, pois ao invés de desenvolverem a escrita à mão, muitas vezes apenas tiram fotos pelo celular para lembrar de tarefas escolares, avisos e outras atividades extraescolares, diminuindo a prática de pensar antes do que vão escrever. Outro aspecto nocivo do mau uso da internet é a chamada ‘cola’ dos trabalhos acadêmicos que serviriam justamente para desenvolver o conhecimento

científico e crítico nos estudantes. No entanto, se tornam cópias escancaradas de textos encontrados nas primeiras páginas de sites de busca. Ao mesmo tempo, a internet amplia as formas benéficas de comunicação e modifica a linguagem. Alguns aplicativos funcionam como estimulante do aprendizado ortográfico, como é o caso do ‘*Whats App*’ que sugere durante a produção das mensagens a escrita inteligente de palavras com acesso ao corretor de texto. Os *emotions* e outros signos típicos da internet também lançam novas tendências de expressão. Araújo & Villaça (2018) reportam esse fenômeno:

A rede mundial disponibiliza diversas possibilidades para a prática de leitura e de escrita e diferentes formas de comunicação, possibilitando assim novas e enriquecedoras maneiras de realizar práticas sociais por meio da linguagem. Alguns destes espaços, gêneros e ferramentas estão gradualmente substituindo ou completando práticas discursivas do mundo não-virtual (presencial). [...] Chats, fóruns tornaram-se espaços comunicativos que, por vezes, substituem telefonemas. Hoje o Twitter e o Facebook, por exemplo, são espaços para práticas discursivas bem diversas. Novelas, filmes, programas, jogos esportivos, entre uma infinidade de possibilidades, são comentados, criticados e debatidos em tempo real. Como consequência, diferentes mídias buscam ampliar as formas de contatos com seus ouvintes, leitores, telespectadores, consumidores, etc. (ARAÚJO & VILLAÇA, 2018, p. 133).

Infelizmente, as TIC’s ainda não são utilizadas de maneira didática no sistema escolar, principalmente na maioria das escolas públicas e escolas particulares mais populares. De todo modo, as tecnologias de informação e comunicação abrem um leque de possibilidades criativas.

Pela perspectiva de Bruce (1997):

As tecnologias participam intimamente na construção de todas as práticas de letramento. Elas não são separadas dos textos e da construção de sentido. Nós produzimos textos por meio da tecnologia dos papiros, do papel, do quadro-de-giz, ou da tela eletrônica. Nós também redefinimos continuamente o que se conta como texto por meio destas tecnologias [...] nós disfarçamos o fato de que ambas, a leitura do livro e a leitura no computador, são amálgamas complexas de tecnologia como outras práticas socioculturais. (BRUCE, 1997, p. 300 -301).

Diante do fluxo global de acesso, a computação e a internet têm transfigurado a informação escrita, sem dúvida nenhuma. A escrita e os ícones podem ser elaborados, reeditados e armazenados por um meio usual e acessível que ainda é tido como um prodígio para as gerações mais velhas, que agora têm a oportunidade de viver e usufruir seus ensejos.

A linguagem, nessa dimensão digital, tem um papel fundamental nas metamorfoses contemporâneas, que são metamorfoses de comunicação e de ampliação de sentidos. A

linguagem implica na decisão de mudanças na vida e nas experiências que fazemos. Apesar de estas também serem afetadas e influenciadas por essas mudanças. Muitos pesquisadores da linguagem se basearam em conceitos fixos que parecem agora um tanto quanto compelidos, à medida em que a vida das pessoas entra online (BARTON & LEE, 2015).

Nessas condições, mesmo o livro impresso que aparentava estar ameaçado permanece sendo a primeira opção de leitura de todas as faixas etárias, incluindo os adolescentes. Pesquisas mostram que ainda existe a forte preferência pelo livro físico. Segundo a pesquisa da organização *Statista's Advertising & Media Outlook* feita em 2020, a vendagem de e-books ainda não atinge o mesmo patamar das vendas de livros físicos, que esteve em alta durante o período de pandemia do Covid-19. A investigação feita nos Estados Unidos revela que em 2020 45% dos compradores de livros optaram pelo exemplar físico enquanto 23% compraram e-books. Ainda de acordo com a pesquisa lançada no livro *Words Onscreen: The Fate of Reading in a Digital World*, 92% dos acadêmicos preferem os livros físicos aos digitais para estudar.

Em termos educacionais, a escola como organização que propaga saberes e uma das incumbidas pela formação do homem não pode ou não deveria desconsiderar a evolução tecnológica de suas ações pedagógicas. No momento atual, a educação continua tendo o objetivo de desenvolver o indivíduo integralmente, contudo essa disposição carece de novas metodologias. A escola do futuro ultrapassa as barreiras físicas, ao passo que ela pode estar e cumprir sua função em qualquer local (REIS, 2009).

Todavia, é importante cautela para não formar jovens leitores superficiais, que são aqueles leitores que apenas olham para o texto e tiram somente a ideia resumida, sem refletir o conteúdo lido. Por isso, toda e qualquer leitura só é eficaz se quem a lê conseguir depreender o que foi lido e for capaz de associar o conteúdo a sua realidade (MARTINS, 1994). Ou seja, é muito importante a formação de leitores completos com habilidades de leitura de qualquer texto posto à sua frente, questionando, discutindo e criticando o teor do escrito.

Aliás, a pandemia trouxe à tona uma iniciativa imprevista da educação a distância no Brasil para a educação básica como via emergencial para instruir os jovens. Com o fechamento das escolas, a adaptação para atender as necessidades mais básicas da tarefa escolar demandou uma modificação no modo de ensinar e no de aprender diante das telas. Então, muito precisa avançar, porém já foi tomada a iniciativa e, mesmo com a volta das aulas

presenciais, o ensino para jovens e crianças por meio digital se torna uma possibilidade iminente. Contudo, ainda faltam meios e preparação adequados de todos os envolvidos no exercício da educação.

A Leitura do Homem Social

Diante do debate das novas formas de comunicação, entende-se que o projeto da escrita começou por uma necessidade, mas caminha para a racionalidade. Esta razão impele o homem social a abstrair sentido dos signos escritos (FISCHER, 2006). O leitor confere os símbolos para direcionar a aquisição de ideias em sua memória e logo após gera com esses elementos uma interpretação admissível da mensagem do escritor. No começo, a leitura correspondia a simples faculdade de adquirir informações oculares apoiada em algum sistema codificado. Mais à frente, passou a expressar quase de modo irrestrito a compreensão de textos consecutivos com símbolos escritos em uma superfície. No tempo vigente, integra da mesma forma a apreciação da linguagem codificada de um painel eletrônico. E a conceituação do que seja leitura, de fato, pode ser reinventada a todo o momento porque assim como todas as outras predisposições a leitura também é uma façanha singular da evolução da própria humanidade.

As pessoas em outrora eram habilitadas para a leitura em pouquíssimos segmentos do meio público quando no decorrer dos tempos a leitura angariou proporções maiores nas sociedades. Na história, a religião foi um dos instigadores cruciais da alfabetização no Ocidente, Oriente Médio, China, dentre territórios. Durkheim (1996), em suas investigações, verifica no fato religioso um sistema solidário de crenças e práticas que influi sobre o indivíduo:

As categorias são, como pensamos, representações essencialmente coletivas, elas traduzem, antes de tudo, estados da coletividade: dependem da maneira como esta é constituída e organizada, de suas morfologias, de suas instituições religiosas, morais, econômicas, etc. Há, portanto, entre essas duas espécies de representações toda a distância que separa o indivíduo do social, e não se pode mais derivar as segundas das primeiras, como tampouco se pode deduzir a sociedade do indivíduo, o todo da parte, o complexo do simples (DURKHEIM, 1996, p. 23).

A representação da instituição religiosa demonstra que as práticas da leitura e escrita suscitam fenômenos públicos significativos e funcionam como motor das ações da humanidade, gerando outros fatos sociais e intervenções em outros organismos.

Os escribas e sacerdotes foram os primeiros leitores conhecidos da sociedade. Depois deles, apresentaram-se os eruditos da elite e, em seguida, os celebrantes seculares que por sua vez disseminaram e diversificaram o aparato de leitura, culminando uma formulação de educação generalizada.

Segundo Fisher (2006), a aspiração pelo conhecimento nas organizações sociais e a estima pela aprendizagem eram o pontapé para angariar a leitura. Possivelmente, esse proveito não só de entender, mas de aprimorar essa aptidão se tornaria com o transcorrer dos tempos uma prática mundial. Por razão disso, “a introdução da escrita e todos os estágios subsequentes de seu desenvolvimento são intrinsecamente novas formas de relação social” (WILLIAMS, 2014, p.4). A trajetória da escrita e de suas práticas demonstra a maneira como grupos assumiram, progrediram e efetivaram mudanças comunais pelas suas ações.

No início, o pergaminho foi um dos materiais mais utilizados para escrever e ler. O uso constante do pergaminho esteve junto à desenvolvimento do cristianismo onde as primeiras réplicas da bíblia eram códices em velino. A religião cristã assegurou a prevalência do códice de pergaminho e, na realidade, criou e produziu o livro moderno. Os pergaminhos por volta do século V d.C. eram grandiosos nas bíblias e em outros livros sagrados tendo por desígnio serem lidos publicamente nas missas quando a leitura era vivida em grupo. Algo distinto da leitura silenciosa, particular e pessoal dos livros posteriores.

Na prática desse cenário, o silêncio nas leituras era algo incomum até a idade moderna, porquanto na maior parte das ocorrências os livros eram lidos em alta voz entre as comunidades. Por conseguinte, a leitura silenciosa, onde quer que fosse praticada, introduzia uma nova dimensão que perdura até nossos dias. Nos séculos do final da Idade Moderna, a leitura passou de pública para particular. O leitor já não compartilhava o texto com outras pessoas, as quais podiam interromper com dúvidas e comentários. Em virtude dessa dinâmica, a leitura transcendeu sua função pública de subsídio de cultura, caracterizando-se agora como aptidão humana e com experiências bem mais facultativas.

Apesar de em tempos passados poucas pessoas saberem ler e a maior parte fosse o público masculino, um número interessante de mulheres penetrou esse círculo com eloquência. Muitas faziam parte de ordens religiosas, e algumas davam ênfase à educação de jovens garotas. Também entre os leigos, as mulheres eram ávidas leitoras e elogiadas autoras. Uma das mais importantes foi a enigmática Maria da França (1139-1216), possível irmã bastarda do rei Henrique II da Inglaterra, a qual compôs canções e fábulas atribuídas ao conhecimento bíblico e dos clássicos. Christine de Pisa (1364-1430) produziu baladas

francesas. Além disso, na literatura da época retratavam-se mulheres e garotas lendo por toda parte. Obviamente, ainda dentro do quadro de muitas advertências e monitoria. Nesse processo de aumento de mulheres leitoras, o grupo social abastado de homens começava a aguçar aos poucos possibilidades do público feminino se inserir na produção literária e ter alguns direitos reconhecidos.

A partir do século XVII, os leitores de Europa ocidental tencionaram a leitura ampliada em detrimento da intensiva. Até o momento, com raso acesso a informações gravadas, os leitores haviam lido seletas publicações à disposição, a exemplo da bíblia, livretos, o livro de horas e panfletos de mascates. Com pausa, reiterava-se cada palavra seguidas vezes num gesto de contemplação fazendo a leitura com intensidade.

Entretanto, no final daquele mesmo século quando os leitores adquiriram mais livros o desígnio passava a ser a variedade dos conteúdos. Assim, houve a introdução de uma leitura mais prolongada. A partir desse enfoque, a própria conceituação sobre o atributo mais importante da leitura se modificava da concentração para a escolha pelo conhecimento.

Diante de tal cenário, houve uma reorganização visceral na sociedade. Perante novos formatos econômicos das camadas sociais, o exercício letrado passa a ser olhada não mais como uma paragem fixa, mas como um itinerário a ser percorrido. Tanto que a leitura extensa ainda nos é preferida e está imbricada em todos os sistemas educacionais contemporâneos.

Sem embargo, o anseio de certos grupos por apressar o processo na alfabetização, influenciado pelo acesso mais extenso dos livros, não podia ser tolhida. A alfabetização estava dando certo executando ótimos resultados nesse período, dado que:

Em 1640, por exemplo, 30% dos ingleses e 25% dos homens escoceses assinavam a certidão de casamento; mas, em meados do século XVIII, 60% dos homens ingleses e escoceses (e 30% das mulheres inglesas e 15% das mulheres escocesas) assinavam o nome. Entre 1786 e 1790, no norte da França, 71% dos homens e 44% das mulheres sabiam escrever o nome, porcentagens superiores às da Inglaterra, da Escócia e da Holanda dominada pelos austríacos na mesma época. Na Prússia germânica (norte da Alemanha até a região do mar Báltico oriental), apenas 10% dos homens sabiam escrever o nome em 1750, 25% em 1765, e 40% em 1800, ou seja, o número quadriplicou no intervalo de duas gerações (FISCHER, 2006, p. 234).

A Revolução Industrial é outro marco importantíssimo para a educação em razão de alavancar a leitura em massa com o intuito de formar a mão de obra operária que soubesse ao

menos compreender as cartilhas de alfabetização tão quanto soubesse elaborar contas. Em função dessa necessidade, a escola tinha por função a formação técnico-instrumental dos indivíduos para as demandas do mercado de trabalho. Assim, os conteúdos de ensino decorrem das ciências objetivas, embutidos de conhecimentos para a qualificação profissional. Enquanto os métodos de ensino eram alicerçados na relação de transmissão e recepção dos conteúdos ensinados por unidade didática (NASCIMENTO, 2018).

Já no século XIX, a vida comunal era determinada por uma classe média em crescimento, formada em particular pelos habitantes letrados dos burgos. Por conseguinte, a alfabetização acerta as populações mais vulneráveis através dos grupos dominantes preocupados com a disciplina, ao valor do labor e ao compromisso cívico. Nessa conjuntura, ler tornou-se muito mais usual. Não só as obras livrescas estavam mais baratas e profusas que em qualquer outro período, mas as lamparinas e a iluminação a gás se tornaram triviais, o que colaborou para que uma maior quantidade de indivíduos tivesse condições de ler. Entre os favorecidos, estavam os trabalhadores que assistiam aulas à noite.

Todavia, no início daquele século em muitos países as mulheres ainda eram impedidas de ler por ser considerada uma prática inadequada para elas, prevalecente somente aos homens, o que ainda está presente em alguns países e comunidades de reverência religiosa. Outra curiosidade, é o fato de que em grande parte dos países não ocidentais, no final do século XIX, os gêneros, preferências, hábitos, produção e disseminação de leitura vindos do Ocidente estavam mudando as práticas tradicionais. A consequência foi a homogeneização cultural da leitura do século XX. Daí em diante, a inovação tecnológica continuava a caminhar a passos rápidos e com isso o livro se transformou em uma mercadoria de massa.

A leitura também acompanhava fomentos até então desconhecidos. Na primeira parte do século XX, o cinema mudo contava histórias com legendas intervaladas que precisavam ser lidas para que se entendesse a trama. Finalmente, o computador pessoal revelou maneiras peculiares de se relacionar com a palavra escrita, produzi-la e decodificá-la por meio dos textos e hipertextos.

Atualmente na concepção da sociologia, os atos de leitura dão aos textos interpretações plurais e móveis no encontro de modos de ler em grupo ou individuais. Todos eles concentrados no objeto lido, não apenas pelo autor que aponta o entendimento relacional de seu texto, mas mediante as convenções sociais de seu tempo. Estes exercícios impelem ao leitor a todo momento uma posição sobre a obra, uma citação do texto em uma coleção de referências e um jeito de ler e apreender (COULANGEON, 2014).

Posteriormente, as diferentes formas de internalização de um certo texto dependerão certamente da percepção sociocultural do grupo pelo qual estamos inseridos. Portanto, não há o entendimento solitário quando se trata do conteúdo da escrita. O grupo é que significa o olhar perante a leitura. Quando na escola, os livros didáticos já têm aprovação do Estado (governantes, partidos envolvidos, situações), seus conteúdos já passaram por outorga com temas já previamente selecionados. Dentro da família, a leitura dos filhos é visionada pelo capital cultural que os pais detêm e de suas aspirações pessoais.

São obras marcantes que são interpretadas de muitas maneiras e imbricam percepções na conduta de vida dos sujeitos. A preferência por livros de autoajuda, por exemplo, em relacionamentos e negócios são consequências do sistema econômico neoliberal que impele esse tipo raciocínio. Pode se dizer assim que a ‘legitimação’ pelo sucesso popular das leituras e obras literárias aumentam a confiança do conteúdo delas. Portanto, é essencial para atualizar-se no meio em que se vive o domínio da leitura e da escrita, considerando que é por meio dessa habilidade que o homem se comunica, tem acesso a informações e defende seus ideais (SILVA, 2019).

De fato, aprender a ler e escrever requer novas aptidões que consistem num grande desafio a ser dominado pelo jovem. A evolução de um leitor crítico não resulta exclusivamente da interpretação de textos, contudo de um exercício constante de leituras na escola e fora dela. Diante dessa condição, é preciso reconhecer o conhecimento que o aluno traz para a escola e propiciar situações educativas fazendo com que a aprendizagem aconteça de forma proveitosa. É esse crescimento que permitirá a formação do sujeito capaz de agir no âmago da sociedade de forma indelével.

Para tanto, os elementos específicos da memória dos homens acabam por desempenhar a “cristalização” verbal pelo escrito. Logo, quando nos deparamos com o conteúdo do texto estamos em contato com os efeitos de comunicação que ocorreu no momento da composição da obra. Por isso, é necessário fazer constantemente a releitura das situações de outros contextos. Além do que, a classe social e o meio o qual se relaciona são condições decisivas para a perspectiva da realidade da criança e do adolescente sobre a cultura escrita e a elaboração do gosto letrado.

Os indivíduos quando leem, retratam o mundo social com estruturas de compreensão que quando são manifestas nas condutas e práticas geram ações capazes de imputar significados ao mundo. O interessante é saber como existem diferenciações na rede de práxis,

de como o modo pelo qual cada leitor se apropria das obras escritas dão lugar à própria forma de viver. Sendo assim:

As experiências sociais, entre elas a leitura, inscrevem-se em modelos e normas compartilhadas. A leitura é uma ação que principalmente se efetiva a partir de convenções sociais que derivam das formas particulares a cada texto e a cada comunidade de interpretação. As comunidades de interpretação, por sua vez, constituem o universo dos leitores. Esse universo comunga, em relação ao texto, de um mesmo conjunto de competências, usos e códigos de interesses. [...] assim, os livros literários, num determinado momento de sua história, assumem a função de suporte da civilidade, confundindo-se com os manuais de etiqueta e até com alguns modelos de compêndios escolares. Na verdade, se localizarmos a produção literária na trajetória descrita pelo conceito de civilidade, bem como nas transformações que esse conceito sofre ao passar de uma tradição ou de uma figuração nacional a outra, veremos que, do antigo regime à modernidade, o ato de ler é um exercício permanente de autocontrole, assim como um modo de inscrição e aprendizado social, ainda que a leitura silenciosa tome parte nas formas de privatização e nas ilusões de autonomia da modernidade (LEÃO, 2007, p. 64).

Em terras brasileiras, a exemplo, a corte imperial foi a força motriz das normas de civilidade. Inúmeros manuais estrangeiros acometeram o império do país. Tal categoria literária era voltada às boas maneiras e trazia textos claros e didáticos. A principal meta de fazer os manuais era direcionar os leitores a internalizarem os modos da diferença social que no círculo imperial era um dos conceitos da vida da nobreza e também da boa educação de uma estrutura social elitista em desenvolvimento. Em decorrência dessa difusão, os educadores se dispuseram a produzir manuais de leitura para o uso das crianças no colégio fazendo com que elas seguissem hábitos de limpeza pessoal (LEÃO, 2007). Uma fisiologia aplicada as regras do bem viver, uma arte que ensinava a prevenir as doenças e guardar a saúde e um trabalho metódico forte. Nesse panorama, a escola juntamente ao *habitus* e à educação da família são os agentes principais da formação da leitura desde tempos antigos. Contudo, posteriormente a essa preparação, os métodos e estratégias editoriais que estruturam os textos escolares também formam o público a que se destinam. Nesse sentido, a aprendizagem por intermédio da leitura instiga a disciplina do corpo e da mente.

Similarmente, a leitura não é apenas um procedimento destinado a fixar o texto, porém um meio de assimilar a realidade e se posicionar sobre ela, reproduzindo a linguagem articulada que permite apreender o pensamento e fazê-lo atravessar o espaço e o tempo.

O processo de socialização encontra na linguagem seu fundamental instrumento, pois essa é o veículo pela qual a cultura é transmitida para as novas gerações. É através da linguagem que o cidadão se apropria dos objetos da aprendizagem. Com isso, o conhecimento

de mundo e, sobretudo, o escolar perpassa pela vivência da leitura e da escrita social. Estando em sociedade o indivíduo percebe-se convivendo com o outro e quer fazer parte de algo. O sujeito é recebido pelo grupo, torna-se parte dele e internaliza as regras que seguirá, colaborando para modificá-las no decorrer das circunstâncias.

Norbert Elias (2006, p. 25) considera que "sem o aprendizado de uma determinada língua especificamente social, os seres humanos não seriam capazes de se orientar no seu mundo". Ele complementa afirmando que um "ser humano adulto, que não teve acesso aos símbolos da língua e do conhecimento de determinado grupo humano, permanece fora de todas as figurações humanas e, portanto, não é propriamente um ser humano".

Por efeito da indivisibilidade de indivíduo e sociedade, a razão pela qual os sistemas de escrita se desenvolvem tem mais a ver com questões culturais do que puramente linguísticas. Porque é a vida em comunidade que dinamiza e regula o que vai ser grafado, sobrepondo a relevância dos signos em forma de textos. As intencionalidades bem como o enredo dos fatos corporificam as ações e mesmo têm o imaginário imbricado na escrita.

Afinal de contas, o ato de ler não se delimita na decodificação pura da palavra escrita, e sim se antepõe e se alonga na inteligência do mundo. A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior interpretação desta não possa prescindir do seguimento de reflexão daquele. Linguagem e realidade se atam dinamicamente. A compreensão da obra a ser alcançado por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e seu contexto (FREIRE, 1989, p. 11-12).

A Leitura no Dia a Dia

Em períodos anteriores ao capitalismo, não havia a necessidade específica de saber ler e pouco menos dispor de livros para ter contato com o escrito. Ainda assim, pode-se afirmar que pessoas de todas as classes podiam ter em mãos um livro. Devido aos livros devocionais ou às obras de *colportage*, os analfabetos desfrutaram da relação corrente com o escrito que era transmitido, repetido e ao mesmo tempo desenhado. No percurso, quando o acesso à leitura atingiu toda a população, a percepção atinada foi a de que existiam boas e más leituras do ponto de vista e moral e intelectual (FISCHER, 2006).

Enquanto que no século XX, a possibilidade de publicar um livro era mais avaliada pela probabilidade de ser mais vendido do que pela moralidade de seu conteúdo. Nesse quesito, já no final do século, não existiam bons ou maus livros: havia aqueles que a

vendagem ocorria depressa e em grande escala, e outros, logo eram dizimados porque não eram imediatamente rentáveis.

No tempo vigente de neoliberalismo e de mudanças frenéticas, a predileção por livros de desenvolvimento individual arrebatam leitores que buscam soluções rápidas e pragmáticas. E ainda sob influência dos Estados Unidos como potência econômica, suas ideologias se sobressaem na literatura espalhando-se por todo o mundo. Deveras, a prioridade conferida a magnitude econômica consegue provocar alterações na qualidade cultural das obras redigidas. São privilegiados os livros elegidos e vendidos por grandes editoras (relacionados a um grande grupo financeiro) que tiram proveito de um apoio midiático em massa e de uma distribuição convincente. Aqueles de literatura mais culta são deixados em segundo plano.

Há leitores, inclusive, que conseguem acompanhar com destreza o desenrolar de um texto, ao passo que outros respondem de forma pessimista com respostas como “não gostei”, “não tô entendendo nada”, “que livro chato” e o entendimento do texto fica por isso mesmo. Tal fato pode ser esclarecido mediante os sentidos que se modificam de leitor para leitor. Uns têm experiências constantes e viscerais com a leitura; outros de maneira muito superficial (SAGRILO, 2007).

Em todo caso, a vivência de leitura aqui enfatizada diz respeito a codificação de múltiplos tipos de texto escrito. Textos para entender informações que estimulem a criatividade, amplie o vocabulário e a escrita, estas resultantes de constructos sociais onde se elaboram uma razão de utilidade, um apreço social. Por isso, um ato somente é viável diante de novos encontros, com base em interações sutis e em redes de interdependência entre os sujeitos que agem e se legitimam mutuamente. Com o passar do tempo, tal fenômeno acontece de forma imperceptível e é vivenciado em todos os âmbitos, tido por grande parte dos sujeitos como referência do que significa ser civilizado. Assim acontece com a prática de ler (ELIAS, 2001).

As Convenções Sociais da Leitura

A fim de estruturar a programação da leitura nas sociedades, os governos políticos e econômicos trabalham constantemente para legitimar os conteúdos de livros para o grande público. Não existe neutralidade ao selecionar e divulgar o teor dos escritos que chegam aos olhos do povo. A preocupação de monitorar a produção livresca envolve o acompanhamento de todos os públicos, cada qual de maneira específica. Para aqueles que estão em processo de

formação acadêmica, provavelmente a atenção dada seja maior, como é o caso dos mais jovens que na escola dependem em grande parte dos materiais didáticos para estudos e avaliações. Acontece de forma similar com as reformas ortográficas que em diferentes línguas alteram a escrita e a leitura, e em consequência, à linguagem e as formas de abstrai-la na proporção que toda uma população precisa se adaptar as colocações morfológicas que são impostas por decretos jurídicos. Dado que o processo de reforma ortográfica não se detém apenas ao campo linguístico, mas essencialmente político formulado de interesses.

Muito embora, a política consiga controlar a leitura até certo limite, em razão do amplo acesso da internet e o aumento do poder de compra de muitos grupos de classe popular. No mesmo andamento da linguagem, a cultura do povo também consegue impor a sua fala. A língua portuguesa é um modelo de que a comunicação é dinâmica, pois surge, se desenvolve e continua a modificar-se por adaptações. Muitos são os vocábulos que introduzidos pela famosa gramática culta são ensinados pela instituição escolar, não obstante pela força da atuação verbal dos membros da sociedade as palavras ganham novos formatos. Jantar que é verbo, também vira substantivo com janta. Vosmecê vira você, vc e até cê. Em redes sociais, a língua informal é a mais difusa sem muita preocupação estética e a rapidez na escrita sempre ganha mais adeptos. Como resultado, o público jovem estabelece sua marca na linguagem, a exemplo do *Internetês* (Linguagem usada no meio virtual) a qual elabora gírias e neologismos.

A língua em movimento se adentra na mente e fala das pessoas, voltando a fixar-se no impresso de modo novo. Palavras reformadas são pregadas nos dicionários e livros científicos, enquanto que a aprovação da escrita oficial fica sob às ordens do Estado e dos linguistas. No fim de contas, o processo do dialeto é dialético, uma vez que se torna uma troca de concessões, seja da grande população, seja dos dirigentes do topo da pirâmide societária.

Outro aspecto pertinente à leitura diz respeito à cultura antropológica dos livros. Do realístico ao ficcional, os textos literários são decorrência do sistema de comunicação de domínios identitários, religiosos, políticos e acadêmicos. Posto que, o texto literário continua a ser uma forma privilegiada para as pessoas deixarem registradas suas relações com os seus semelhantes, com o meio ambiente e com a cultura que passam de gerações a gerações e conservam o exercício da leitura (AVELINO, 2020).

Os Irmãos Grimm, como caso análogo, eternizaram-se por contos que foram atribuídos à sua autoria. Chapeuzinho Vermelho, Branca de Neve e o Pequeno Polegar são alguns exemplos de histórias que percorreram o mundo das letras. No entanto, a tradição oral

das comunidades germânicas foram anteriormente as responsáveis pela transmissão de muitas dessas narrativas até a culminância literária do olhar mais ‘profissional’ de Jacob e Wilhelm, os quais se aplicaram ao registro dos relatos folclóricos, resultado da propagação de ouvir histórias em grupo e posteriormente passá-las para o papel.

A bíblia é outro exemplo de como a experiência se torna escrito, e por sua vez a leitura da publicação interliga organizações sociais. O livro mais vendido e lido no mundo é fruto de uma vivência religiosa. Conquanto, houve quem escolhesse os livros, enumerasse os capítulos e versículos e preservasse os livros da bíblia.

Portanto, há sempre quem selecione, organize e ratifique um escrito, ainda que um simples bilhete. Existe o intuito de evocar uma mensagem escrita para o receptor, do uno ao mais expansivo número de indivíduos. Todo esse ciclo pensante acontece notoriamente por meio da interação coletiva, efetivada de acordo com as posições e as funções delegadas a entidades (GOFFMAN, 1988). Ela acontece em uma esfera sócio-histórica definida espacialmente sob o direcionamento das instituições e grupos prevaletentes.

O Surgimento da Escola e sua Importância para a Elaboração da Escrita

A princípio, a escola desenvolvida no ocidente surge na Grécia antiga como Scholé, que significa lugar de repouso e do ócio. Entretanto, não era um espaço de descanso ou de lazer, mas sim o lugar onde os filhos da nobreza e proprietários de terras eram enviados e por isso não precisavam trabalhar para viver. Uma modalidade restrita de educação, reservada só para aqueles que viviam do labor de outros homens, pois a maior parte deles continuava a se instruir por meio do seu próprio trabalho e na vida em comunidade. A escola aparece no mundo antigo, greco-romano, com esta marca distintiva baseado na divisão entre trabalho intelectual e trabalho braçal, resultado da divisão de classe da sociedade de proprietários e não proprietários (ALVES, 2020).

Na Scholé, trabalhava-se com os saberes e técnicas necessários para orientar os trabalhos da mente, os quais exigiam esforço intelectual. Seus integrantes não praticavam atividades manuais porque estas ações eram vistas como inferiores ao homem livre, uma vez que as que exigiam esforço físico eram típicas dos escravos. Por efeito, as outras crianças e jovens, filhos dos não proprietários, estavam impedidos de frequentar o lugar, que eram por sinal a grande maioria de pessoas.

Nesse mesmo período, a noção de propriedade privada começava a modificar a forma de viver e pensar das pessoas. Uma vez que tanto os bens como os meios de produção passaram a ser particulares, diferentemente do que acontecia na Idade Média. Assim, os instrumentos de trabalho passaram a pertencer somente a um grupo familiar ou a um clã exclusivo, deixando parte remanescente da comunidade sem recursos para sobreviver. A partir dessa conjuntura, hoje a propriedade privada é um dos meios principais de trabalho da existência do homem.

Depois das Revoluções Francesa e Industrial dos séculos XVIII e XIX, a necessidade de habilitar de forma técnica e científica a mão-de-obra encarregada dos trabalhos na indústria se intensificava. Porque as máquinas de fábrica tinham em seu funcionamento mecanismos de saber científico, sobretudo do campo das ciências exatas, e como estas ciências não eram passíveis de serem memorizadas espontaneamente, precisavam ser aprendidas de forma sistemática.

O requisito de democratizar o acesso aos conhecimentos intelectuais, inclusive para a classe trabalhadora, aumentava aos poucos, levando o sistema capitalista de manufatura a colocar como plano prioritário a escolarização dessa mão-de-obra para atender metas de rendimento. Todas elas se tornaram exigências para a evolução da indústria, sempre mais impulsionada pelas inovações científicas e tecnológicas a serviço da acumulação do capital.

A Scholé, que antes era uma categoria elitizada de educação para os nobres e aristocratas, populariza-se e se torna com o decorrer do tempo o modelo principal de educação para toda a sociedade, servindo de lema da burguesia em sua fase de ascendência pela escola pública de todos.

Segundo Saviani (1994), é nesse tempo que a escola transita para uma demanda geral, permanecendo como referência de educação. O levante da indústria no século XVIII, o êxodo forçado dos camponeses de suas terras, o crescimento das cidades, a urbanização, a invenção da imprensa, a Reforma protestante, dentre outros fatores, são causas que fazem a população dominar os códigos escritos e as competências ensinadas pela escola.

Depois da Revolução Francesa, se faz indispensável o cumprimento da lei escrita no direito, assim como em contratos sociais e na vendagem de livros. Por isso, evidenciou-se o impasse do analfabetismo. Mediante a percepção do problema dos iletrados era preciso cobrar a observância da lei, quando a formação didática se fez urgente:

[...] a sociedade contratual, baseada nas relações formais, centrada na cidade e na indústria, vai trazer consigo a exigência de generalização da escola. A

produção centrada na cidade e na indústria implica que o conhecimento, a ciência que é uma potência espiritual, se converta, através da indústria, em potência material [...]. Se se trata de uma sociedade baseada na cidade e na indústria, se a cidade é algo construído, artificial, não mais algo natural, isto vai implicar que esta sociedade organizada à base do direito positivo também vai trazer consigo a necessidade de generalização da escrita [...]. Na Época Moderna, a incorporação da ciência ao processo produtivo envolve a exigência da disseminação dos códigos formais, do código da escrita. O direito positivo é um direito registrado por escrito, muito diferente do direito natural que é espontâneo, transmitido pelos costumes. O domínio da escrita se converte, assim, numa necessidade generalizada [...]. Quanto mais avança o processo urbano-industrial, mais se desloca a exigência da expansão escolar. Por aí é possível compreender exatamente por que esta sociedade moderna e burguesa levanta a bandeira da escolarização universal, gratuita, obrigatória e leiga. A escolaridade básica deve ser estendida a todos (SAVIANI, 1994, p. 05).

A par da influência da escrita e da importância da alfabetização, uma nova relação de apoio mútuo se estabelece entre ciência e técnica. Ao passo que a ciência pura vira ciência aplicada aos serviços e artefatos da indústria e exige a compreensão básica dos instrumentos de produção, tendo em vista que eram os trabalhadores quem deveriam operar os maquinários e era preciso dar a eles o suporte para executar as técnicas que, portanto, remete aos requisitos da leitura e da escrita.

É assim que surge, como uma necessidade objetiva, o pleito da inserção dos trabalhadores à instituição escolar, local de ingresso e promoção do pensamento tecnológico e conceitual. Ainda assim, essa escola que é oferecida aos trabalhadores atende, a princípio, as necessidades de seus idealizadores. Atualmente, a educação escolar é tão natural e óbvia que muitos nem têm a noção de que nem sempre ela foi um direito para todos (ALVES, 2020).

As características centrais da escola moderna articulam a escrita como ponto central de suas atividades. A organização escolar, os métodos didáticos, a iniciação de línguas estrangeiras, ciências modernas e exatas demonstram que toda a vida escolar foi submetida a um rígido controle de rituais e instrumentos de registros. Todos eles permanecem em toda a vida acadêmica e exercem um papel disciplinar, formativo e de memorização do saber letrado.

CAPÍTULO 2: A Leitura e a Educação

A leitura é uma prática cultural que está ligada à educação, sendo que o grau de escolaridade atinge diretamente o grau de leitura. Mas não somente isso, a propriedade dessa leitura estende o panorama de expectativa do leitor e sua capacidade de atuação coletiva,

quando o exercício da decodificação permite a aquisição de uma pluralidade de signos. O aprendizado de tais signos qualifica o leitor para o diálogo no transcurso de apreender o conteúdo do texto escrito e, ao mesmo tempo, propicia a proeminência instrutiva do leitor. Há um processo recíproco entre a aquisição do código e a leitura, em virtude de quanto mais códigos o leitor adquirir, mais insigne será a sua assimilação do texto versado com a organização societária no qual está colocado, possibilitando-lhe uma posição mais eficiente nos ambientes que convive.

A leitura obedece às mesmas leis que as outras práticas culturais, com a diferença de que ela é mais diretamente ensinada pelo sistema escolar, isto é, de que o nível de instrução vai ser mais potente no sistema dos fatores explicativos, sendo a origem social o segundo fator. No caso da leitura, hoje o peso do nível de instrução é mais forte. Assim, quando se pergunta a alguém seu nível de instrução, tem-se já uma previsão concernente ao que ele lê, ao número de livros que leu no ano, etc. Tem-se também uma previsão concernente à sua maneira de ler. Pode-se rapidamente passar da descrição das práticas às descrições das modalidades dessas práticas (BOURDIEU; CHARTIER, 1996, p. 237).

Nesse sentido, a relação entre escola e leitura é ao mesmo tempo uma das demandas mais reconhecidas e ambíguas da sociologia das práticas culturais por causa do lugar ocupado pela leitura no aprendizado escolar. Espera-se, o que é natural, que o grau acadêmico interfira diretamente sobre a frequência e a intensidade das práticas de estudo. Embora a noção de crise da leitura se propaga porque constata-se que apesar do aumento do acesso ao ensino superior no Brasil, perde-se aos poucos o hábito de ler de modo voluntário.

Com isso, a diminuição da leitura pelas camadas da hierarquia dos diplomas escolares concerne às mudanças da estrutura social da população escolar e a extensão do acesso ao ensino médio. Expressa também de forma implícita tudo aquilo que os costumes dos alunos deviam habitualmente não à própria escola, mas ao legado educacional delegados por suas famílias (BOURDIEU & PASSERON, 1964). Desse modo, quando busca instituir as normas da leitura erudita ou coloquial, a escola tem o risco de desestimular ou deslegitimar os modos de leitura ordinários já apreendidos. Em verdade, a instrução gráfica não se desenvolve apenas na escola e às vezes se coloca em oposição a ela (MAUGER, FOSSÉ-POLIAK & PUDAL, 1999). A prática de educação domiciliar é um modelo dessa contrapartida.

Nessas circunstâncias, as didáticas voltadas aos gostos dos alunos têm mais chances de incentivar ao letramento do que os ensinamentos literários já sistematizados. Mas o contrário também é possível em razão de existir em relevantes proporções ótimos alunos que leem pouco e alunos medianos que leem mais. Nesses casos, é visto que a leitura pode integrar

entre os sujeitos em idade escolar funções divergentes. Para alguns, constitui um apoio e uma extensão do trabalho escolar; para outros, configura um meio de se eximir das exigências da escola, contra as quais se aprimora o gosto pelos livros.

Sobre o insucesso escolar, até durante a década de 1940, a questão de classes no contexto da educação foi vista como obstáculo para o ganho de oportunidades, já que muitos sistemas de ensino se apoiam em princípios elitistas. Assim, a dimensão social do fenômeno educativo só se tornou mais perceptível quando estudos produzidos no campo da sociologia da educação e da população escolar aprofundaram o tema do ingresso quantitativo no sistema colegial.

Frente a essas realidades, a leitura pode ser projetada por dois segmentos: Nas raízes familiares, que são a base para a transmissão de disposições de normas as quais o indivíduo irá aderir à educação sistematizada proposta pela sociedade. E na escola, onde as práticas são voltadas à realização de tarefas para a internalização dos temas das disciplinas bem como para obtenção de diplomas acadêmicos. Contudo, em decorrência das ambiguidades da escola e de cobranças no desempenho quantitativo dos alunos, a aplicação de exames também modifica a relação do aluno com a leitura.

Uma das consequências evidentes da mudança do status da leitura está relacionada ao vínculo entre ela e o sucesso escolar, independentemente do senso referido a esse vínculo. A leitura como agente de êxito na escola se torna a variável determinante da aprendizagem. Com proporção igual, o impacto da frequência e os livros lidos em comparação ao progresso individual são relevantes. Não obstante, mais vulnerável que o das variáveis sociais é a categoria sociocultural dos pais (BAUDELOT e Outros, 1999).

Por conseguinte, o sistema educacional está enraizado numa sociedade engendrada por relações em desequilíbrio, com graves sequelas no rendimento da educação sistematizada. Os trajetos escolares podem ser menos díspares, a depender das condições apropriadas de acesso sem a exclusividade de certos grupos. Além disso, é preciso que as resoluções sejam mais justas e os conteúdos curriculares forneçam as gerações futuras dispositivos de crítica e de ação, imprescindíveis à autonomia e melhoria social (VALLE, 2014).

A estrutura ideológica da escola, evidentemente, espelha as condutas de leitura dos estudantes que abarca conteúdos de ensino e modos de transmissão imbricados de juízos de valor. Afinal, as relações de intencionalidades são implícitas e adentram a instituição escolar modelando as formas de agregação nela instauradas.

Ademais, a escola fala aos alunos de objetos que não se encontram no mundo cotidiano deles e, às vezes, em nenhum mundo sensível, e leva-os para universos que apenas existem no pensamento e na linguagem. Sendo assim, a escola é fundamentalmente um espaço de palavras que possibilitam a objetivação do mundo e o distanciamento para com ele e que abrem janelas para outros espaços e tempos, para o imaginário e o ideal. Além disso, a escola é um lugar onde a própria linguagem vira objeto de linguagem, de segundo nível: na escola, fala-se sobre a fala. Essa especificidade estende-se aos comportamentos e às relações (CHARLOT, 2014, p. 82).

Ao levar em consideração os aspectos de prescrição curriculares e didáticos dentro de sala de aula, as funções dos atores da escola se destacam pelo domínio de competências e a assimilação produtiva da instrumentalidade escolar.

Atesta-se assim que todo currículo acarreta um conjunto de normas particulares em todos os temas exequíveis nos quais alguns têm posição de prestígio e são mais trabalhados, em contrapartida de outros os quais são desconsiderados integralmente, formando o regimento dos códigos do saber da escola. No currículo grafado, é propiciado uma marca e um guia de coordenadas sujeitas a mudanças que constitui a rota da prática institucional. Por isso, é necessário entender que, apesar de as instituições de ensino efetivamente difundirem valores ideológicos e a ciência, isso não é apenas o que elas exercem:

O controle social e econômico ocorre nas escolas não somente na forma de áreas de conhecimento que as escolas possuem ou nas tendências que encaminham – as regras e as rotinas para manter a ordem, o currículo oculto que reforça as normas de trabalho [...] O controle é exercido também através das formas de significado que a escola distribui. Isto é, o “*corpus* formal do conhecimento escolar” pode se tornar uma forma de controle social e econômico. As escolas não controlam apenas pessoas; elas também ajudam a controlar significados. Desde que preservam e distribuem o que é considerado como o “conhecimento legítimo” – o conhecimento que “todos devemos ter” –, as escolas conferem legitimação cultural ao conhecimento de grupos específicos. Mas isto não é tudo, pois a capacidade de um grupo tornar seu conhecimento em “conhecimento para todos” está relacionada ao poder desse grupo no campo político e econômico mais amplo (APPLE, 2016, p. 98).

Assim, como um sistema de objetivos assertivos, a escola também instiga a reprodução de um tipo de conhecimento utilizado como mercadoria, pois cultura e poder na sociedade capitalista estão intimamente associados. Essa relação formula um tipo de currículo que molda a distribuição e a produção de saberes na maneira que as escolas procedem em suas atividades pedagógicas e avaliativas, desempenhando uma função importante na elaboração de desigualdades (APPLE, 2016).

Ao mesmo tempo, a leitura é apropriação, identificação e cultura (CHARTIER, 2001). Nos colégios, os livros didáticos se validam por sistematizar a publicação da ciência, entretanto, também colaboram para ocultar a realidade dos fatos através de descrição de estereótipos e explanação subjetivos que favorecem os interesses de grupos hegemônicos. Ainda assim, se o professor for sagaz e crítico, com capacidade de desconfiar das aparências, verificará que muitos conteúdos do livro didático não conferem com a realidade e com a vida real dos alunos (LIBÂNEO, 2013). Esse panorama de visão docente e material didático faz parte da promoção da cultura escrita da escola e de que forma acontecerá a aprendizagem do aluno dentro da instituição. Em muitos momentos, ocorrem distorções de leitura dos conteúdos que realçam ainda mais as desigualdades sociais e a cultura recepcionada na escola. Em outros, quando o sentido real do texto é assimilado, a leitura escolar impulsiona a emancipação do leitor.

Contribuições Sociológicas para a Tríade Escola-Educação-Sociedade

Ao longo da promoção dos estudos do liceu, a sociologia contribui consideravelmente na conceituação dos fenômenos da aprendizagem. Dentre eles, busca identificar a relação dialética entre educação, escola e sociedade, a qual apresenta avanços e também muitas contradições. A escola como instituição renomada abarca diversas funções que por sua vez reproduz as demandas do capitalismo e reitera a formação dos sujeitos a partir dos arranjos desproporcionais de classes.

Nesse contexto, nomes indispensáveis para sociologia da educação como Pierre Bourdieu, Bernstein, Lahire, Bernard Charlot, entre outras referências alavancam a discussão sociológica para os estudos da educação e reflete o real papel da escola no mundo. Nos próximos parágrafos serão apresentados alguns desses autores e suas respectivas corroborações que auxiliaram este trabalho sobre leitura e educação de jovens. Ressaltando que por efeito de discordâncias, singularidades e, às vezes, incompatibilidades de propostas, é preciso levar em conta a relevância do debate acadêmico que abrange os horizontes de perquirição e não o qualifica como “uno”. No entanto, amplifica a análise dos fenômenos que interferem nos comportamentos humanos.

A Questão do *Habitus* e a Escola da Reprodução Social por Pierre Bourdieu

Bourdieu apresentou para o domínio acadêmico nos anos 60 uma asserção genuína, ampla e bem estabelecida sobre a problemática das desigualdades escolares. Sua tese para interpretar a escola e as relações de classe nela imbricadas tornou-se um divisor de águas na sociologia da educação. Suas pesquisas conseguiram fomentar com clareza os empecilhos e êxitos de determinados grupos no sistema escolar quando tantas outras análises de estudiosos anteriores não conseguiram.

O autor francês homologa um novo modelo de interpretação da escola que mostrou ser competente para elucidar fatores implícitos na educação que a perspectiva da época relativizava. Os dados de seus trabalhos denotavam o influente elo entre o desempenho escolar e a origem social e enfraqueceu o paradigma funcionalista, dando novos fundamentos para o raciocínio científico acerca do liceu e das classes sociais.

Percebe-se nesse momento que o sistema de ensino frustrava os jovens das camadas populares francesas. Porque onde em outrora se avistava uma instituição que oferecia oportunidades iguais e justas à sua clientela, Bourdieu (2014) identificou reprodução e legitimidade das distinções sociais. A escola, em sua afirmativa, não é mais vista de forma neutra e democrática, mas uma das instituições principais para perpetuação de privilégios sociais (NOGUEIRA, 2009).

Ele demonstra que a escola propaga e defende um determinado tipo de cultura hegemônica, assim as crianças que recebem no seu ciclo familiar uma educação inclinada a cultura que a escola favorece têm bem mais possibilidades de serem exitosas nessa instituição. Na proporção que os sujeitos agem conforme as disposições pertinentes à posição estrutural em que foram formados, com recursos que convergem ou não com a linguagem escolar. Por essa razão, a escola é um estabelecimento de violência simbólica que privilegia os filhos das classes dominantes em detrimento dos filhos das classes mais pobres.

A respeito dos vínculos familiares, existe a socialização primária que prepara os filhos para o contexto social em que estão inseridos. Nesse processo de orientação, o *habitus* se coloca como o conjunto de disposições psicológicas elaboradas em um meio social, retratando as propensões desse ambiente. Aquelas são referidas como comportamentos conscientemente previstos ou como reações mecanicistas, impostas por determinações de recursos exteriores e além do controle dos agentes.

Para questionar as relações de reprodução, Bourdieu (2014) origina o conceito de capital cultural. Tal abstração transfere para as crianças e jovens o capital econômico, o capital social e o capital cultural. Este último permite a prole das famílias mais abastadas acatarem aos requisitos da escola, ao mesmo tempo que a geração dos meios desfavorecidos não pode nem compreender esses requisitos. Por conseguinte, a herança cultural constitui uma influência decisiva e uma representação discriminatória para o indivíduo na esfera escolar, na medida em que:

O privilégio social é transformado em mérito individual. Enquanto os “herdeiros” veem reconhecidos e transformados em vantagens escolares os saberes. O saber-fazer, o saber-ser, o saber-dizer, o saber-parecer que trazem do meio familiar (patrimônio das classes privilegiadas), as crianças dos meios não escolarizados têm tudo a aprender. Para elas, a aquisição da cultura escolar (cultura “legítima”, validada por exames e diplomas) constitui-se num verdadeiro processo de aculturação. Os conteúdos curriculares transmitem regras morais e maneiras de perceber o mundo, dotando os alunos de uma lógica intelectual comum, que constitui o “*habitus* culto” de sua época. O conceito de “*habitus*” está no centro da teoria de Bourdieu e de seus colaboradores, tendo sido empregado, desde os primeiros trabalhos, para designar um “sistema de disposições duráveis e transmissíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes”; isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações. O conjunto dessas disposições funda a constância e a relativa coerência dos comportamentos e determina o modo pelo qual cada grupo social lê avalia a realidade e se move na sociedade (BOURDIEU & PASSERON, 1964 e 1982, p. 40).

Decerto que a fruição do capital cultural, quando tem o devido suporte, beneficia o desempenho dos estudantes ao corroborar no aprendizado dos conteúdos e no entendimento da linguagem da escola. As instruções culturais, os saberes tidos como legítimos e o domínio superior da língua culta facilitam o discernimento acadêmico de certos alunos (BOURDIEU, 2010). Tendo em vista, o tipo de ligação entre a família e a cultura escolar, seja para reforçar os bens simbólicos vividos em ambos os recintos ou para estranhar as disparidades de saberes e vivências existentes nesses âmbitos.

Os Patrimônios Individuais de Disposições, segundo Lahire

Lahire (2008) em seus estudos aprimora a abordagem das origens sociais e analisa outros elementos além do capital cultural que influenciam o sucesso escolar dos jovens. O sociólogo transita por uma via conceitual diferente da de Bourdieu ao partir do princípio de que existem diversas formas pelas quais as disposições são transmitidas no dia a dia.

Ao contrário do pesquisador de ‘A Reprodução’, Lahire (2007) leva em conta que o aspecto coletivo também trabalha na esfera individual, de ordem mental e subjetiva. Suas investigações no que concerne ao sucesso e fracasso escolar reiteram a força do capital frente a cultura escrita e as adequações ao ambiente escolar (LAHIRE, 1997). Com isso, a teoria de Lahire não se coloca como tese geral, mas como diálogo entre a pesquisa empírica e as questões da teoria, que são aspectos constantes de discussão e raciocínio sociológico. Nessa situação, o autor procura uma resolução objetiva para essa matéria e salienta por meio de histórias de vida a maneira como as variantes agem e se distinguem de um lugar para o outro, de agente para agente, contestando em parte a teoria de Bourdieu marcada pela reprodução social. Lahire (1997) também afirma que a tese das estruturas sociais oculta as práticas socializadoras e autênticas que as famílias mais pobres apresentam como disposições individuais, oriundas de contextos plurais de educação e de diferentes abstrações das experiências de vida e do sistema escolar, não se restringindo somente ao *habitus*.

Portanto, a lógica da incorporação do social, e por sua vez o intento que nos remete, traz implicações políticas causadas pelos processos de inibição, suspensão e ativação das disposições dos indivíduos em seus percursos pedagógicos formais e informais (LAHIRE, 2008). Observando que o entendimento a respeito do que é a ação acarreta em um distinto preparo do âmbito para se reformular as maneiras de agir. Interferências sócio-históricas também se fazem vigentes, dado que as concepções de unidade e de pluralidade vão sendo colocadas a depender do tempo e espaço, intensidade e significação cultural da escrita.

A Tese dos Códigos de Linguagem de Bernstein

Basil Bernstein foi um dos sociólogos mais importantes da educação de todo o Ocidente. Sua proposta era aferir em que proporção e com quais meios a organização da sociedade influencia a composição, o funcionamento e a transformação da língua. Já na década de 50, Bernstein (1990) chega à conclusão, por meio de dados sociais e estatísticos, que o insucesso escolar não se restringia aos filhos da classe trabalhadora, mas ao acesso à educação e a possibilidade de progredir nos estudos que decorria mais da origem social do que das competências intelectuais. O autor então fez a ligação entre classe e sucesso escolar e

chega à conclusão de que o principal responsável pelo fracasso dos alunos da classe dos trabalhadores é a linguagem.

A tese dos códigos de linguagem adquiriu um extenso e diligente recebimento. Tanto que serviu como base para elaborações de planos pedagógicos que posteriormente foram propagados como incentivos de uma educação de reparo. Uma vez que se os alunos da classe trabalhadora aprendem somente o código restrito, logo seria substancial predispor a essa clientela, já no período do primário, um aparato de instrução que suprisse o que tinham de carência. Por esse ínterim, o sociólogo da linguagem afirmava que o formato de emprego do dialeto está relativamente submetido ao contexto. Ainda assim, a partir da concepção da performance na escola, os códigos desempenham funções divergentes. Os discentes que não compreendem o código elaborado estão mais inclinados a rendimentos precários (SOARES, 2002).

Para Bernstein (1972), por conseguinte, o desempenho linguístico de um sujeito depende da estrutura social em que ele se encontra e, em especial, das ligações e das interações que se realizam no cerne do conglomerado do qual faz parte. Assim, a organização social e a divisão de classes estabelecem a aquisição de certo tipo de código linguístico o qual designa, por sua vez, o grau psicológico, a percepção de conceitos e as operações lógicas do indivíduo; O que com precisão vai interferir a perspectiva de êxito ou fracasso a nível estudantil e uma melhor ou frustrada integração na coletividade.

Charlot e a Relação do Sujeito Com o Saber

Bernard Charlot aprofunda seu trabalho de pesquisa na educação por volta da década de 1980, em Paris, e desenvolveu um conceito que explicita de modo mais genérico e menos estereotipado histórias de sucesso e de fracasso escolar pela relação com saber. O filósofo parisiense inova na abordagem investigativa entre as relações dos estratos sociais com a escola e ressalta o saber das classes menos favorecidas.

Ele vai ao encontro mais próximo de elementos que revelam as entrelinhas do percurso escolar do público juvenil das periferias. Nesse caso, é levado em conta o indivíduo com seus anseios subjetivos e por esse discernimento Charlot conclui que as pessoas não são apenas objetos de pesquisa, mas sim agentes sociais capazes atuar para além da lógica dominante. E isso pode acontecer no seu contexto mais ordinário de vida com o propósito de mobilidade social e do intelecto.

Charlot (2001) menciona que a teoria de reprodução proposta por Bourdieu (2014) não mostra a relevância das práticas do sistema escolar e as políticas de governança voltadas para a instituição da escola. Sendo que esses fatores podem fazer a diferença no reforço das desigualdades na educação. Além disso, na sua teoria é demonstrado que o sucesso ou fracasso não se restringe à classe da criança ou do jovem (CHARLOT, 2014). Sendo que, decerto, cada um é oriundo de um grupo ou posição objetiva na sociedade, todavia a pessoa tem capacidade de interpretar individualmente sua posição e procurar dar um sentido subjetivo a ela através das relações singulares com o saber. Isto significa considerar o ser como social e único concomitantemente.

Por isso, para o autor, é importante explorar as relações com a aprendizagem fora do contexto escolar, analisando a relação peculiar do aluno com o mundo entre obstáculos e triunfos consigo próprio, com as outras pessoas e o modo de assimilação da linguagem dos ambientes em que vive. Mediante essa reflexão, Charlot ressalta a motivação como fator pessoal:

A questão da relação com o saber pode ser colocada quando se constata que certos indivíduos, jovens ou adultos, têm desejo de aprender, enquanto outros não manifestam esse mesmo desejo. Uns parecem estar dispostos a aprender algo novo, são apaixonados por este ou por aquele tipo de saber, ou, pelo menos, mostram uma certa disponibilidade para aprender. Outros parecem pouco motivados para aprender, ou para aprender isso ou aquilo, e, às vezes, recusam-se explicitamente a fazê-lo (CHARLOT, 2001, p. 15).

Por isso, o convívio comunitário compõe em parte a postura perante o sistema acadêmico, entretanto não define nem determina integralmente o processo de aquisição do saber do aluno pela origem social em virtude de, como já destacado, haver uma ligação individual do cidadão com a cultura. Aliás, os jovens que possuem as mesmas posições sociais e os mesmos recursos materiais não têm todos eles o mesmo interesse pelos estudos, pois a vontade se trata de uma questão de identidade (CHARLOT, 2014).

Deste modo, para além da classe social, os estudos de Charlot refletem a relação do indivíduo com o conhecimento pelos vínculos epistêmico e identitário durante o decurso da aprendizagem, trabalhando a singularidade e a biografia do aluno em suas práticas cotidianas.

Nobert Elias e sua tese da Civilização Ocidental

Elias articula sua teoria da civilização apresentando como base da discussão o percurso histórico da mudança de hábitos e comportamentos entre a idade média e a era

moderna. Ao investigar os hábitos dessas sociedades, o autor buscou depreender de que forma ocorre o processo de modificação das ações dos indivíduos e a prevalência da proibição e do controle na sociedade ocidental (LEÃO, 2007). Por meio dessa inquirição, Elias constata a forte ligação entre sujeito e sociedade, dado que a formação psicológica e comportamental do sujeito está imbricada nas relações de apropriação dos artefatos da cultura. Para ele, pessoa e sociedade são interdependentes, pois não há existência de um sem o outro, e a individualização ratifica essa ideia, uma vez que apresenta o indivíduo como integrante de um grupo social, não obstante que dispõe de uma biografia singular no meio da organização coletiva. Ainda assim, somente pode elaborar suas ações em meio a esse sistema que também retrata essas mesmas ações (ELIAS, 2006). Dentre os hábitos comumente usuais estão as formas específicas de ler e usufruir dos livros.

Com a leitura de Nbert Elias, pode-se facilmente chegar a uma definição sociológica para os livros: são objetos cujas formas psicológicas ou estruturas da personalidade dos produtores e leitores encontram expressão nos contratos de leitura que são laços sociais reciprocamente estabelecidos entre eles. A partir daí, conhecemos mais uma função dos livros: a de utensílios culturais que melhor fazem o elo entre as estruturas mentais e as figurações sociais, entre a psicogênese e a sociogênese (LEÃO, 2007, p. 62).

Para a aplicação de leitura, Elias compreende que os livros são objetos pertinentes para a educação e internalização das vivências do mundo, de maneira que a leitura é eficiente para a incorporação de ideias. Por esse segmento, os profissionais que participam da produção de livros são peças-chave no processo de civilização. Pois, quem difunde livros difunde ideias e valores, decide o que é permitido e o que é proibido existir, intervém na íntima estrutura das formações de sensibilidades (LEÃO, 2007, p.61). Certamente a família, a escola influi diretamente nos gostos de leitura pessoais do aluno, mas também outras instituições como o Estado, a Igreja e o sujeito aprendiz assimilam e age de maneira retributiva no mundo em que reside.

Percurso da Pesquisa Sociológica da Educação no Brasil

A sociologia da educação é uma área do conhecimento responsável por pesquisar os processos sociais concernentes ao ensino e também à aprendizagem nas instituições. Ela investiga os fatores estruturais que fornecem suporte à sociedade através da educação a seus integrantes e como esses encandeamentos marcam o progresso dos indivíduos no decorrer de tais transcurso. Para Durkheim (2013), a escola se estabelece de acordo com uma instituição

e dispõe de um papel moralizante na sociedade ao ser encarregada por difundir às pessoas normas, valores, ações e comportamentos que são substanciais para a coesão social.

Os trabalhos sociológicos da educação se iniciaram, primariamente, em meados do século XX. Neste espaço de tempo, prevalecia a mais conhecida abordagem moralista que enfatizava o funcionamento usual da sociedade e sua reprodução tidos como cruciais para a transmissão do conhecimento, historicamente acumulado entre as gerações. No entanto, já havia esforços de cooperação para legitimá-la esse âmbito da sociologia enquanto área representativa de estudos. Em contrapartida, os pesquisadores positivistas da época tinham a ideia de que a compreensão da sociologia sobre a educação interferisse negativamente no desenvolvimento social.

Inclusive, nas pesquisas da área escolar é preciso salientar o aporte de Durkheim o qual alicerçou este âmbito da ciência, a exemplo das obras ‘Educação e Sociologia’ (1922) e ‘A Educação Moral’ (1925). Com essa preparação, inúmeros trabalhos de pesquisas foram suscitados na educação com procedimentos da Sociologia. Porém, é possível verificar que foi a partir dos anos 40, e sobretudo nos anos 50 e 60 do século anterior, que a sociologia da educação se instituiu como campo científico de inquirição (RUGERI, 2013). Melhor dizendo, se fundamentou como uma das principais especialidades no país que tanto enfrenta desafios na formação pedagógica.

Dessa forma, a sociologia da educação no Brasil surge pelo Manifesto dos Pioneiros que tinha como objetivo fomentar no país a escola pública, laica e obrigatória para todos. Esse documento teve como principal produtor Fernando Azevedo e o também sociólogo Florestan Fernandes; ambos tinham como lema reivindicar uma escola para o Brasil sem interesse de classes e que fornecesse saberes significativos. Todos eles por meio de uma abordagem humanista, de cooperação e solidariedade social (AZEVEDO, 2010).

Ao grau do discurso, a perspectiva da democratização do ensino e acesso mais amplo de qualidade aviva o estudo de problemas na educação. Estes aspectos de pesquisa fomentaram façanhas por parte de certos Estados e desencadearam um progresso ágil da instituição escolar, a exemplo de localidades como a Inglaterra e Estados Unidos. Onde neste país boa parte dos trabalhos da sociologia da educação direciona-se aos problemas do liceu, análise da organização escolar e estudo do rendimento acadêmico. Já na Inglaterra, a chamada ‘Nova Sociologia da Educação’, destaca os processos pedagógicos e critica a orientação funcionalista dos estudos que se restringiam ao acesso de diferentes grupos sociais a certos tipos de escolas.

Destacava-se a princípio, o direito de cada qual ter uma formação de acordo com suas capacidades e seus gostos, além da imprescindibilidade de uma mão-de-obra habilitada como condição para auxiliar a prosperidade econômica. Tais circunstâncias e princípios delinearam o campo de pesquisa das ciências sociais referente à escola.

Nesse contexto, os estudos no Brasil são marcados pela versatilidade, diversificação e multidisciplinaridade. Através do modelo de algumas vivências internacionais, as pesquisas brasileiras também sortiram seus enfoques de temas, há tempos investigados, para destacar o indivíduo, pois os sujeitos restituem uma realidade social mediante sua própria personalidade.

Nos trabalhos da academia, uma das referências de estudo são as obras de Pierre Bourdieu que mais influenciam o processo investigativo no Brasil. Existe um consenso de que os estudantes não são sujeitos abstratos que litigam em condições igualitárias na escola. Todavia, são agentes socialmente formados que carregam, em larga proporção, experiências socioculturais desiguais e relativamente profícuas no mercado escolar. Ademais, seguem críticas nos trabalhos às preleções que defendem um tratamento homólogo para aqueles que são desiguais e que supõem oportunizar a todos as mesmas chances de desenvoltura (BOURDIEU, 1982).

Não se deixa de lado que determinados grupos privilegiados agem sobre o contexto escolar, correlacionando códigos que dispõem de significados relevantes os quais aqui se referem à linguagem oral enquanto atividade concreta praticada pelos sujeitos falantes (BERNSTEIN, 1990). Na proporção que a outra grande parte da sociedade pode apresentar dificuldades e insucesso escolar. Assim se depreende que o sistema educacional, longe de ser neutro, privilegia um determinado tipo de discurso e conseqüentemente uma determinada orientação que Bernstein (1990) identifica como pertencente à classe média. Não existe, nesse caso, uma ruptura entre o processo seguido pelas crianças da classe média e as exigências da instituição escolar, mas as crianças da classe trabalhadora quando entram para a escola estão a penetrar num sistema simbólico que não lhes oferece qualquer ligação com a sua vida familiar e comunitária, o que impedirá, ou no mínimo dificultará, que estas respondam adequadamente a tais exigências, dando lugar ao insucesso.

Além de Bourdieu e Bernstein, outro autor notório em pesquisas educacionais no Brasil é Bernard Charlot, pesquisador francês que reside há anos no país e produz pesquisas que exploram o desempenho escolar de alunos de escola pública e de classes populares. Seu procedimento de investigação se baseia nas relações de saber dos estudantes, que é um dos

fundamentos de sua teoria e geralmente utiliza a entrevista como recurso que capta as falas dos pesquisados. Com isso, seus trabalhos contribuem expressivamente para a sociologia e a educação em território brasileiro. Ademais, Althusser, Émile Durkheim, Jean-Claude Passeron, Theodor Adorno, Michael Apple e outros sociólogos de referência mundial influenciam o pensamento acadêmico.

A maioria das pesquisas de tais autores foram motivadas por influências sociais, políticas, econômicas e culturais principalmente a partir das décadas de 60 e 70. Com visões micro e macro, a Sociologia da Educação vai à procura de análises sobre a universalização do ensino, desigualdades sociais, sistemas educacionais, relação de domínio e controle, cultura, transmissão de valores e conhecimento, reprodução, processos de modernização, tecnologia e relações de trabalho.[...] A partir da década de 1990, principalmente com o debate sobre o retorno da Sociologia a Educação Básica, o campo da Sociologia educacional começou a ter maior visibilidade, ampliando também as áreas de estudo dentro da educação (RUGERI, 2013, p. 7).

Na República, de modo geral, a pesquisa na esfera da educação é voltada a temas como cultura, desigualdade, conhecimento, políticas públicas e trabalho, alguns bastante proeminentes na sociologia brasileira (SOBRAL, 2013). Os mesmos assuntos correspondem assertivamente com esta pesquisa que trata das práticas de leitura de alunos de uma escola pública. Não obstante, apesar de a educação situar-se, historicamente, presente em programas de pesquisa da sociologia, se apresenta hoje de forma diversa e dispersa. Esse âmbito do saber aparece de forma escassa em consequência do pouco prestígio que ela ocupa no cenário mais vasto do campo acadêmico brasileiro. De todo modo, a temática educacional prevalece como um tema clássico e fulcral na atividade investigativa.

Nesse ínterim, é sobre a escola e os atores inseridos nela que as novas análises de pesquisa se baseiam. Essas considerações norteiam temas de estudos mais contíguos pelo fato do colégio ser, por essência, local de comunicação e de obtenção do saber, habilidades e de disposições que são incorporadas. Por assim, a dinâmica formativa responde por um forte interesse no estudo da rotina escolar, visto que está vinculada à ordem e a disseminação do conhecimento sistematizado.

Por conseguinte, o auxílio da sociologia permite correlacionar as expectativas educacionais e culturais em face das mudanças e das resistências que se manifestam no interior da escola e dessa forma fazem a formação de leitura do jovem. Por último, as teorias da resistência, que se desenvolveram sobretudo nos Estados Unidos, tiveram e continuam

tendo uma importante repercussão no pensamento curricular brasileiro. Elas contribuem para ampliar os estudos críticos sobre o currículo oculto no sistema educacional do ensino médio.

Sociologia da Leitura

O estudo sobre a leitura teve sua profusão no início da antiga União Soviética, nos Estados Unidos e Alemanha. No campo da Sociologia, a França propôs a base de estudos no final da década de 1950 através das obras do autor Robert Escarpir (*Sociologia da Literatura*-1958) e dos sociólogos Joffre Dumazedier (*Lazer e Cultura Popular*-1962) e Hassenforder (*A Inovação do Ensino*-1974). Em trabalhos ulteriores os hábitos, rupturas e crises levantaram questões a fim de compreender as intenções e o percurso da leitura dos indivíduos naquele território. Além disso, em meados da década de 50, as corporações vinculadas à edição de livros e da imprensa estiveram à frente de estudos que sondavam a leitura do povo francês. A partir de tais iniciativas, os trabalhos da sociologia da leitura tão mais foram ganhando espaço na academia científica com disposição de elucidar preferências e experiências de leitura que variam segundo o estado de vida de cada grupo social.

Na URSS do começo do século, em 1922, Nikolai Rubakin, que pretendia educar a população por meio do livro, concebe uma disciplina chamada bibliopsicologia. A mesma foi elaborada para pesquisar metodologicamente o autor do livro e depreender os gêneros literários, sua difusão e impacto cognitivo sobre o leitor (LAFARGE & SEGRÉ, 2017). Rubakin investigou muitas coletâneas e produziu significativas pesquisas entre leitores de várias partes do mundo, se comunicou e trocou experiências com proficientes da área.

Além disso, é importante ressaltar que nessa circunstância a Rússia instigou o interesse pelo estudo da leitura. Durante meados do século XIX, o que ocorria na melhor das situações era um homem em cada seis na zona rural apto a ler, ainda assim de maneira rústica com 90% da população nessas condições. Enquanto que no ano de 1897, devido a trabalhos na educação durante o império, um a cada três indivíduos de toda a população masculina da Rússia maior de oito anos estavam completamente alfabetizados. De acordo com Fischer (2006), após se tornar o primeiro chefe de governo da União Soviética, Vladimir Lenin (1870-1924) certa vez enunciou que não havia política para aquele não soubesse ler, uma vez que se encontrava insatisfeito por pouco menos de um terço da população estar instruída. Posteriormente, Joseph Stalin (1879-1953) para modernizar a industrialização no país

transformou a alfabetização em prioridade nacional na década de 1930, e em 1939, 89% da população moscovita entre 9 e 49 anos sabia ler e escrever.

Portanto, a sociologia da leitura abarca em sua interpretação o agente leitor e os fatores externos que o circundam e o influenciam. O estudo da cultura das letras, por conseguinte, analisa a vida em comunidade em meio a organizações políticas e escolhas pessoais. Reverência, preservação, proibição e embate engendram a história da leitura nos quatro cantos do mundo.

São os gostos, a faixa etária e a força das instituições que prevalecem no exercício diário da leitura. Pois a fase de vida que o sujeito está vivendo em junção com o ambiente que habita define os aspectos que favorecem a desenvoltura de uns, ora que dificultam a acessibilidade de outros. E por essa causa, a leitura tem mais constantemente enraizamento nas sociedades que fazem a hegemonia da cultura. Em razão de a ênfase estar sobre o ler mais do que sobre o próprio livro, sobre a internalização mais do que sobre a fruição. Descobre-se então nas perquisições as características comuns e diferenças entre as experiências com as letras em várias culturas, além de indicar como uma mesma obra demonstra divergentes interpretações.

Mas investigar a noção de leitura pressupõe investigar transformações do mundo ocidental e a cultura mais particular porque a leitura demanda das demais práticas culturais, com a distinção de que ela é de modo direto instruída através do sistema escolar. Ou seja, o grau didático vai ser mais preponderante no sistema dos fatores explicativos. No processo de leitura atual, a relevância do nível de instrução é mais impactante. Assim, quando se indaga a alguém o seu nível de escolaridade, tem-se em mente uma previsão do que a pessoa lê, a quantidade de livros que leu por ano e seus diplomas.

Entre as leis sociais que impelem a exigência ou a aptidão de leitura, as da escola estão entre as mais cruciais, o que posiciona o problema. Na sociedade contemporânea, a escola tornou o lugar da aprendizagem de leitura porque ela é a instituição que socialmente é atribuída a difundir a ciência comprovada da humanidade (Que de tempos em tempos é renovada). Os títulos acadêmicos também são por ela entregues. Comumente, a leitura vai sendo amplificada na instituição pelos aparatos didáticos e pedagógicos reconhecidos perante o público. Posto que estamos na sociedade da informação e do conhecimento, as inovações

tecnológicas e as novas demandas capitalistas exigem uma adaptação que desde crianças os sujeitos são submetidos já no educandário.

É mediante essa projeção que pesquisadores exploram o campo do direito de leitura e mesmo o direito de poder lê-los. É assim, sobre o prisma de possibilidades e de eficiência de uma política da leitura, de uma política que se responsabilize da edição e do encontro entre o livro e seu leitor que se estrutura o conjunto de trajetos de distribuição (CHARTIER, 1996).

De acordo com Norbert Elias (2006), é possível, evidentemente, chegar a uma acepção sociológica para os livros, que são instrumentos produzidos a partir do perfil sociocultural do autor em que o público-alvo também visualiza os enunciados das obras literárias a partir do seu perfil. As mesmas obras se tornam vínculos sociais que são reciprocamente estabelecidos pelo processo de emissão/recepção. A partir daí, entende-se que um dos ofícios do livro é fazer a ligação entre as estruturas psicológicas do indivíduo e as estaturas sociais. No decorrer da produção livresca, existem ciclos deliberados que vão da escrita à vendagem, pois entre a produção cultural e o mercado existem utilidades implícitas. Todavia, é a apropriação dos leitores que gera as interpretações e significados da mensagem do texto. Em muitas experiências por exemplo, os modos de fruição do público estão ligados ao conceito de civilidade. Esta mesma se refere ao complexo de formalidades, de palavras e gestos que os sujeitos adquirem socialmente com o intuito de demonstrar respeito e polidez. Visto que a sociologia da leitura também explora os propósitos da civilização no conteúdo das publicações e o sistema de ícones de instrução nas leituras.

Sociologia da Leitura na Contemporaneidade

O diagnóstico atual da leitura evidencia realidades heterogêneas. Por muitos fatores, seguramente nunca se leu tanto quanto nas sociedades do ocidente de agora, nas quais o texto escrito está em todo o lugar (LAFARGE & SEGRÉ, 2007). Não obstante, essa massificação da leitura engloba um alcance muito desigual das suas práticas, na sua pluralidade e nas suas propostas.

Paradoxalmente, tal ocorrência é interferida, principalmente pela influência da indústria do entretenimento que produz um retraimento da leitura extensiva, inclusive em países de grande desenvolvimento. Apesar de o volume das publicações e da vendagem de obras não parar de aumentar, constata-se que a leitura é hoje revestida de predicados os quais não pesa nenhum excesso. Entretanto, já se sabe que em outros momentos houve grandes

impasses para acessar os meios culturais e de ciência, decerto que de tempos em tempos sucede a instabilidade na leitura.

Em vista disso, a frequência de ler acontece certamente em direção contrária a eclosão da indústria audiovisual. Mas também tem origens nas particularidades da própria leitura, principalmente por ser uma atividade sozinha, silenciosa e que se faz de modo interiorizado, base de todos os aprendizados intelectuais e ferramenta indispensável da fluência de informações e pensamentos. Logo, subsiste a pertinência dos hábitos de leitura nas práticas do mundo (COULANGEON, 2014).

A elaboração de um texto de parágrafos longos é direcionada a um público mais seletivo que um texto dividido em parágrafos menores. Assim, existe a propensão de que um público mais comum terá requisito de um discurso mais intervalado. Por isso, a contraposição entre o longo e o curto, que pode se apresentar de diversas formas, é também um indicativo do público visado. E ao mesmo tempo sobre a imagem que o autor tem dele próprio e de sua conexão com os outros.

Outrossim, a mensagem do escritor, e em momentos do editor, pretende impelir certos modos de ler através de uma roupagem sorrateira da leitura precisa e atrativa. Essa soma de propósitos diluídos no próprio texto requisita que o leitor possa igualmente ser conhecedor da asserção da leitura. Porquanto, cada livro cumpre uma pretensão de publicidade, coloca-se a um mercado e à gente interessada no seu conteúdo. Para tanto, o escrito precisa transitar e deve ganhar dimensão, o que pode resultar em certos momentos más apropriações, discordâncias e erros na expectativa de um leitor ‘modelo’ que se depara com o público-alvo real que é o mais abrangido (CHARTIER, 1996).

Com sagacidade, o empenho dos escritores para manter o controle da recepção é ostensivo de táticas de influência que impõe normas da percepção a seu próprio modo. Decerto, os livros que mais atuam são os que interferem nos subconscientes. Nessa conjuntura, um livro é impresso de relações e sistemas de classificação subjacentes.

Perante o dinamismo da ação humana e da escrita, o texto não se coloca como um acontecimento isolado, como algo fora da realidade. Mas, ele permite possibilidades e faz uma trilha de referências de sentido da consciência na linguagem. Configura uma comunidade de pessoas que falam e internalizam mediante as palavras que o texto lhes fornece, que veem o mundo na perspectiva que o texto abriu e que anseiam por um mundo num jeito para o qual o texto dispôs as palavras (KONINGS, 2014).

Família, Escola e Meio Social

A predileção pela leitura é uma inclinação originada na infância, fortemente motivada pelos pais. Dessa forma, a família tem um papel indispensável no entusiasmo pela leitura, seja pela prática de ler diante das crianças, ou seja, por providenciar a leitura para os filhos.

Nessa direção, cada esfera familiar apresenta um determinado capital cultural implicado de valores e fortemente internalizados, os quais auxiliam a delinear as ações e circunstâncias frente ao sistema escolar (BOURDIEU, 2007). A intervenção do capital cultural também se torna relevante sob o aspecto da relação entre o padrão cultural da família e o triunfo escolar, pois há uma parcela significativa de alunos proficientes nas famílias favorecidas. Com isso, os jovens das camadas ricas se diferenciam por competências que podem estar ligadas a suas condições financeiras. Enquanto que boa parte dos alunos de classes populares encontram grandes dificuldades de aprendizagem na escola pela privação de recursos e garantias. Os filhos de pais analfabetos ou com dificuldades de aprendizagem, por exemplo, tendem a ser menos leitores em comparação aos filhos de pais mais bem preparados nas letras.

Não obstante, os jovens das camadas favorecidas se diferenciam por aspectos que podem estar ligados a desigualdades de condição social, também os filhos das classes populares que atingem o ensino superior tendem a ser oriundos de famílias que diferem da média de sua categoria, tanto pelos diferentes hábitos na criação dos filhos como por sua dimensão (BOURDIEU, 1998). Dessa forma, dentro do ciclo familiar todos os avanços e bloqueios culturais relacionados com a linguagem, leitura e a escrita são os mais críticos e constantes. Sobreretudo nas fases de letramento na escola, onde o domínio da língua é o alvo principal da avaliação dos professores. Nesse processo:

O *habitus* adquirido na família está no princípio da estruturação das experiências escolares (e em particular, da recepção e da assimilação da mensagem propriamente pedagógica), o *habitus* transformado pela ação escolar, ela mesma diversificada, estando por sua vez no princípio da estruturação de todas as experiências ulteriores (por exemplo, da recepção e da assimilação das mensagens produzidas e difundidas pela indústria cultural ou das experiências profissionais) e assim por diante, de reestruturação em reestruturação (BOURDIEU, 2014, p.80).

Além do que, é no contexto da família que acontece a primeira socialização do indivíduo, marcada pelas afeições. Ora o incentivo de leitura, ora a falta desta será interiorizada na consciência dos filhos e os acompanharão pelo resto de suas vidas. Nessa

situação, estão presentes a linguagem, as sugestões e o formato de interpretação dos fatos. Concomitantemente, o indivíduo se apropria de sua realidade social e de sua identidade, ainda em formação. Por isso, Kemp (2001) afirma que a identidade juvenil é constituída, a princípio, pelo ambiente social de convívio e o que nele é promovido. Porque não se escolhe tais condições, em razão de ao nascer as pessoas se deparam com um grupo familiar e social cujas línguas, normas, tradições e hábitos já se encontram elaborados. Por efeito, a herança imaterial da família envolve o legado que não pode ser diminuído a um seguimento de transmissão tangível, contudo é com frequência guarnecida pela transferência de tudo o que é preciso para se apossar do patrimônio concreto. Os gostos e disposições para agir, assimilar e julgar os contratempos e insucessos remetem a todo o processo de socialização através da educação difusa (LAHIRE, 2006). Por via dessa conjunção, Lahire (2011) continua a enfatizar o ciclo parental como basilar para a abstração do indivíduo na medida em que:

A avaliação subjetiva das perspectivas de alcançar esta ou aquela posição social, estes ou aqueles recursos materiais ou simbólicos, nada tem de cálculo consciente, e não se apresenta também de forma clara, como a resolução de um problema de probabilidade. De fato, as possibilidades objetivas, estatisticamente mensuráveis pelos investigadores, manifestam-se na vida cotidiana de muitas maneiras e geram nos atores das instituições um conjunto de práticas sobre o que lhes parece normal ou anormal, possível ou impossível, razoável ou não de fazer, de visar ou de esperar (LAHIRE, 2011, p.14).

No que concerne à reponsabilidade da escola, sabe-se que ela é uma instituição social regida por valores hegemônicos, de domínio privilegiado a qual perpetua as desigualdades sociais dos alunos mais pobres, por isso:

É provável por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da escola libertadora, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural (BOURDIEU, 1998, p. 41).

Sendo assim, a escola continua a produzir processos arcaicos de seleção, e vão surgindo outros novos que aumentam a exclusão dos menos favorecidos e diminui a oportunidade de aprendizagem no sistema escolar.

Ora, se considerarmos seriamente as desigualdades socialmente condicionadas diante da escola e da cultura, somos obrigados a concluir que a equidade formal à qual obedece todo o sistema escolar é injusta de fato, e que, em toda a sociedade onde se proclamam ideais democráticos, ela protege melhor os privilégios do que a transmissão aberta dos privilégios. Com efeito, para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que

transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura (BOURDIEU, 1998, p.53).

Esse processo ocorre juntamente em razão de:

A escola se ocupar necessariamente da transmissão e do desenvolvimento de ordens de significação universalistas. A escola ocupa-se em tornar explícitos e em elaborar através da linguagem os princípios e operações que se aplicam a objetos [...]e a pessoas [...]. O primeiro grupo de crianças [da classe média] através de sua socialização, já é sensível às ordens simbólicas da escola ao passo que o segundo [da classe trabalhadora] é muito menos sensível às ordens universalistas da escola (BERNSTEIN, 1990 p.26-7).

Frente aos retrocessos e melhorias, é viável fazer da escola um recinto onde se desenvolva e estimule o gosto de aprender, cuja pertinência decorrerá de seu valor de formação e intervenção no mundo e não apenas de vantagens materiais e simbólicas que o discurso comum promete como expectativa de ‘recompensa’. Sem contar que a sociedade sempre privilegiou soberanamente o crescimento econômico e social, quando a realidade carece de grau mais elevado educativo da população. Logo assim, a escola tem de resolver os impasses que ainda não permitem a real democratização escolar. Entre esses problemas, cabe ressaltar o da nova relação com o saber no momento que cada vez mais os alunos vão à escola apenas com o objetivo de “passar de ano” sem encontrar nela significado nem satisfação.

A própria política pública vigente debate os preceitos de qualidade e eficácia, quando a escola já deveria atender a outras novas requisições. Essas, não são em si desnecessárias, mas é preciso entender o que realmente significam as palavras qualidade e eficácia quando dimensionadas à escola. Pode esse sentido ser muito diferente na busca do diploma para a prática de um projeto de formação com acessibilidade em decorrência de a globalização neoliberal pressionar a todos inseridos nesse sistema, onde a educação é inclinada a ser um objeto de negócio em um comércio descomprometido que prevalece a lei da oferta e da demanda. Em tal circunstância, quem mais sofre os agravos é a escola pública e os alunos que estão nela (CHARLOT, 2013).

Percursos Individuais

Inclusive, para explicar o desempenho do sujeito na organização societária, Bourdieu (1982) deu ênfase ao *habitus* de classe, na medida em que Lahire (2011) destaca o ciclo de

incorporação que embute as disposições do indivíduo. No debate sociológico, apesar de seu esforço em apreender as variações interindividuais e intraindividuais, Bourdieu (1982) continua a insistir nos processos socializadores que moldam a subjetividade individual. No seu ponto de vista, a relação de internalização do meio externo diz respeito

Ao princípio da ação histórica, tanto a do artista, do erudito ou do governante como a do operário ou pequeno funcionário, não é algo que se configura socialmente como objeto constituído na exterioridade. Não reside nem na consciência nem nas coisas, mas na relação entre dois estados do social, isto é, entre a história objetivada nas coisas sob a forma de instituições e a história encarnada nos corpos sob a forma desse sistema de disposições que eu chamo de *habitus*. O corpo está no mundo social, e o mundo social está no corpo. E a incorporação do social, realizada pela aprendizagem, é o fundamento da presença no mundo social, que supõe a ação socialmente bem-sucedida e a experiência ordinária desse mundo como evidentes (BOURDIEU, 1982, p.37-38).

Já Bernard Lahire (2008) se aproxima de uma concepção da sociologia desenvolvida nas últimas décadas que defende a necessidade de uma nova abordagem teórica à escala individual. Dado que o indivíduo passa a circular por uma pluralidade de esferas sociais, de maneira que se faz necessário prestar mais atenção no trabalho que ele realiza sobre si mesmo no percurso escolar, fazendo escolhas que superam o domínio familiar (ALVES, 2016). Por isso, Lahire (2015) faz ponderações da socialização primária e secundária visto que esta ocorre fora do âmbito familiar do indivíduo e não é coadjuvante no processo de formação intelectual. Bem como o autor colhe evidências através de pesquisas empíricas e constata a existência de patrimônios de esquemas de ações para provar que os casos individuais postulam ser investigados em contextos mais específicos onde ocorrem as disposições.

Lahire (2015) reitera que “mesmo realizadas em condições socioafetivas diferentes, as socializações secundárias podem realocar mais ou menos profundamente em questão da socialização familiar. ” (LAHIRE, 2015, p. 1401). Por efeito, os próprios fatos vão de encontro a imagem totalitária de que as famílias sejam núcleos homogêneos nos quais não se constatem heranças sociais trazidas de seus diferentes membros com diferentes maneiras de pensar o mundo.

A realidade é, pois, mais multifacetada do que supõe a calmaria da homogeneização ou a frieza estatística. Pois se aponta para o fato de que em sociedades complexas como as que podem ser percebidas atualmente, cada vez mais a ação socializadora ocorre em espaços diferentes do universo familiar, bem como outros atores externos a esse ambiente podem cumprir função determinante. Desse modo, quando se deseja reconstituir a trajetória de vida de um indivíduo deve-se atentar para os diversos processos de socialização no qual esteve inserido, processos esses que ajudam o pesquisador a entender o nascimento das “disposições” presentes

nas ações dos indivíduos. Significa dizer que quanto mais “universos” que povoaram ou povoam a vida desse indivíduo puderem ser pesquisados, melhor. Nenhuma hipótese deve ser deixada de lado inicialmente e somente atentando para o indivíduo de maneira global, tentando ligar os diversos fios que constituem sua vida, é que o pesquisador pode chegar a uma visão mais acurada dessa trajetória específica (MACHADO, 2019, p. 204).

Os casos pesquisados indicam que para um legado ser transferido é necessário que os indivíduos dotados de saber estejam presentes no cotidiano das crianças (Como os genitores, professores empenhados e amigos estudiosos). Pouco adianta ter pais que ofereçam estudos nas melhores escolas particulares se esses mesmos não trabalham o hábito da leitura com os filhos, ou nem ao menos procuram saber como anda o desempenho escolar dos menores, tendo pouquíssimo contato e, conseqüentemente, não colaborando para que o processo de transmissão aconteça. É isso que permitirá Lahire (2004) afirmar que “as disposições e os esquemas mentais sociais só podem ser adquiridos através de relações sociais duráveis” (LAHIRE, 2004, p. 105).

A Cultura Escrita e a Vida das Disposições

Sem se dar conta e sem mensurar as consequências, a sociologia se dedicou por anos muito mais aos indivíduos socializados, excluindo outros tipos de informações de retratos individuais. As metodologias de narrativa de vida e de entrevistas eram sempre aplicadas a partir da visão do macro em grupos, estratos sociais, estruturas e instituições.

E investigar o social individualizado tem por desafio transitar por campos de força e de enfrentamento. Trata-se de estudar a realidade sob o formato incorporado, internalizado tão quanto a realidade extrínseca de maneira heterogênea como são constituídas as sociedades. Mas já é reconhecido explorar as disposições individuais para as práticas de escrita e de leitura, porque são elas que operam nas moções da vida social e a biografia de um indivíduo, por isso:

A compreensão das desigualdades escolares deve igualmente se apoiar em observações finas e detalhadas sobre as realidades escolares, permitindo apreender, de um lado, a especificidade dos exercícios e saberes escolares, de outro, o que está no princípio de diversas produções. (LAHIRE, 2017, p. 127).

Quando a sociologia tem como proposta alumbrar agrupados de sujeitos a partir de uma atividade ou de uma competência particular de atividades (prática de leitura, salário de uma organização, eleitores, frequentadores de um instituto, etc.), ela pode fazer o estudo

dessas racionalidades sociais individualmente. O desdobramento de uma sociologia em escala específica provoca o questionamento da disposição do ser humano. Por ora, se considerarmos o emprego de disposição aplicado pelos sociólogos, haverá uma constatação de que esta não foi de pertinência considerável para o reconhecimento do mundo social. A sociologia, esporadicamente, impulsionou seu conhecimento do mundo social nas aplicações rotineiras dessa concepção que cada vez mais é ressaltada nas pesquisas.

Essas crenças podem estar fortemente incorporadas pelos agentes individuais nas formas de agir perante o ato de escrever, entretanto não podem ser simplesmente restringidas às origens sociais. Outrossim, somos delegados de múltiplas disposições para atuar e também interiorizamos na consciência um encadeamento de crenças que encaminhamos nas condições cabíveis e também que se verbalizam. Sendo que uma parcela das disposições para a prática da leitura e escrita está relacionada aos preceitos sociais originados e disseminados por numerosas instituições como a família, colégios, imprensa, igrejas, institutos médicos, grupos políticos, movimentos sociais e etc.

Lahire (1997) aponta o processo de socialização para entendermos a concepção da necessidade como força propulsora das práticas de leitura formadas nas relações sociais que demonstrem a importância de ler. Uma mediação, no caso dos pais, que acompanhe como e o porquê utilizar dispositivos de leitura na vida dos filhos faz com que as disposições sejam desenvolvidas. Assim sendo, se torna condição básica para que um jovem goste de desvendar a produção literária disposta em casa, mas que se aprenda desde cedo.

Quando essas crenças já estão elaboradas, principalmente pela socialização familiar, elas são também atestadas pela consciência cotidiana em outros lugares, pelos círculos de convivência e seu vigor difere de acordo com o nível de composição e de conformação. Em tempos correntes, subsistimos em sociedades as quais os indivíduos incorporam crenças sobre a educação sem ter os meios para de fato efetivá-las. Hoje se sabe do descompasso entre os juízos e as disposições, entre crenças e as vontades dos estudantes que admitem a genuinidade da cultura escolar, porém com bloqueios nessa mesma instituição. Mas, todas essas experiências também fazem a socialização secundária.

Ademais, é pertinente observar que não se tenha estudado a escola associada com suas práticas de escritas, com isso, trata-se de investigar melhor a propriedade da escrita dos saberes que a escola divulga tão quanto o processo histórico de decodificação gráfica do qual ela figura. Como mesmo detalha Lahire (2017), a sociologia já depreende dos processos de

sucesso e fracasso na escola, porém ela e as outras ciências não tinham se aprofundado nas práticas de escritas que são justamente as que prevalecem na escola:

Com efeito, é surpreendente que no universo escolar, jamais se tenha colocado uma questão nesse sentido. [...]Embora historiadores e antropólogos se interroguem minuciosamente sobre as práticas escritas e gráficas, os sociólogos elucidaram, até aqui, a abordagem antropológica de diversas práticas escolares de escrita cotidiana, que relacionam ao alunos, de maneira durável, sistemática e contínua que possibilita o domínio simbólico do qual falavam Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron sobre o trabalho escolar (LAHIRE, 2017, p. 128).

De modo consequente, deve ser colocada em indagação a habitualidade das práticas do sistema educacional nos ensinos primários e secundários e a relação posta no interior dessa instituição quanto às relações sociais mantidas pelos alunos oriundos de diferentes grupos sociais. No entanto, seria indispensável conduzir uma análise das efetivas modalidades de sucesso e fracasso escolar pelas quais se operam as diferenças entre os alunos, que enfatizam como negativas as condições da vida de muitos discentes. A começar pelas interações verbais, que são detalhes implícitos sociolinguísticos no qual a produtividade do estudante se torna expressiva.

Desde as primeiras abstrações do saber de leitura e escrita, a escola sistematiza a formação intelectual e se destaca por acentuar um tipo de relação própria com a linguagem que não acontece em nenhum outro lugar. As condutas linguísticas dos indivíduos, como já referidas, variam de acordo pela sua pertença familiar, suas aptidões e esferas que transitam. A maioria dos exercícios escolares é de escrita e conjecturam a tomada de consciência de uma realidade fonológica convergente das outras vivências ou mesmo ainda, da realidade do mundo, dos instrumentos e das pessoas (VISSER & JUNQUEIRA, 2017).

Para discutir a linguagem dos linguistas, os estudantes focam a atenção sobre o significante do significado ou de sua designação. Dado que ao aprenderem mediante essas práticas formais, associam palavras quer possuam uma sílaba ou letra em comum, quer se diferenciem por apenas uma letra, por exemplo. De todo modo, o sentido não é o fato de uma coprodução de interlocutores em uma situação de enunciação, todavia é a dialética do leitor com seu texto e o texto do outro.

Por isso, ao se referir à cultura escrita deve-se ponderar que a escola determina um ligame com o conhecimento. Dado que a grafia na instituição de ensino tem por desígnio desenvolver nos alunos habilidades de leitura e de escrita que decodifiquem as informações de

mundo. Todavia, por causa da vulnerabilidade social, muitos alunos têm mais dificuldades de apropriar o código escolar gráfico. Nesse cenário,

A escola é um universo de cultura escrita e podemos nos perguntar se os meios populares não se distinguem entre si do ponto de vista de sua relação com a escrita. Por detrás da similaridade aparente das categorias socioprofissionais, talvez se escondam diferenças, abismos sociais na relação com a escrita, diferentes frequências de recurso a práticas de escrita e leitura, diferentes modalidades de uso da escrita e da leitura, diferentes modos de representação dos atos de leitura e de escrita, diferentes sociabilidades em torno do texto escrito (CHARLOT, 1997, p. 20).

Até mesmo para discernir formas de ensinar adequadas, é preciso considerar a clientela da escola e o relacionamento que ela institui com a cultura escrita e a dimensão desse proceder. Quando se tem desde cedo familiaridade com o texto, o estudante, de maneira não-consciente, por meio do exemplo, interesse ou ações de um mediador consegue atingir o seu sucesso escolar; contanto que estes tipos de práticas sejam convergentes com os modos de socialização escolar do texto escrito, e que estas vivências sejam benéficas (LAHIRE, 1997).

Os Desígnios da Leitura na Sociedade Contemporânea

Na sociedade contemporânea, a globalização é um dos principais fenômenos que infere diretamente sobre as experiências de leitura escolar e espontânea, assim como incentiva ou desinteressa grupos, sobretudo em países em desenvolvimento que enfrentam à pobreza, problemas na educação e distribuição de vagas no mercado de trabalho. A leitura para fins profissionais foi revolucionada por completo pelas tecnologias da informação e comunicação. E a leitura informativa prepondera com frequência nas telas eletrônicas de computadores e celulares, através da hegemonia da lógica neoliberal que domina também as obras literárias.

Além disso, a leitura como entretenimento só aumenta no ciberespaço. Em parte, as leituras religiosa e ritualística, como a bíblia, torá e outras escrituras sagradas estão ganhando espaço como nunca. Dessa forma, o cenário global é paradoxo uma vez que muito está sendo lido, mas ao mesmo tempo no Brasil não se lê o razoável. De acordo com a pesquisa de Zailla (2016), a falta de tempo é o principal motivo alegado por não leitores (32%), leitores (43%) e pessoas que não estudam, formando 50% dos entrevistados, mas que desejariam ler mais vezes, o que representa cerca de 3/4 dos leitores pesquisados.

Em contrapartida, para os não leitores, o desinteresse pela leitura é declarado por 28% dos pesquisados. À proporção que somente 33% deles responderam que não se deparam com nenhuma dificuldade para ler. Entretanto, a cada nova pesquisa aumenta a quantidade de pessoas que têm dificuldades para interpretar um texto.

Em território brasileiro, a maioria das pessoas leitoras preferem ver televisão, mas agora essa predileção dar lugar à internet (47%) no telefone celular ao usar as redes sociais (35%) como WhatsApp (43%), principalmente na faixa de 14 a 29 anos de idade. Desde então, essas atividades concorrem com a leitura do livro, que receberam 24% das menções. Outra informação que retrata o uso da internet diz respeito à escrita, opção constante nas citações, passando de 18% para 40%. O uso da grafia certamente está relacionado à comunicação em massa nas redes sociais.

Ao fazer uma análise desse panorama, pode-se comprovar que os jovens hoje atuam em práticas culturais complexas que se baseiam intensamente num processo lúdico do mundo de socialização cada vez mais capitalizado. Em outros termos, é pouco provável que um jovem leia um livro de forma isolada sem a influência socioeconômica.

Nesse contexto, os livros mais lidos hoje pelos jovens costumam estar associados a fenômenos culturais que não se limitam a uma só obra, mas envolvem adaptações e recriações de propostas imediatistas, englobando filmes, videocliques, músicas, televisão, sites de entretenimento e aplicativos (ZAILLA, 2016). Portanto, uma grande gama de produtos que vinculam cultura e consumo (ou mesmo cultura de consumo) atrai continuamente à fruição entre linguagem e recreação, transitando a todo o momento nessas modalidades. Por isso, esses materiais são traduzidos em grande parte da indústria cultural dos Estados Unidos e são propagados rapidamente. Assim, optar pela leitura de um livro “isolado” parece ser opção cada vez menos frequente em comparação à produtos de grande publicidade.

Demonstra-se então uma necessidade de ler não somente para si próprio, mas entre outros jovens, compartilhando a leitura a fim de satisfação social. Outrossim, a leitura de um determinado livro começa a responder ao desejo de pertencimento a um grupo, que tenha os mesmos interesses em comum.

Teixeira (2016), ao explicar as mudanças de hábitos e produções livrescas, relata que nessa metamorfose a maximização do desempenho impele a busca de resultados sempre positivos que se colocam a frente de atividades que atribuem mais tempo:

As livrarias estão, em geral, repletas de livros com capas grandes e coloridas, a maioria sobre culinária. Há também os livros que nos dizem os cem filmes a que devemos assistir antes de morrer, os cem lugares mais bonitos do planeta que devemos visitar e também os cem livros que devemos ler antes de morrer. Mas por que a maioria dos livros é sobre receitas? Queremos receitas para tudo. Uma receita é um algoritmo, é um processo passo a passo para chegar a um resultado final. Um exemplo típico de um procedimento algoritmo é pedir um sanduíche no McDonald's. Os funcionários seguem um conjunto de instruções para preparar cada tipo de sanduíche em um processo que tem começo, meio e fim. [...] George Ritzer, o sociólogo americano inventor do termo “mcdonaldização”, acrescenta ainda uma característica fundamental às sociedades nas quais esse fenômeno predomina: a de empregar pessoas para tarefas que poderiam ser feitas por robôs (TEIXEIRA, 2016, p.18).

Com essa conjuntura, as sociedades “mcdonaldizadas” se contentam com a proposta literária do instantâneo. Conselhos para ter sucesso, criar filhos e ter casamento duradouro acometem a leitura há décadas e só se proliferam. Livros com métodos para matematizar a vida são mercantilizados na forma de minicursos em que os chamados *coachings* atribuem soluções corporativas por meio de respostas rápidas para encontrar a felicidade.

A presença das novas gerações na vida social suscita peculiaridades consideráveis que fomenta o debate da juvenilização da sociedade. Existe hoje a socialização dos jovens por mecanismos que possibilitam uma maior agregação deles no sistema massivo de relações também massivas. Infelizmente, mesmo quando existe essa referência, ainda é atribuído um papel passivo de assimilação de normas e valores por esse público, como uma estereotipagem. Mediante esse processo da sociedade, verifica-se que os jovens influenciam muitas vezes os adultos com que convivem. Inclusive, nas suas preferências na leitura que também acabam induzidas pela lógica de consumo (rapidez, imagens coloridas, soluções ágeis, orientação de condutas, divertimento, etc.).

Outro aspecto pertinente, é a crença de senso comum a respeito da atividade de leitura dos adolescentes, quando se acredita que a baixa frequência se deve à alienação cultural das novas gerações por não elaborarem um pensamento crítico sobre o que veem e ouvem. Tal suposição não tem nenhum embasamento preciso nem alguma comprovação. Além disso, o declínio da leitura entre os mais jovens não afeta uniformemente todos os suportes do escrito. Muitos leitores imergem paralelamente em universos narrativos variados, em que recorrem sucessivamente sobre diferentes autores (COULANGEON, 2014).

Formação do Leitor na Atualidade

A problemática atual é conseguir conquistar para a leitura uma geração anestesiada pelos dispositivos digitais. Ler é uma prática que exige ficar quieto, requer concentração e não apresenta nenhum estímulo multimídia. Todavia, pede o domínio crítico de linguagem. Ler não é um exercício tão simples para quem ainda não tem o hábito e é inexequível para quem não compreende aquilo que lê.

Mas mudar um país com tantos problemas sociais em um país leitor não é um caminho florido e exige muito tempo de investimentos em ações eficientes, conduzidas por políticas organizadas por toda a sociedade. Entende-se que muitos são os agentes dessa renovação e que há urgência de agregar essas ações.

Outro elemento de visibilidade é o maior nível escolaridade, pois oportuniza o maior entendimento de obras lidas e a melhoria na dialética que se estabelece com a leitura. Pessoas com maior grau de qualificação acadêmica propendem a ter maior habilidade leitora, o que lhes consentem desenvolver outras relações com a leitura para além do seu uso utilitarista.

De forma geral, a educação e a formação de leitores críticos tendem a frustrar-se pela continuidade das desigualdades sociais e econômicas, dado que as políticas da cultura atuam em uma conjuntura dispersa na era digital. Teima-se em desenvolver leitores de livros e, em separado, audientes de artes visuais. Em contrapartida, a indústria está unindo as linguagens e harmonizando os espaços ao produzir livros tão quanto áudios-livros, além de filmes de tela de cinema para o sofá nos dispositivos eletrônicos (CANCLINI, 2008).

Logo, a transmissão da informação por meio digital, sobretudo por meio dos celulares, possibilita ao mesmo tempo comunicação interna, localização e aprendizagem. Assim sendo, as preferências dos leitores propendem a associar-se resultando em parcerias e coligação das editoras, conforme a própria língua de cada lugar. Os receptores se locomovem em uma atmosfera muito mais multinacionalizada, principalmente na música e na cinematografia, em que a língua inglesa é hegemônica. Ao passo que, a digitalização articula os intercâmbios de livros, revistas e espetáculos, porém está alavancando a rede de conteúdos e gêneros formatados a partir da transmissão pela mídia eletrônica.

As telas digitais introduzem novos conteúdos e novas referências de textos, não obstante sua preponderância com o acervo das imagens sobre a leitura não é constante. Mas é verídico que mudou os modos de ler. Os executivos de editoras, por exemplo, estão mais receosos que as obras conceituadas de tamanho maior não vendam tanto quanto antes, visto

que os livros das ciências humanas e sociais dão lugar nas estantes das livrarias aos best-sellers de fantasia e de autoajuda. No ensino médio e nas universidades de grande público, é visível a mudança de comportamento de alunos que cada vez menos leem livros por completo e cada vez mais copiam capítulos avulsos ou textos curtos tirados na internet. Decai o número dos leitores intensivos à medida que cresce os leitores fugazes, os quais frente aos livros de conteúdos mais “maduro” acham que é perda de tempo permanecer fixo em um lugar para ler; como se fosse um aniquilamento de si mesmo (LE GOAZIOU, 2006).

A vista de tais ocorrências, percebe-se que certos grupos procuram mobilização com base em recursos diversos e mais discretos dos da cultura das letras. Os jornais limitam a tiragem em papel, porém diariamente são acessados via online cujo tema não se lê menos, embora de maneira momentânea. Diminui a quantidade de livrarias, na proporção que aumenta a venda de *e-books* através de aplicativos. Em tese, a relação com o texto escrito tem mudado significativamente pela prioridade dada hoje a objetivos pragmáticos.

As pessoas leem de outras maneiras, escrevendo, modificando e expondo suas opiniões, principalmente nas páginas virtuais da web. Tudo está mais fluído, para lados positivo quanto negativo. Se dantes com o livro impresso, era exequível registrar nas margens ou nos espaços em branco da página, agora é possível comentar todo e qualquer evento. Lahire (2017) ainda afirma que no tempo atual, a produção e recepção letrada proporciona o diálogo com diversos padrões da comunicação, além de possibilitar desenvolver competências com relação aos paradigmas que as palavras ocupam no âmbito digital e físico.

Tosa essa discussão traz aspectos coincidentes dos gostos de leitura dos adolescentes, a partir do meio gerador de condutas em que estão inseridos, bem como às influências dos processos de globalização. Por isso, entender a trajetória da escrita e a socialização da leitura fornece hipóteses mais assertivas para este estudo. Através desse cenário, traremos agora os resultados da pesquisa que detectaram como, onde e por que acontecem as vivências de leitura dos jovens do colégio Dom Luciano aqui investigados.

CAPÍTULO 3: O Colégio Dom Luciano

A Realidade de Leitura dos Alunos do Colégio

A fim de investigar as causas e motivações de leitura dos alunos, se faz presente a reflexão sobre as minúcias que impactam os tipos de leituras praticadas pelo público juvenil da instituição. As origens sociais, a família, as oportunidades e os desafios da vida configuram a projeção do nível de estudos do estudante, que obviamente perpassa pela decodificação da escrita. Nessa conjuntura, o leitor muda, se acomoda e renova suas leituras ao sabor de suas experiências; abandona, retoma a prática da leitura e modifica suas escolhas (LARFAGE & SEGRÉ, 2010).

Diante de tantos acontecimentos desiguais e transitivos no processo educativo de adolescentes, pode-se deduzir que os estágios em que certas disposições e competências se desenvolvem no jovem são decisivos para a mudança de trajetórias individuais. Decerto que alguns estados de vida momentâneos estabelecem determinantes de opções não tão livres, podendo ser concomitantes de racionalizações sobre os estudos. Por isso, as repercussões dessas “racionalizações protetoras” sobre a leitura se revelaram de modo gradual durante a investigação. Sendo assim, são falas de forma ressentida, carregadas de significâncias e os posicionamentos perante as entrevistas delataram a pessoalidade. Nesse sentido, foram averiguadas disposições em estado de vigilância, mas não praticadas (no caso aqui da leitura) como aniquilações sociais. Outras dessas disposições, conseguiram permanecer ativas.

No contexto familiar, da infância até o período da puberdade, o adolescente é envolvido de prescrições comandadas pelas referências práticas que recebem de seus genitores. Dessa forma, os jovens formam a sua identidade e passam pelo processo da adolescência repletos de mudanças e tomadas de decisões. Na medida em que o cenário escolar se introduz nesse ritmo de estruturas pela maior frequência das aulas no ensino médio bem como pelo aumento quantitativo de conteúdos das disciplinas.

Na dimensão social, a princípio, a família novamente é a base principal de referência ponto dos estudantes e, posteriormente, as amizades de infância às mais atuais. No âmbito do lazer-cultura, as vivências de entretenimento desses alunos foram mencionadas por eles na escola, nos momentos recreativos como passeios em praças, Centro, shoppings e no acesso à internet. Quanto à grade “corpo”, ocorrem nessa fase as mutações hormonais, as práticas esportivas, além das mudanças de preferências culturais ao longo do tempo.

O método de entrevista aplicado nesse trabalho, inclusive, teve um atributo que remete às experiências de vida do entrevistado e o seu enredo sócio-histórico-econômico. Os pormenores das atuações foram interligados visto que foi relevante compreender integralmente o público-alvo da pesquisa para ratificar em suas falas as suas próprias biografias. Em relação as alternâncias intra-individuais, a proposta permaneceu em apresentar a questão da origem das disposições, aspirações e competências que integram o patrimônio particular cultural de cada um.

Contudo, é importante ressaltar que “a mais elementar interrogação da interrogação sociológica ensina que as declarações concernentes ao que as pessoas dizem ler são muito pouco seguras em razão do efeito de legitimidade: desde que se pergunta a alguém o que ele lê, ele entende: que é que eu leio que merece ser declarado? Isto é: que é que eu leio de fato de literatura legítima? E o que ele responde, não é o que escuta ou lê verdadeiramente, mas o que lhe parece legítimo naquilo que lhe aconteceu ter lido ou ouvido” (BOURDIEU, 1996, p.236).

Nesse sentido, quando perguntados sobre suas práticas de leitura, a maioria das vezes os adolescentes entendiam o ato de ler relacionado às práticas escolares, ou mesmo à leitura de livros com textos de grande repercussão social. Ainda assim, todos os tipos de suportes usados pelos alunos foram inquiridos no debate, na condição de todo material de escrita inteligível ser um disposto para ler.

Com base nesse prisma, a pesquisa teve o intuito de apreender a leitura como exercício integrado à vida ordinária e ao ensino escolar sistematizado, constituindo distintos tipos e expressões de leituras na vida escolar e fora dela, com intentos, conceitos e experiências proporcionadas. A princípio, foi concordado que o período de investigação seria iniciado em março de 2020 e finalizado até início do ano de 2022, desde o levantamento bibliográfico até a culminação da dissertação integral. Não obstante, com a ocorrência da pandemia da Covid-19, foi alterado de modo parcial o tempo e o percurso da investigação do trabalho. Tanto que as informações levantadas se deram, inicialmente, por intermédio da internet (e-mails, sites) e contato telefônico para depois acontecer os encontros presenciais com as entrevistas e observação de campo.

O atual centro de excelência Dom Luciano Cabral Duarte foi instituído como colégio pelo religioso de mesmo nome no dia 02 de maio de 1995 e adquiriu sua autorização de funcionamento a partir da resolução nº194/CEE de 04/09/008. A escola está localizada na rua Itabaiana, nº 855, bairro São José e funciona em período integral (manhã, tarde e noite) das 07:00 h às 22h, a qual atende alunos do 1º ao 3º ano do ensino médio. Nessa conjuntura,

somam-se 4 turmas de 1º ano, 3 turmas do 2º ano e 4 turmas do 3º ano em três turnos (as quais foram destacadas na pesquisa) com centenas de alunos matriculados em tempo integral.

A prática de ensino é desenvolvida por meio do intercâmbio entre alunos, professores e os membros do comitê pedagógico. Dessa forma, são unidos as experiências e o conhecimento adquirido no meio sociocultural para que seja possível dar significado à aprendizagem sistemática dos alunos na escola. Entretanto, conta-se com uma participação insuficiente dos pais em reuniões administrativas, pedagógicas e eventos festivos. Já os docentes e os outros funcionários, participam das atividades da comunidade escolar dentro das possibilidades de cada um, onde atuam também no conselho escolar.

O perfil do aluno é de classe popular, que traz seus saberes para serem usufruídos no processo de ensino-aprendizagem. Observa-se assim que o colégio é um espaço imprescindível de contato com o mundo letrado, de lazer e convívio social. Com isso, a escola busca parcerias com grupos culturais dos quais os alunos participam diretamente, a exemplo do grupo de capoeira e teatro, além de oferecer alguns cursos fora do espaço escolar, como natação.

Em relação a identidade étnico-racial, o censo escolar realizado em 2020 (INEP, 2020) revela que 44,9% dos alunos se declaram pardos, 39,6% não se declararam, 10,9% afirmam ser brancos, 3,7% pretos e 1% se denominam amarelos.

No quesito institucional, a proposta da escola é evidenciar o nome da instituição de ensino como referência em qualidade no estado de Sergipe, assegurando aos alunos uma educação de suporte que contribua para a formação dos jovens cidadãos. Atualmente, se tem como lema a inclusão do aluno no mundo do conhecimento científico para torná-lo um ser crítico e comprometido com a transformação favorável do seu contexto.

Destaca-se também a própria biblioteca instalada na escola que permanece aberta no tempo de intervalo dos estudantes, mas restringe o uso dos livros fora da instituição que não podem ser levados para casa pelo receio da direção do colégio da não devolução dos materiais.

Quanto à proposta curricular do colégio, esta foi elaborada pelos professores sob a orientação da direção da escola e com a participação da coordenação pedagógica, tendo como base a concepção de currículo escolar de competências e habilidades a serem trabalhadas nos educandos. O documento tem como fundamento princípios e fins da educação nacional, especificados na lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em

seus artigos 2º e 3º. Esses princípios são descritos como norteadores de todas as atividades escolares, tendo em vista a formação integral do educando em consonância com a proposta pedagógica da escola e com o Regimento interno da unidade de ensino.

Nesse documento, é descrito ainda a transmissão de fatos e conhecimentos contextualizados no tempo e espaço com a compreensão do ambiente natural/social, do sistema político, das artes e das descobertas científicas. Nesse panorama, as matrizes curriculares do ensino médio são constituídas de uma Base Nacional Comum e uma parte diversificada, ao levar em conta os hábitos regionais entre necessidades, interesses, direitos e deveres da comunidade. O respeito ao bem comum, à ordem democrática bem como o fortalecimento dos vínculos familiares e de solidariedade são temas transversais sugeridos no currículo pedagógico.

Entretanto, aqui se faz uma advertência de que o currículo em prática é bem mais complexo perante o escrito, uma vez que o currículo real se manifesta por alunos e professores reais com dificuldades reais, feito de particularidades de contextos e maneiras de pensar. A pirâmide educacional está permeada do currículo ‘oculto’. Este por sua vez é elaborado por saberes que não estão receitados nas diretrizes curriculares, mas que acabam por atingir, benéfica ou maleficamente, o processo de aprendizagem das ciências escolares. São as informações dispostas fora dos muros da escola com a família, o grupo de amigos, nas travessuras dos corredores, na forma de posicionar as carteiras e na maneira de se pôr frente aos professores e colegas que o currículo é executado.

Outro ponto importante é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que existe como iniciativa de mensurar e monitorar a qualidade do aprendizado do país e propor metas para a melhoria do ensino de acordo com a realidade das escolas. Tal desempenho foi mensurado no ano de 2021 com a nota de 4,7 no colégio Dom Luciano, coincidindo com a média do estado de Sergipe que foi de 4,7. Ao observar esses resultados, reconhece-se um avanço considerável da atuação estudantil nas avaliações, concomitantemente ao fluxo de aprovação escolar. Apesar disso, o corpo discente da instituição ainda enfrenta grandes dificuldades quanto o aprendizado das disciplinas, sobretudo em Português e Matemática. Outra informação grave é que de acordo com o Censo escolar realizado em 2019, apenas 45% dos alunos tiveram o aproveitamento adequado na disciplina de português, ao passo que em matemática essa porcentagem cai drasticamente para somente 15% de aprendizado dos alunos (INEP, 2019). Uma vez que os alunos não entendem as bases da matemática porque não entendem os significados das palavras que formulam os

enunciados das questões, o que implica na irresolução das perguntas. Tal como acontece com os temas da língua portuguesa, o que evidencia a exigência básica de trabalhar a leitura de modo operante e contextual dentro da escola, mas com o apoio familiar.

Ainda no ano de 2021, concluiu-se que no Enem a média atingida pelos alunos na área de Códigos e Linguagens foi de 525 pontos, se sobressaindo na redação com 663 pontos. Na média geral, os alunos que fizeram o exame atingiram juntos 510 pontos.

No quesito aprovação, a taxa foi de 97,7% e nos anos anteriores os resultados foram muito próximos desse percentual. Diante de todas essas informações, infere-se que a subsequência de série em massa se efetua porque o alunado consegue atingir a média exigida pela escola. Entretanto, ainda se revela insatisfatório o aprendizado dos saberes das disciplinas escolares. É como se a aprovação de ano acontecesse por uma urgência de cumprimento de protocolo, porém sem a devida assimilação das competências escolares.

A Pesquisa das Práticas de Leitura dos Alunos

Devido a pandemia da Covid-19 estar em seu auge no momento inicial da pesquisa, foi necessário fazê-la inicialmente por meio virtual e contato telefônico. Contudo, posteriormente, pude ir ao centro de excelência falar diretamente com alunos, professores e pais tomando os cuidados necessários durante a coleta de informações para trazer um resultado mais preciso da realidade do grupo. Nesse contexto, turmas do 1º ao 3º ano foram investigadas bem como professores que lecionam para esse público e os formadores primeiros dos estudantes, seus pais.

De início, foram aplicados questionários com os pais, os alunos e os professores para averiguar as reais vivências e os gostos dos adolescentes sobre a leitura. Procuramos compreender o início de tal prática social e como essa se desenvolveu, da infância até o momento presente, questionando quais os tipos de leituras mais frequentes na realidade do alunado. Desde leituras cotidianas, em frente às telas de computador e celular, às mais extensas como as do livro didático e àquelas de gosto pessoal foram pauta da investigação. Depois, por um contato mais próximo, as entrevistas foram feitas tendo resultados mais detalhados da vida dessas pessoas.

A Experiência em Sala de Aula dos Professores

Com relação aos docentes, todos são funcionários efetivos do colégio e com muitos anos de magistério no ensino público, o que possibilitou respostas mais maturadas para o alicerce do estudo. Posto que existem comportamentos que só o professor em sala de aula vê e interfere dentro da dinâmica do sistema escolar, como por exemplo, saber a maneira de se portar dos estudantes nas aulas, a dedicação nos estudos, frequência de leitura, a situação da escrita nos cadernos, dentre outros comportamentos.

O professor Vlaudemi Menezes, que ensina português há 23 anos, faz seu relato pessoal: “O aluno da escola pública chega ao ensino médio completamente despreparado. Coisas básicas e simples como ler, e estou falando de ler e soletrar, deixam a desejar, pois os alunos apresentam grandes dificuldades para fazer o necessário. Imagine agora ler um texto e tirar sua essência, sua ideia principal, sua temática. Numa época determinada pela tecnologia, a cada dia a leitura e a escrita apresentam-se cada vez mais defasadas.

Quanto às questões de leitura compartilhada, o docente descreve que a leitura se tornou difícil de se colocar em prática na época da pandemia devido as aulas online. – “Eu me limitei a leitura de texto para que depois eles respondessem. Mas, agora que as aulas voltaram a ser presenciais, eu percebo que eles (os alunos) estão mais dispersos e agressivos, o que às vezes dificulta as aulas”.

Para a docente Jossineide, com mestrado em Letras, nem sempre o nível de leitura e de escrita corresponde à série que o aluno cursa, o que a desmotiva em ensinar já que a falta de interesse dos alunos pelo conhecimento é significativa.

“Muitas vezes eu preciso desacelerar em certos conteúdos e até mesmo deixo de aplicar outros pela dificuldade que algumas turmas têm em aprender”. As notas baixas são mais frequentes por causa de erros ortográficos, mas isso é resultado também da falta de hábito de ler regularmente. Porque quem ler bem também escreve bem e os jovens estão lendo cada vez menos com essa mania de ficar no celular o tempo todo.

Por outro ângulo, a professora Vania Silva opina que seus alunos na maioria das vezes leem e compreendem bem as leituras e atividades. “No geral, consigo ter um retorno nas minhas aulas. Eles fazem as atividades, trabalhos que recomendo, assim como nas provas eles têm resultados positivos, mas claro que precisam melhorar em alguns aspectos. Inclusive, eu acho até as meninas mais dedicadas nos estudos aqui no colégio, mas têm meninos que se dedicam e se sobressaem nas redações e nas provas”.

Comumente, os docentes afirmaram que utilizam outras fontes de livro além daquelas oferecidas pelo colégio para promover a leitura dos estudantes, os mesmos também descreveram a leitura na vida privada. Outro ponto interessante, é a presença dos livros de ficção da vida pessoal dos docentes em que são citadas obras como ‘A culpa é das estrelas’ e ‘A cabana’ como livros de cabeceira no período da entrevista.

Diante dos fatos, através do relato dos professores é possível apurar a insatisfação com a leitura e a escrita da maioria dos alunos, que são avaliadas ainda como precárias e outras questões mais pessoais. Entretanto, foram ressaltados aspectos positivos e dedicação individual nas leituras e estudo de certos alunos. Ao passo que o trabalho didático do professor interfere e pode influenciar a trajetória em sala de aula na disposição dos estudantes para a leitura e desenvolvimento de capacidades. Reconhecendo que um dos momentos determinantes para a competência da leitura se dá na primeira socialização como já mencionado, todavia a escola e a subjetividade do professor compelem ou retrai a atividade de ler tão quanto orienta os temas pertinentes do sistema educacional.

Além disso, por infortúnio da desatenção com as tecnologias, a falta de leitura em sala é notória por muitos professores durante as aulas. Na medida em que a irreflexão do texto trabalhado nas aulas dificulta o feedback do alunado que não tem concentração para o estudo e usa até mesmo o celular escondido, como reclama o docente Vlaudemi sobre suas aulas de redação: - ‘É horrível ter de dar aula enquanto chamo atenção de alunos que ficam mexendo no celular na aula. Isso também resulta em um desempenho muito baixo nas redações que exigem sobretudo leitura contínua’.

Enquanto que a professora Jossineide ressalta a possibilidade de trabalhar em projetos de leitura usando os recursos digitais: - ‘Seria uma excelente ideia, mas ainda é preciso maturar esse projeto que requer tempo e estratégias efetivas de aprendizagem, por não haver um suporte do governo para trabalhar com as tecnologias em sala de aula. Tanto é que durante a pandemia foi bem complicado trabalhar os assuntos da disciplina por meio do sistema da internet.

Pais, Os Primeiros Formadores dos Alunos

Como parte culminante desta pesquisa, o depoimento dos pais como socializadores de seus filhos foi de extrema importância para compreender todos os gostos, atos e palavras sobre a prática da leitura dos alunos. É pela trajetória dos pais que se entende quem são os

filhos e o desenvolvimento linguístico deles dentro da escola. As práticas familiares transmitem valores que acarretam nos resultados do colegial, dentre outros interesses extraescolares para práticas de leitura. Além do mais, já se sabe que a família produz disposições favoráveis na definição de percursos singulares com características nitidamente distintas das de colegas da mesma idade e de mesma origem social. Nesse contexto, “as mesmas condições objetivas que definem as atitudes dos pais e dominam as escolhas importantes da carreira escolar regem também a atitude das crianças diante dessas mesmas escolhas e, conseqüentemente, toda sua atitude com relação à escola” (BOURDIEU, 1998, p.47).

Para fazer a interlocução com os pais dos adolescentes, a maioria das perguntas direcionadas seguiu o roteiro de entrevista do anexo 2. Entretanto, posteriormente foram acrescentadas mais perguntas que puderam oferecer detalhes sobre a procedência e postura dos gostos de leitura que se efetivam na vida dos jovens. As entrevistas aconteceram na casa de algumas famílias, por telefone, e-mail e mesmo por envio de questionários físicos através dos alunos. Para exposição neste trabalho, foram selecionados relatos das famílias.

A senhora Maria das Graças, mãe da aluna Amanda, foi a primeira a ser entrevistada. Durante as perguntas ela narra sua trajetória de vida e sua experiência como mãe. A princípio ela fala:

‘Meu nome é Maria das Graças e sou mãe de Amanda Letícia e outros dois filhos, um mais velho e um mais novo. Sempre trabalhei muito na vida para poder sustentar meus filhos e dar a oportunidade de eles estudarem e serem alguém na vida. Todos eles estudam e o mais velho já trabalha fora, eles estudaram toda vida em colégio público porque eu e pai deles ganhamos pouco. Eu consegui concluir o segundo grau e tive algumas dificuldades para terminar, principalmente por causa da matemática, mas lia pra estudar. Meus pais eram muito pobres e logo cedo cada um pegou seu rumo para ter alguma ocupação e seguir em frente.

Hoje estou aposentada como operadora de caixa de supermercado e por causa disso passava mais tempo fora de casa e não pude ler muito com eles para fazer atividade do colégio, mas acho muito importante estudar e gostar de ler e fiz de tudo pra que meus filhos adquirissem conhecimento nos estudos. Continuo fazendo as tarefas de casa, porque eu deixo mais ela (Amanda) se dedicar aos estudos. Minha filha sempre gosto muito de estudar e passa muito tempo com os livros ou no celular vendo as coisas dela. Bom, oportunidade é que não falta hoje em dia para esses jovens estudarem’.

A mãe da aluna Danielle Tavares, dona Eliane, também foi uma das participantes da pesquisa e descreveu informações importantes de suas experiências na escola e no trabalho pelas perguntas do questionário.

‘Sou de Itaporanga d’Ajuda, nasci e me criei no município. Trabalho como comerciante e sempre lutei pelo melhor para minhas três filhas assim como o pai delas. Sou formada em administração para lidar melhor com o negócio que temos. Tive uma infância boa e também gostava de ler na escola, mas desde de nova trabalho no ramo do comércio. Danielle e as irmãs dela estudaram no colégio particular daqui, que eu gostava muito e elas também. Depois que cresceram, foram para Aracaju concluir o ensino médio. A minha filha mais velha decidiu fazer Pedagogia. Eu acredito que a educação tem força para mudar a vida de muita gente, quando se quer é claro. Confesso que Danielle não é muito chegada em ler não, mas nunca reprovou e faz a parte dela no colégio. Inclusive, quer estudar biomedicina na Unit (universidade em Aracaju).

Eu ensinava o dever de casa quando podia porque sempre trabalhei fora, mas eu coloquei todas elas no reforço escolar para ajudar na escola. Quanto ao meu posicionamento político, gosto de quem realmente faz pelo povo e não engana com palavras’.

Já de forma mais próxima, houve a oportunidade de entrevista um pai de um aluno que se mostrou muito receptivo em responder as perguntas. Seu Manoel é pai de João Vitor e trabalha como autônomo há alguns anos. Durante a entrevista, ele falou de maneira bem tranquila sobre sua vida e como vê o filho na escola:

‘Eu já trabalhei com muita coisa na minha vida, nunca foi fácil conseguir as coisas que quis para mim e para minha família. Na escola, até que eu gostava de algumas matérias, mas outras eu detestava. Por causa de alguns problemas financeiros de família não consegui concluir os estudos do segundo grau que agora é ensino médio. Meu pai e minha mãe não tinham muita instrução e era puxado lá em casa. Pra João Vitor eu sempre digo que é importante estudar, mas ele já é um menino muito esforçado e adora ficar lendo um monte de coisa. Ele nunca me deu trabalho. A mãe dele também fala a mesma coisa. Como sempre trabalhei, a mãe dele ajudava no dever de casa ou ele mesmo fazia sozinho. Quer trabalhar com computador.

A escola tem que ser respeitada porque é nela que a gente pode ter nossa formação para no futuro ter oportunidade de fazer uma faculdade e ter um bom emprego, é o que eu espero do meu filho. Na política, eu acho que cada um tem que fazer de tudo pra não depender da política, mas eu gosto muito de Lula e vou votar nele. Acho que ele melhorou muito a educação para os pobres e investiu mais do que outros presidentes’.

A mãe de Karen Yasmin expôs em sua fala a presença da educação em sua vida e como ela reverberou na vida de sua filha e também falou de sua condição social.

‘Minha família sempre foi maravilhosa e foi por ela que tenho os melhores exemplos de vida. A partir dos ensinamentos dos meus pais e do que entendo como certo, oriento meus filhos para sempre estudarem. Estudei em colégios particular e público. Desde pequenos, eles estudaram no Lavoisier e no Sesc e foram muito bem na escola. Agora que ela (Karen) está adolescente, estuda no Dom Luciano que mesmo sendo público é um colégio bom. Pra mim, a educação sempre foi muito importante e sempre eu e meu marido incentivamos os filhos a estudarem, dando condições para eles se formarem. Tenho o ensino superior completo e trabalho na área que sou formada em uma empresa de contabilidade.

Em casa, quando estou de folga, leio sim e acho indispensável a escola na vida de todos nós. Por causa do trabalho era difícil ter tempo para ensinar dever de casa, mas eles não tinham muitas dificuldades para responder o dever. Minha filha gosta de ler e sempre estar antenada sobre o que está acontecendo na atualidade’.

Para a mãe da aluna Nathália, responder as perguntas sobre educação e leitura, de impacto, chamou bastante a sua atenção e houve certo receio. Contudo, tempos depois, consentiu a pesquisa e deu detalhes do seu percurso na escola e da vivência familiar.

-‘Me chamo Terezinha e sou de Salvador. Minha família é toda de lá. Somos muitos irmãos e a situação era de aperto, logo cedo eu e meus irmãos arrumamos um bico e não cheguei a completar o segundo grau. Eu lia mais na escola porque tinha que ajudar minha mãe em casa nas tarefas. Na escola, gostava muito da matéria de francês porque achava linda a língua, mas tive muita dificuldade na matemática. Hoje sou dona de casa e meu marido é aposentado como policial militar, mas estudar é uma graça, sempre falo pra Nathália. Quando ela era criança, lia de vez em quando para ela, mas ela sempre estudou no colégio militar de lá

da Bahia, que cobrava bastante dos alunos. Aqui em Aracaju, ela continua estudando, faz as coisas’.

Dona Josefina também faz seu relato: ‘Trabalho em uma clínica como recepcionista e trabalho pra mim e pra meu filho porque somos só eu e ele. Quando ele era menor estudou em duas escolas particulares que eu fiz de tudo pra colocar ele. A gente sabe que sem estudo ninguém vai a lugar nenhum e vai ter uma hora que depois da escola todo mundo precisa trabalhar e tomar um rumo na vida. O colégio é onde as crianças e os jovens têm que estar. O Júnior gosta muito de mexer no celular, mas tem hora de estudar e hora para se distrair.

Eu sei que ele não é muito de ler, mas a gente sabe que é bom e que traz conhecimento, mas nunca recebi reclamação dele na escola. Também não fui muito de ler para ele por causa do emprego, mas ele conseguia fazer a atividade que a professora mandava para casa.

Dona Jussara Andrade durante a entrevista enaltece os filhos falando a todo momento das conquistas dos dois no percurso escolar: ‘Não tenho do que reclamar dos meus filhos nos estudos, isso eu dou graças. Meu menino já passou na primeira fase das Olimpíadas de Matemática duas vezes e a minha menina sempre se sai bem nas notas, em português mesmo só tira de 9 pra cima. Já ele gosta mais de cálculos, mas também não se sai mal nas outras matérias, não. De mim, eu posso falar que batalhei muito na vida, já trabalhei de enxada e não tive incentivo nenhum de meus pais, mas consegui meu emprego no Estado e sou funcionária pública graças a meu bom Deus. A escola é muito importante para o desenvolvimento do ser humano por causa que também é um lugar onde eles (os alunos) aprendem a conviver com outras pessoas diferentes e aprendem muita coisa’.

Seu Nilton foi mais um dos poucos pais presentes nas interlocuções, mas que com sua fala colaborou na descrição da sua vida estudantil e da sua filha.

‘Giovana estuda, mas vejo que também é muito distraída. É um tal de tá no celular, mas anda e vira eu tô dando umas broncas nela pra ver se ela fica mais atenta na escola. Não vejo ela ler muito livro não, mas a gente sabe que vale a pena porque estudo é que dá futuro na vida e não besteira de internet ou ficar de vadiagem por aí’. Quando foi perguntado sobre

ele, seu Nilton deu algumas pausas durante o diálogo: ‘É, eu nunca fui de me interessar em estudar quando era novo, mas me arrependo porque podia tá numa situação melhor, ganhando mais. Mas a vida não é brincadeira e a agente colhe o que planta. Trabalho como vigilante à noite e durante o dia às vezes leio uns jornais que tem lá no serviço, mas leio mesmo é o resultado do jogo do bicho toda semana (Risadas)’.

A mãe de Fernando foi direta nas respostas e disse que quando o filho era pequeno o ajudava nos deveres escolares – ‘Eu ajudo meu filho dentro das possibilidades, mas ele já é grande e sabe o que quer pra ele. Quando ele era criança, fazia com ele as atividades, procurava as revistas para ele fazer os trabalhos, mas tinha que trabalhar também e ajeitar as coisas da casa. Depois, a professora me reclamou que ele não tava se saindo muito bem nas matérias, então botei ele na banca. Agora, ele vai se virando e está indo porque nunca foi muito de estudar’.

Referente à política, ela enfatiza os programas de bolsas de estudo no ensino superior: ‘Pra mim, essa questão desses auxílios do governo tem ajudado muito quem quer entrar na universidade e Fernando se não conseguir entrar numa UFS da vida vai ter que tentar fazer nessas faculdades por esses programas. Hoje em dia eu acho que está bem mais fácil estudar, na minha época é que era difícil e não era para todo mundo completar o segundo grau e fazer uma faculdade’.

Relato de Maria da Glória, Mãe de Gustavo: ‘O trabalho toma muito meu tempo e não posso dar muita atenção nos deveres de Gustavo. Aconselho e tudo mais, mas chego sempre à noite em casa e cansada e o pai dele, que é separado de mim, não se atenta muito pra essa parte da escola, mas conversa com ele. A vida é não é nada fácil e ele pretende fazer um curso para começar a trabalhar e continuar estudando ao mesmo tempo. No meu caso, eu estudei pouco porque não tive oportunidade nem apoio de ninguém. E mesmo assim, a escola é o melhor caminho pra se conseguir dignidade na vida e uma forma de se colocar melhor para os outros lá fora, que é uma selva’.

Dona Maria de Lourdes expôs na entrevista a distância que teve da escola, mas só tem elogios a ela:

‘Sempre falo que minha filha tem que meter a cara pra estudar. Não vou dizer a você que sou de tá o tempo todo na escola nem acompanhado ela nos estudos porque não tenho tempo e trabalho muito. Mas dou condições a ela de ler. Não é muito (ela) de fazer as coisas

dentro de casa justamente porque diz que estuda, mas ela tá aí concluindo quase o ensino médio e quer fazer a faculdade dela. Percebo que ela tem dificuldades em matemática, mas ela consegue dar conta. A escola para mim foi mais distante porque na época eu não me atinei a isso, mas acho lindo os jovens estudarem’.

Diante do exposto, todos esses relatos dos familiares influem na pesquisa carregados de subjetividades, mas dependentes das condições objetivas da vida em sociedade, tanto pela educação que receberam de seus pais quanto dos desafios e oportunidades que tiveram em suas vidas. Consequentemente, transmitiram essas vivências e o modo de enxergar a educação da escola de maneira mais utilitarista para progredir na vida. Contudo, se percebe nas falas a admiração pela leitura e a instituição da escola como transmissora do saber. Além disso, a origem social nem sempre denotou o gosto nem o desinteresse ‘predestinado’ das classes. Foram manifestos interesse e disposição pela leitura em famílias mais pobres e indiferença pela leitura em famílias com melhores condições de investir nos estudos de sua prole.

As Referências de Leitura e o Relato dos Alunos

Com relação aos estudantes, cerca de 50 deles, entre meninos e meninas, foram inquiridos por meio de questionário e entrevista sobre suas atitudes perante o ato de ler. A proposta de indagação foi composta por perguntas as quais englobaram aspectos de identidade, informações de vida, de leitura e gostos particulares.

Quanto ao gênero de participação, cerca de 35 meninas responderam ao questionário como maioria preponderante na pesquisa, mas com a participação ativa de 15 meninos. Diante desse panorama, foi possível produzir as seguintes averiguações:

- 25 alunos responderam que se reconhecem como pardos ou ‘morenos’, 18 brancos e 7 se reconheceram como pretos ou negros.
- 40% deles relataram que do 6º ao 9º ano estudaram em escola pública, enquanto que 60% dos alunos afirmaram que estudaram em instituição privada.
- Segundo os próprios relatos, nenhum deles reprovaram durante toda trajetória escolar.
- 30% dos alunos replicaram que moram com seus pais (pai e mãe) e irmãos, na medida que 70% moram com uma mescla de parentes como avós, tios, padrastos, ou somente com mãe ou pai.

- Há uma variância equilibrada dos locais de moradia dessa clientela, uma vez que os bairros onde residem se encontram de norte a sul, leste e oeste da Grande Aracaju.
- Os designados pais ou padrastos possuem ofícios de vigilante, motorista, policial, técnicos, aposentados, empresários, autônomos ou estão desempregados. Já suas mães trabalham como diaristas, recepcionistas, donas de casa, auxiliares de enfermagem, professora, fisioterapeuta, cabeleireira, autônomas ou também estão desempregadas.
- A renda mensal das famílias varia de R\$500,00 reais até a equivalência de mais de R\$ 8000,00, a depender das profissões dos pais ou responsáveis.
- 75% dos pais possuem ao menos o ensino médio completo, em contrapartida 25% deles têm o ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto.
- Em relação às crenças religiosas, 35% afirmaram ser católicos, 26% sem religião, 12% protestantes ou evangélicos, 7% cristãos (sem ligação à igreja), 7% são espíritas kardecistas, 3% são adeptos ao candomblé, 3% agnósticos e 3% ateus.
- Dos alunos investigados, 60% responderam que gostam de ler em oposição a 40% que não gostam, leem às vezes ou só na tela do celular. Inclusive, tal resultado negativo à leitura esteve equilibrado entre garotos e garotas.
- Na sua grande maioria, os estudantes têm preferência por livros de gênero de autoajuda, ficção, drama, romance e infanto-juvenil. Os e-books foram citados algumas vezes, assim como os livros religiosos espíritas pelos alunos da mesma religião.
- A maioria do alunado já visitou uma biblioteca pública, porém há muito tempo, bem como uma parcela dos alunos relataram que tiveram acesso a esse espaço somente na escola.
- O tempo médio de leitura gasto varia de 1 a 2 horas de relógio.
- Quando perguntado se havia muitos livros em casa, 35% do grupo informou ter muitos livros em casa, ao passo que 30% respondeu que não e 20% dos estudantes advertiram que possuem algumas obras, sendo a maioria da escola.
- Dentre os títulos de livros mais citados, estão ‘Fala sério, amor’, ‘A menina que roubava livros’, ‘Harry Potter’ e outros de ficção.

- A maioria dos estudantes não sabe dizer quantos livros já leram e 36% dizem que compreendem o livro didático sem auxílio. 30% entendem parcialmente a linguagem do livro da escola e 15% dos pesquisados não entendem por completo a obra.
- Os cursos de Medicina, Direito, Psicologia e Enfermagem são os mais almejados pelos estudantes da pesquisa. Contudo, é relevante destacar que os gostos literários de leitura e o estado atual de leitura da maioria deles nem sempre acompanham as aspirações desses indivíduos.
- O uso de aplicativos de mensagens se dá em 100% das turmas, entretanto não como forma de leitura atenta, mas de informação instantânea e comunicativa.

Nesse caso, ficou evidente que a realidade de leitura dos alunos é resultado do percurso histórico-social da família e da reprodução escolar. A família como intercessora da formação do jovem no ciclo da educação informal que acontece fora do sistema de ensino. Enquanto que a escola é a instituição atribuída pela instrução formal que transmite os conhecimentos científicos, sociais e culturais (BIESDORF, 2011). A organização escolar nesse formato veicula a ciência estruturada em diferentes campos do saber, diferentemente da educação realizada dentro de casa.

Por essa via, família e escola são recintos de referência e sustentação da vida e subsistência desses alunos. Através das experiências em ambas as organizações, são impelidos os gostos tão quanto os avanços e dificuldades da trajetória do jovem.

No caso dos pesquisados, foi averiguado durante a pesquisa que a maioria das famílias não têm o hábito de ler nem vê sentido na leitura constante, e por causa dessa falta da prática, muitos estudantes não se desenvolvem como o sistema escolar exige. Ainda assim, não foram raros os casos de interferência de disposições individuais e culturais por algumas famílias que distinguem seus filhos na prática de leitura, embora as condições sociais sejam limitadas. De acordo com os depoimentos, o tipo de mediação para os estudos desses alunos é determinante para a forma de perceber a escola e a utilidade da leitura na vida particular. Abaixo seguem parte das falas dos jovens sobre si e seus contextos de vida:

Quando questionada sobre a família, a aluna Amanda do 3º ano confirma situações limitantes: - ‘Minha mãe sempre trabalhou como operadora de caixa e não tinha tempo pra me ensinar a lição de casa e pra o meu irmão, mas fazia eu sozinha ou terminava o dever na escola. Durante um tempo me tia me ajudava, o que ajudou bastante. Hoje quero fazer medicina e tenho estudado muito para que isso aconteça. Leio várias apostilas, faço no momento um curso do Pré-Seed (curso preparatório para o Enem) e, modéstia à parte, tenho me saído muito bem. Desde pequena costumo ler e isso foi me ajudando a ler cada vez mais e escrever melhor. Quando tenho mais tempo, gosto de ler livros de ficção e autoajuda’.

O aluno Carlos Henrique do 1º ano também explanou outra realidade impactante da sua aprendizagem escolar: - ‘Meu pai trabalha o dia todo como taxista e minha mãe trabalha em uma empresa terceirizada. Fiz banca quando era criança, mas leio quando preciso fazer algum trabalho da escola ou para as provas do semestre. Quase sempre estou com meu celular, que é onde eu faço muita coisa. Falo com meus amigos, jogo videogames, entre outras coisas. Eu entendo às vezes o livro didático, mas pego (o livro) para estudar quando preciso. A escola é bom, mas às vezes cansa’.

Enquanto que a estudante a Danielle Tavares alegou que seus pais são comerciantes de médio porte e com diploma de ensino superior. Estes mesmos têm objetivos de rentabilidade em seus negócios e consequentemente também passam a maior parte do dia fora de casa sem atenção a leitura dos filhos.

- ‘Meus pais trabalham muito e confesso que eu não gosto de ler tanto. Leio mais para fazer as tarefas de casa e quando leio o que gosto às vezes é história em quadrinhos ou revista para passar o tempo e me distrair. Visitei uma única vez uma biblioteca quando tinha uns 10 anos’.

Quando ao seu futuro acadêmico cita: ‘Como eles já têm um negócio, quero muito cursar Biomedicina, mas também quero os ajudar na loja. Sei que a escola é indispensável a qualquer pessoa e é preciso estar nela com o objetivo de realizar os nossos sonhos no futuro’.

Outra aluna que afirmou ser branca, moradora do bairro Cirurgia (bairro da capital aracajuana), de família de pais empresários e também espíritas, revelou detalhes de sua prática de leitura: - ‘Gosto mais de ler livros do gênero religioso e de ficção, mas sempre estou lendo

alguma coisa, acho que já li uns 20 livros. No momento, estou lendo ‘As coisas que você só vê quando acelera’ (Livro de autor estrangeiro de autoajuda).

Júnior, cujo pai é motorista de aplicativo e sua mãe trabalha com serviços gerais, ressaltava seu gostos e dinâmica familiar: - ‘Quando pequeno, estudei em escola particular do meu bairro. Não gosto de ler, só leio para fazer as tarefas do colégio e nunca fui ou tive vontade de ir a uma biblioteca. Não sei que faculdade vou fazer, mas me vejo trabalhando com alguma coisa’.

Sandro, de 17 anos, é filho de dona de uma pequena mercearia e um marceneiro e diz:

‘ Só leio na tela do celular, e de livro só li uns quatro e também não tenho hora para ler não’.

Larissa Vitória: ‘Minha mãe é dona de casa e meu pai não faz nada de específico. Eu leio livros em PDF e normalmente de vários gêneros, que vai de Dostoiévski até HQ do Batman. Tenho poucos livros físicos, a maioria deles são didáticos e só os leio para fazer as atividades do colégio. Meu pai tem o ensino fundamental incompleto e minha mãe tem o ensino médio. Referente ao livro da escola, eu não entendo muito porque faltam informações com contexto’.

Luara, 16 anos - Mora no Conjunto Augusto Franco em Aracaju. Sua mãe é atendente de posto de gasolina e seu pai cozinheiro, ambos com ensino médio. Ela relata sua preferência: “A maioria dos livros que leio são online e gosto muito de ficção, autoajuda e de noticiário. Além disso, pretendo cursar Medicina e tenho estudado muito para isso acontecer”.

Bianca dos Santos, 17 anos- ‘Desde de pequena eu estudo em colégio público. Moro com meus pais, minha irmã e meu irmão. Meus pais não chegaram a completar o ensino fundamental. Nunca fui em uma biblioteca, mas tenho interesse em ir. Em relação a livros, acho que só li uns quatro, que eu lembre, mas recentemente adquiri o hábito de ler. De quantidade, tenho alguns livros em casa, contudo não são os que leio agora, mas venho lendo livros virtuais. De profissão, sonho em ser arqueóloga’.

João Vitor percebe seus gostos para área de informática: ‘Gosto de ler notícias de tecnologia, literatura e os livros didáticos que tenho. Já li uns 40 livros e atualmente estou lendo ‘Dom Casmurro’. Estudo de 4 a 5 horas por dia.

Quando eu era menor, estudei na escola estadual Senador Leite Neto. Nunca reprovei. Meu pai é vendedor autônomo e minha mãe é diarista e os dois só têm o ensino fundamental incompleto. A gente tem uma renda de mais ou menos um salário mínimo’.

Fernando Soares, aluno do 1º ano: ‘Moro com meus pais e um irmão, gosto muito de ler. Meu pai tem apenas o ensino fundamental e minha mãe ter o ensino médio incompleto. Meus gêneros preferidos são de romances de época, *new adult*, policial e ficção. Já li muitos livros na vida. Quando não estou na escola, fico mais no meu quarto. De profissão, sonho em cursar engenharia química, mas também quero fazer concursos de polícia’.

Karen Yasmin, de 18 anos, revela em sua fala que na infância estou em dois colégios particulares da zona sul de Aracaju e neles teve um aporte de leitura, enquanto que na sua vida privada descreve: ‘Gosto de livros de autoajuda e de fantasia, já li uns 20 livros. Também quero fazer faculdade de psicologia, por isso que desde agora estudo em média 4 horas por dia. Sobre o livro didático, eu pouco faça consulta nele para ser bem sincera, olho mais na sala de aula’. Seus pais têm ensino superior, seu pai é motorista pelo Estado e sua mãe é auxiliar administrativa e a aluna afirma entender bem os textos dos livros da escola.

Filho de professora e corretor de imóveis, o estudante Rafael fala que adora ler e que se dedica à escola: ‘Eu prefiro ler livros de romance, suspense e filosofia. Estudo cerca de 3 a 4 horas por dia e no momento estou lendo ‘O alquimista’. Também frequentei muitas bibliotecas porque ia visitar as que tinham nas escolas que já estudei.

Ainda, a estudante Sophia do 3º ano admite que é mais utilitarista com os livros: - ‘Gosto mais de acessar a internet ou ler alguma pelo celular por causa da facilidade para saber de informações que eu acho mais interessante. Não gosto muito de ler e passar muito tempo passando páginas. Quando gosto de algum livro, geralmente é pela internet e aí eu faço a leitura. Do livro didático eu pego mais para fazer as atividades ou algum trabalho da escola e geralmente eu consigo entender mais ou menos os temas do livro. Às vezes sim, às vezes não’.

Fabiano admite que estuda o básico para manter as notas em dias: ‘Na real, eu olho os livros mais quando estou nas aulas e quando tá mais perto das provas. Aí sim eu estudo mesmo, mas gosto de artes e educação física. E se fosse para escolher alguma coisa para ler eu prefiro acessar na internet porque é mais rápido e tem mais coisas, ou quando é notícia do meu time’.

No diálogo do aluno Vicente do 1º ano, ele diz que ler mais em certos períodos que em outros. – ‘Gosto de ler e acho bacana poder saber de algo, mas com muita ocupação no dia a dia nem sempre eu estudo. Têm certos momentos que passo uma semana lendo direto algum livro que eu gosto, que geralmente são de desenvolvimento pessoal e de drama. Em outras horas, leio porque tenho que me sair melhor nas provas e me dedico com força, virando até a noite lendo. Porém, quando eu estou mais folgado, eu relaxo e faço outras coisas de mais urgência, que não me faltam’.

Marcela demonstrou ser mais tímida, mas respondeu a todas as perguntas do questionário. - ‘Desde menina tenho muitos livros em casa, mas tem uns que leio com mais frequência que outros. Também acesso as redes sociais e leio histórias nos sites que oferecem leitura gratuita. Daqui a cinco anos me vejo formada como professora de inglês e trabalhando na área e sempre fazendo cursos para atualização. Vejo os livros da escola e vejo temas interessantes, principalmente em sociologia, literatura e história, que são as matérias que eu mais gosto de aprender’.

Alana do 1º ano expressou em sua fala o gosto que carrega por influência da família: – ‘Meus livros preferidos são espíritas e de fantasia. Minha mãe é espírita, apesar disso fui lendo mais os livros porque tinha mesmo curiosidade em conhecer as histórias e aí eu fui pegando o gosto de ler um monte. Além desses eu amo ler livros de romance e que tenha uma história bem envolvente que me chame atenção. Sobre a escola, antes daqui estudava no colégio Esplendor, que é particular e fica no Augusto Franco. Depois que terminar o ensino médio, quero fazer Psicologia ou Terapia Ocupacional para ajudar pessoas que precisam de mais cuidado’.

Lenilton planeja por meio da escola conseguir ter um emprego: ‘-Quero fazer um curso de técnico em eletroeletrônica e começar a trabalhar logo. De leitura, leio quando é necessário nos trabalhos do colégio e na sala (de aula) porque tenho preguiça. Quando estou livre, fico no meu celular ou no computador, ou conversando com meus amigos. Tem umas disciplinas que estou meio pendurado, mas têm outras que me saio melhor, mas nunca reprovei em colégio nenhum que estudei’.

Cecilia: - Não leio muito porque não sobra muito tempo. Na verdade, eu me dedico para ler várias matérias do colégio. De livro que eu peguei por vontade própria foram uns 20 de histórias reais, biografias e de autoajuda. A última vez que fui a uma biblioteca foi no ano passado do colégio mesmo e de livro didático eu compreendo alguns, sim. Na família, meu pai é mecânico e minha mãe trabalha como cozinheira em um restaurante e como trabalham o dia todo eles não têm muito tempo para ficar me acompanhando nos estudos. Já daqui a algum tempo, me vejo formada em Enfermagem e com um emprego’.

Antônia - ‘Sempre estudei em colégio público e, a meu ver, leio o básico de duas horas por dia. Normalmente leio livros de ficção e que eu me lembre nunca fui a uma biblioteca. No momento, estou lendo *‘Harry Potter’* e quanto aos livros de escola compreendo às vezes. No futuro, não sei ainda o que vou fazer, mas com certeza quero estar na faculdade ou trabalhando’.

Rafaela - ‘Moro com meus pais e com um irmão. Meu pai é motorista de um médico e minha mãe é coordenadora de assessoria da fundação Renascer. Meu pai tem o ensino médio completo e minha mãe tem o ensino superior. Tenho interesses por livros de autoajuda, mas não tenho muito tempo para ler porque trabalho, quando posso é que eu passo na ‘Escariz’ (livraria) e leio algum livro bom. De agora, leio ‘Reinações de Narizinho’ e mais à frente, falando em sonhos, quero fazer medicina veterinária com minha clínica e financeiramente estável.

Gustavo- ‘Ler é bom, mas não gosto muito, é chato. Já estudo aqui no Dom Luciano há dois anos e estudar aqui não é fácil porque é muito puxado, então leio mais pra passar de ano, que já é dureza. No celular é mais fácil porque estou com ele o tempo todo e aí eu fico vendo meu *Whats App*, ou quando tenho que fazer alguma pesquisa estudo no computador.

Melissa- ‘Leio de tudo o que me aparece, mas os livros da escola não gosto tanto, gosto mais de contos e de ler na internet. Por esses dias eu estava lendo um livro que tem em um site e estou gostando muito. Minha vontade é trabalhar com Publicidade e Propaganda. Na minha família, meu pai trabalha e minha mãe é dona de casa e me dizem para eu estudar, mas não ficam muito em cima de mim não’.

Débora - ‘Não gosto de ler tanto assim, mas faço o possível para que eu não reprove. Minha vontade é montar uma padaria e trabalhar com o público, que é o que eu amo fazer, já até comprei uma máquina para estampar copos. Meus pais trabalham e têm uma mercearia e desde criança eu gosto de ajudá-los no comércio’.

Paulo Yuri- ‘Leio sim, o que for necessário eu leio. Na escola, faço os exercícios e os trabalhos, tenho meu celular e o computador que sempre uso na diversão. Na escola, às vezes eu compreendo os livros didáticos’.

Em 2005, o pesquisador Charlot também realizou uma investigação por meio de questionários e entrevistas com jovens de Sergipe a fim de demonstrar suas condições existenciais e seus anseios em um plano múltiplo. Ele buscou entender tudo sobre esses jovens em termos de leitura, saúde, raça, sonhos, família, trabalho, entre outros fatores. Nesse procedimento, é pertinente acentuar dados semelhantes daquela investigação que não são descoincidentes ao desta pesquisa quase dezessete anos depois, mas congêneres em muitos aspectos socioculturais.

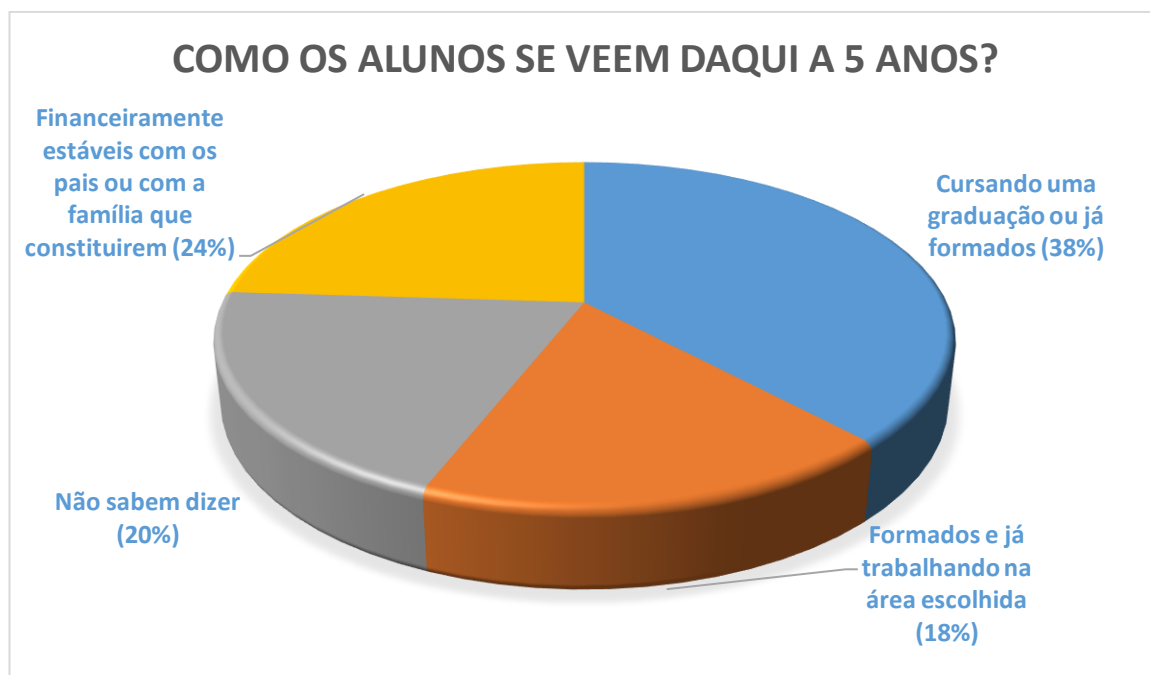
De acordo com Charlot (2006), assistir à televisão e ouvir música foram as atividades que os jovens mais gostavam de fazer em casa, enquanto ler livros e revistas figurou o último lugar da lista de atividades praticadas por eles. Cerca de 29,6% dos jovens responderam que as vezes liam livros, 12,3% deles quase nunca, 24,3% nunca e 20,3% e 13,4% respectivamente responderam que sempre ou quase sempre liam. Além disso, ficou comprovado que as meninas liam bem mais livros e revistas que os meninos, quando 39,6% das jovens relataram que muito liam frente a 27,3% de rapazes. Outrossim, a frequência das meninas no ensino médio era maior que a dos meninos, quando 34,1% do público feminino estava matriculado e 25,9% do público masculino estava presente na etapa final da educação básica; quase 10% de diferença. Também nos relatos, cerca de 32,6% dos estudantes do ensino médio se declararam brancos, 30,7% pretos e 29% pardos.

A influência da renda familiar na vida escolar dos indivíduos se manteve disperso. Apesar de constatado que os mais ricos priorizaram mais os estudos em comparação aos mais pobres. Todavia, o emprego é supervalorizado pelos jovens de classe baixa.

Sobre o que esperavam da vida naquele momento, os jovens não hesitaram em exprimir um anseio voltado para o futuro aonde a meta principal era construir uma família feliz. De modo que pudessem com os estudos ter uma boa profissão depois de formados na faculdade e também uma boa remuneração para arcar com o sustento e a segurança da família. Todos eles eram cientes de que o dinheiro é importante na realização de aspirações, contudo com a condição de empenho nos estudos como causa de estabilidade financeira. Com isso, a família, o trabalho e os estudos ilustravam a tríade ‘perfeita’ de uma vida felizarda (CHALOT, 2006).

Na atual pesquisa, as práticas de leituras também são proteladas por predileção às outras atividades cotidianas, com o enfoque do uso de *smartphones* e computadores no tempo vigente. Na proporção que agora, com o aumento do acesso aos objetos digitais, 100% dos alunos entrevistados possuem celular e a grande maioria possuem computador em casa. Quanto à heteroidentificação, 50% dos jovens se declaram pardos ou ‘morenos’, 36% afirmam ser brancos e 14% dizem ser pretos. Nesse aspecto, o que difere da primeira pesquisa é o aumento considerável de jovens que mais se identificam como pardos.

Em relação a proporção por gênero, depreende-se que a participação das meninas é muito maior nas práticas de leitura e nas matrículas do ensino médio do colégio Dom Luciano. Inclusive, na própria investigação da atividade de leitura, elas logo se mostraram interessadas em participar e responder os questionários e conceder as entrevistas. No mais, é relevante mencionar a perspectiva do porvir sobre o que farão e a posição que ocuparão após o egresso do ensino médio. Em todas elas, o trabalho, a formação acadêmica e a independência financeira são o alvo desses jovens, enfatizando também a escola como mediadora do êxito de todas essas esferas. Assim revela o gráfico abaixo seguindo os dados:



Decerto, as falas e anseios de cada aluno são consequência das abstrações das falas e opiniões elaborados na vida familiar, que por sua vez, prevalecem nas relações individuais dos jovens com a leitura. A renda financeira, as dificuldades, emblemas, a cultura e expectativas dos pais interferem nas ações sobre a educação. Consequentemente, os estudos são influenciados, embora muitas das aspirações dos estudantes estejam além de suas práticas na escola. Ainda assim, cabe aqui confirmar que as escolhas individuais fazem toda a diferença para a prática frequente de leitura dos alunos e como os próprios pais instigam essa distinção pela instituição escolar. Essa motivação resulta em progressos e aspirações que ultrapassam as barreiras da condição social. Aliás, com mesmo menciona Charlot (2013):

Os alunos não são iguais frente à escola: nesse ponto, a sociologia da reprodução está certa e os seus achados permanecem importantes. Mas, ao levar em consideração a questão da atividade escolar, que ela negligenciou, torna-se possível descartar o determinismo sociológico e, assim, entender como é possível que alunos dos meios populares sejam bem-sucedidos na escola, apesar de todas as probabilidades contrárias, e como é possível que as moças tenham mais êxito do que os rapazes em uma escola permeada por valores masculinos. Contudo, para analisar a atividade do aluno, não basta levantar a questão do seu sentido; é preciso, ainda, prestar atenção à sua eficácia. O que vamos fazer adiante (CHARLOT, 2014, p. 95).

Entretanto, nessa realidade a maior parte das famílias pesquisadas não lê, ou mais especificamente, boa parte dos pais não leem livros nem leram para seus filhos quando estes eram crianças, nem assim os acostumaram. Isso se deve basicamente à privação escolar ligada à questão da origem social das classes baixas e em parte dos hábitos culturais particulares.

Uma vez que está comprovado que muitos pais e mães sequer completaram o ensino fundamental ou ensino médio, tendo desde cedo que recorrer ao trabalho braçal para se sustentarem. Outros desses, tiveram oportunidades de ter a formação universitária, todavia o trabalho diário fora de casa prevaleceu como um dos fatores da ausência no acompanhamento da vida escolar dos filhos, assim como uma ‘falta de sentido’ em incentivar os jovens à leitura e a selecionar obras didáticas. Nessa direção, o impacto sobre a baixa frequência de leitura de livros dos jovens é explícito. Entretanto, alguns outros pais acreditam que a educação dos filhos é o melhor investimento que podem fazer como responsáveis pelos jovens, mediante o entendimento da importância da leitura para o desenvolvimento integral da pessoa. O que mostra que a vontade individual ultrapassa em muitas situações as restrições sociais e financeiras.

Aliás, a expectativa sobre a educação escolar é uma relação envolvida pela identidade dos pais que passam para seus filhos muito do que viveram: o medo de reprovar na escola, as projeções dos próprios fracassos restituídos nos herdeiros, a conduta de aceitação ou não dos filhos; as dificuldades particulares, o contexto econômico em que se assenta a família. A vontade e o esforço pessoal, a permissividade e a opressão; a violência e as emoções; divórcio, morbidades, desemprego; padrões e normas do grupo familiar, otimismo e os diferentes protótipos de parentesco. Uma vez que:

A família não é o único canal pelo qual se pode tratar a questão da socialização, mas é, sem dúvida, um âmbito privilegiado, uma vez que este tende a ser o primeiro grupo responsável pela tarefa socializadora e constitui uma das mediações entre o indivíduo e a sociedade. Sob este prisma, a família não só interioriza aspectos ideológicos dominantes na sociedade como projeta, ainda, em outros grupos os modelos de relação criados dentro do próprio grupo (CARVALHO, 2004, p. 42).

Neta situação em particular, os pais se mantêm afastados por um desinteresse na vida acadêmica dos filhos, tanto pela jornada de trabalho como pelo próprio modo de ver a educação e não dão importância à leitura. O que faz com que tal prática pelos adolescentes se restrinja, na maioria das vezes, às atividades obrigatórias da escola e cada vez mais ao acesso à internet e aplicativos de mensagens. A leitura na internet, acontece de modo mais livre, sem um propósito educacional, sendo mais uma mera busca pelo entretenimento.

Como efeito dominó, a leitura se volta a uma decodificação para fins utilitaristas a fim de buscar conteúdos momentâneos na tela digital e solução para dúvidas de situações

cotidianas. Esse fenômeno coincide com a mais recente pesquisa sobre os retratos de leitura no Brasil que aponta que 70% das famílias não são leitoras (ZAILLA, 2019).

O enredo familiar dos adolescentes demonstra que a atividade leitora é colocada como algo imposto pela escola e que precisa ser ensinada como forma de conseguir títulos e poder seguir adiante. Se por um lado as famílias de baixa renda carecem de motivações, assim como condições materiais e de tempo para ler, as famílias dos alunos com renda acima de três salários mínimos não fomentam ocasiões de leitura com os filhos dentro de casa. Fora dela sim, mas por meio da escola, na medida em que muitos pais investiram certo capital para que seus filhos pudessem estudar em escolas particulares de bairro. Já que se sabe que essa é a principal percepção de dar uma “boa educação” às crianças. E essa é uma questão pertinente porque os responsáveis colocam sobre a escola a total responsabilidade de ensinar os alunos a lerem, de modo a ‘terceirizar um compromisso’, que a princípio deveria começar em casa. Tal prática é falada copiosas vezes nos depoimentos dos adolescentes direta ou indiretamente.

Depois de certo tempo, esses mesmos indivíduos mais crescidos foram transferidos para o colégio público. Ou seja, durante um período houve um estímulo à educação; mas, para além do âmbito familiar. Por outro lado, as famílias com renda maior de R\$3000,00 oportunizam a seus filhos experiências fora da escola que potencializam a aprendizagem da escrita e sua interpretação. Com o capital financeiro, podem fazer passeios, viajar para cidades vizinhas, ir mais vezes ao shopping, participar de curso de inglês, informática e natação (ainda que sejam breves).

Dessa forma, tendo os meios somados à vontade parental faz tais vivências determinantes para o refinamento do gosto cultural. As condições materiais tornam os agentes propulsores da vontade pela leitura, seja ela pessoal ou acadêmica, além de suscitar uma formação de vida que é usufruída para o contexto do texto impresso. Porque de forma evidente os hábitos culturais se complementam ao saber intelectual, incluso o de interpretação de textos que se dá por toda a vida. Do menor ao mais extenso; como se fosse mais pessoal relembrar nomes de cidades já visitadas, aparelhos eletrônicos já utilizados, palavras estrangeiras conhecidas e tantos outros eventos e artefatos publicados nas mais diferentes obras escritas.

Não obstante, é complexa a problemática das famílias pois para as diferentes realidades há o mesmo juízo de valor sobre a educação para a leitura. Mesmo assim, existem contextos em que há um incentivo considerável de leitura na vida dos filhos pelos pais, diferentemente da maioria dos entrevistados. Entende-se nesse âmbito que a leitura é um belo

exercício, mas não é praticada como um meio e sim como um fim. Com esse cenário, a busca pela leitura escolar se mostra mais frequente somente perto de avaliações semestrais. Entre os alunos do 3º ano, a preparação para o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) é notória para uma parte do grupo e a procura por livros se torna acentuada. Com efeito, é impreterível ler para fazer as provas que tanto exigem dos estudantes nas múltiplas disciplinas. Para aqueles que não optam por fazer o exame, a escolha por um curso técnico para inserção no mercado de trabalho é iminente, portanto a leitura também é uma ‘obrigação’.

Mais uma referência importante diz respeito a identidade dos estudantes desse estudo, por fazerem parte da geração Z. Esta população é instituída por sujeitos que nasceram durante o surgimento da internet e da evolução das novas tecnologias digitais, como celular, videogames e computadores mais rápido, por exemplo.

As pessoas da Geração Z já não se imaginam em um mundo onde todas as coisas não estejam ligadas numa esfera online e com câmbio imediato de informações. Ou seja, elas já são nativas digitais por um estilo de vida traçado pela mobilidade tecnológica. Pode-se dizer que, de maneira geral, os jovens da geração Z são imediatistas, porquanto antecipam e simplificam muito as coisas, possuem um entendimento cibernético aguçado, são abertos às novas tecnologias e raciocinam de forma ligeira. Daí a leitura de textos mais longos, que são em maior número parte dos acadêmicos, são negligenciados à medida que também são mais complexos e esses indivíduos não têm a mesma paciência que em outrora.

Em contrapartida, a leitura que prevalece entre a juventude é a troca de mensagens no aplicativo ‘WhatsApp’, cujo sistema produz a comunicação de modo rápido através da rede de computadores. Os famosos memes, mensagens encaminhadas, arquivos em PDF e os diálogos cotidianos entre amigos e parentes são recorrentes nesse dispositivo. Pode acontecer de maneira intencional ou não, mas é propenso que as mensagens notificadas por sons despertem a curiosidade dos usuários sobre o que está sendo escrito por outras pessoas. Além desse aplicativo, o *Facebook* e a plataforma do Instagram estão entre as redes sociais mais acessadas e lidas no momento atual.

O bate-papo descontraído com os amigos, o videogame, as imagens atrativas na internet e a possibilidade de visualizar hipertextos nos sites são instigante aos olhos, tomando vez nas leituras corriqueiras. Decerto, a leitura prolongada requer calma e foco, o que acontece com menos frequência entre os jovens de modo geral, o que não é diferente com o grupo pesquisado. Tanto que quando foram perguntados sobre o que fazem fora da escola,

alguns admitiram que quando estão em casa ficam horas no celular ou no computador, porém não para ler.

Essas novas modalidades de informação e de comunicação presentes hoje na web produzem linguagens, conhecimentos, modos de vida, valores, etc., que desafiam a escola tanto em sua função de transmitir conhecimentos quanto em seu caráter socializador. A transmissão cultural proposta pelas mídias é muito mais forte que a transmissão cultural da escola (KRAWCZYK, 2014).

Quanto ao uso do livro didático, reconhece-se que este é um instrumento rico em conteúdo que podem ser recorrentes na sala de aula como difusor de saberes que estimulam a leitura. Os temas, embora sejam pré-selecionados e com certos recortes e certa parcialidade, fazem o leitor pensar. As imagens são nítidas e retratam realidades mais atuais em que os autores são os mais experientes no ramo acadêmico. Apesar disso, poucos alunos utilizam o livro para desenvolvimento cultural, visto que a maioria dos alunos o delimita para responder trabalhos que valham pontos para as provas, ou mesmo quando se torna obrigação em sala. Outros alunos seletos, gostam de ler o livro didático por interesse pelo que esse material tem a expor.

De todo modo, não é suficiente que o Estado somente empregue um montante financeiro em livros para serem distribuídos nas escolas e depois para os alunos. Se faz indispensável ensinar o valor social de uso desse objeto, de maneira que desencadeie um anseio de leitura correspondente ao assunto mais comentado na internet ou sobre a notícia do time preferido (PAVÃO, 2001). Além, é claro, de toda a sociedade trabalhando para que isso se torne uma realidade. A começar pelos responsáveis mais próximos da educação dos estudantes.

A propósito, dentre os principais fatores de desmotivação de leitura dos estudantes da pesquisa estão presentes:

A falta de hábito de leitura dos pais em ler para si e seus filhos;

A ausência de vigilância/orientação dos pais ou responsáveis para fazer atividades escolares;

Falta de concentração para longas leituras;

Imediatismo;

Ocupação do tempo livre em aparelhos digitais (Passam longas horas nesses dispositivos)

E o trabalho fora de casa por parte de alguns jovens.

Em verdade, o que existe muitas vezes é uma ‘lida’ lépida das imagens transmitidas pelo celular. Outro detalhe notável é que alguns alunos revelaram que costumam ler livros digitais baixados na internet, mas a frequência de leitura é menor em comparação ao livro físico.

A leitura de livros acontece muitas vezes por um desejo próprio do que se vê, seja na seja mídia ou por envolvimento em grupos juvenis. Assim, se torna dominante a preferência pelo gênero de fantasia em razão de a indústria audiovisual propagar exponencialmente filmes e livros de repercussão econômica.

A mesma literatura de ficção advém da cultura de massa gerada pelo capitalismo cujo objeto trata de temas que podem ser ligeiramente criados e compartilhados para períodos posteriores. Mediante a democratização dos dispositivos de leitura, como anteviu Anderson (2006), as tecnologias trouxeram um fluxo de informação constante circulando por múltiplas plataformas e envolvendo diferentes indústrias. O gênero de fantasia, geralmente envolvido com temas universais, faz combate entre forças do bem contra o mal ou de um indivíduo contra um grande grupo.

O gênero abarca recursos narrativos que refletem obstáculos e conflitos próprios do período da adolescência, que podem ser interpretados de modo espontâneo conforme o contexto de vida do leitor, de gênero e de outros contextos de codificação.

Por assim dizer, o público adolescente acessa diversas plataformas que aderem a uma cultura de fã de forte engajamento, o que faz com que os produtores dessas obras façam sucesso monetário e levem certo amparo emocional para os jovens ao encontrar produtos com os quais esses se identificam.

Tanto, que um dos gêneros mais lidos pelos alunos é o romance, em que o afeto é a força propulsora e uma forma de ficção que atribui o relacionamento entre duas pessoas e, em muitos momentos, a luta para reconciliar suas diferenças no passado. Geralmente, os protagonistas se envolvem em desafios e são transformados pela pessoa amada, passando por momentos de dificuldades para permanecer com o romance. O terror também evocado como um dos gêneros de predileção dos adolescentes apela por uma resposta emocional, física e psicológica que causa medo ao leitor e intervém no grau de conforto de quem está lendo.

E por falar em emoções, não são poucos os casos de adoecimento mental na sociedade do desempenho¹ a qual vem desencadeando ansiedade, depressão, hiperatividade e tantos outros transtornos e alterações de humor que são fatores implícitos para a falta de concentração para ler. Os adolescentes estão cada vez mais nervosos com a expectativa de perder alguma coisa que está sucedendo no mundo ou no seu ciclo de amizades. Todos querem consultar o celular muitas vezes ao dia, como demonstra uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2019.

Quatro entre dez brasileiros sofrem de algum transtorno psicológico e durante o período da pandemia da Covid-19 a depressão e a ansiedade entre os jovens dobraram em relação aos níveis antes do surto da doença, de acordo com uma pesquisa da Universidade de São Paulo. Por efeito, a escola, e mais adentro, a sala de aula são locais estáveis nos quais as contrariedades a que os adolescentes estão expostos são reduzidas pela ocupação que eles têm com a aprendizagem, que é um instrumento que os ajudam a crescer e a amadurecer.

Quando houve o afastamento presencial, a dispersão dos estudantes aumentou por causa das aulas a distância e as atividades de leitura, por estarem sob ‘recomendação’, quase não foram monitoradas pelos pais. A propósito, nas aulas online, muitas vezes somente os professores apareciam nas telas, o que já denota ausência, cochilos e distração durante a atividade escolar.

Como já explanado antes, o cenário da era digital tomou conta de grande parte do tempo desses adolescentes, posto ser um processo dinâmico de cada vez mais interação no celular para fins triviais e de lazer, mas muito pouco para os estudos.

Um aluno do 1º ano admite algumas dispersões durante as aulas online: ‘Era mais difícil prestar atenção porque eram mais atividades do que mesmo explicação e eu tenho dificuldade para entender algumas matérias. Ficar muito tempo no celular só escutando o professor e sem poder tirar as dúvidas me distraia, era ruim. Era difícil ler sem entender a atividade’.

Enfim, são muitas demandas da educação a serem revisadas, pois em parte são implementados reparos em períodos críticos da educação, mas as carências didáticas não são sanadas corretamente, o que gera outros impasses para o sistema escolar como um todo. A

¹ Segundo o autor Byung-Chul Han (2017), na sociedade de esgotamento ação e identidade são alocadas somente à esfera do labor e da produção. Usufruir o tempo de produtividade total nas atividades do dia a dia – que produza prazer e resultados instantâneos, ao excesso de positividade baseada pelos princípios do neoliberalismo de homem empreendedor de si mesmo. Nesse contexto, a alta performance é instigada por estabelecimentos e ideologias propagados mundo afora.

leitura como chave principal para decodificar qualquer texto social, quando não é bem trabalhada desde cedo, torna-se deficitária no estudante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao findar esta investigação científica, o diagnóstico comprova que cada família transmite a seus filhos um tipo de ensinamento em um sistema de valores latentes e interiorizados que contribui para definir as condutas frente à prática de leitura e à instituição escolar. A herança cultural, segundo as classes sociais, é a causadora preliminar das distinções dos jovens que suscita o sentido da leitura para a vida e consequentemente o êxito social. Sabe-se que com isso, o sujeito é formado pelo ambiente que vive e pelas pessoas que convive. Age como seus pais agem, lê o que os pais leem, fala como eles falam e decerto encara a vida semelhante aos mesmos. Por conseguinte, a escola é onde os adolescentes, desde crianças, iniciam a ler e a escrever. Sendo assim, a escola potencializará aquilo que já foi cultivado anteriormente, podendo o aluno se desenvolver muito bem. Em contrapartida, também pode encontrar mais dificuldades a cada etapa escolar, da escrita de palavras desconhecidas até a interpretação de textos mais difíceis. Evidentemente, as divergências no sistema escolar acarretam em maior grau aos pobres que encaram desafios de linguagem para ter qualidade de vida, incluso o da própria leitura.

Perante o plano factual dos alunos do colégio Dom Luciano, a necessidade maior de grande parte das famílias dos alunos é saciar as demandas básicas de sobrevivência com o trabalho. Embora, quando os pais detêm condições materiais acima dessa média, continuam a empenhar-se para conseguir mais recurso financeiro, descuidando conscientemente ou não a educação letrada dos filhos.

Quando isso acontece, os próprios hipertextos lançados pelos programas de big data inculcam tendências de leitura nos jovens, além daquelas selecionadas pela disposição individual, excepcionalmente.

Assim, a vida de estudo é elaborada pelas informações sobre o mundo acadêmico, mas também pelo investimento colocado sobre o aluno nas experiências extraescolares. Por assim dizer:

Os jovens oriundos dos meios mais favorecidos não devem ao seu meio somente os hábitos e treinamento diretamente utilizáveis nas tarefas escolares. Eles herdam também saberes e gostos, cuja rentabilidade escolar é maior que um dom somente. Na medida que é necessário ter em mente que os estudantes são o produto

de uma série contínua de seleções segundo o próprio critério de aptidão para o manejo da língua, e que a relação dos estudantes oriundos dos meios menos favorecidos vem compensar a desvantagem inicial que devem à atmosfera cultural do seu meio. Com efeito, o êxito nos estudos literários está muito estreitamente ligado à aptidão para o manejo da língua escolar, que só é uma língua materna para os alunos oriundos das classes cultas. De todos os obstáculos culturais, aqueles que se relacionam com a língua falada do meio familiar são, sem dúvida, os mais graves e os mais insidiosos (BOURDIEU, 1996, p. 46).

Esse destino é continuamente lembrado pela experiência direta das derrotas e dos êxitos dos jovens do seu meio e também, mais indiretamente, pelas apreciações do professor que ao desempenhar o papel de conselheiro leva em conta, a origem social de seus alunos e avalia assim, sem saber ou desejar, os resultados escolares (GIRARD & BASTIDE, 1963). Ao contrário de que acontece com os jovens das classes populares, prejudicados em assimilar a cultura escolar e escrita, os estudantes da classe média devem à sua família não só a motivação e exortação educacional, mas também um hábito de ascensão social e de aspiração ao sucesso na escola e pela escola, que lhes permitem a aquisição de cultura com o aporte seguro de capital financeiro.

Além do mais, a cultura da informática já faz parte da mentalidade dos jovens em virtude da expansão das tecnologias digitais que trazem informações a cada instante com cliques na tela dos aparelhos. Diante dessa realidade, a velocidade de notícias e possibilidades de participar desse espaço cibernético atrai um enorme público juvenil que pode desenvolver habilidades cognitivas, ou vícios em atividades supérfluas. Estas ocorrem com grande frequência, principalmente para tantas pessoas que não usufruem de lazer durante o tempo disponível. Tal é uma das problemáticas de mostrar aos jovens que a leitura, quando bem vivida, prepara o intelecto e amplia as habilidades sociais. Todavia, precisa ser trabalhada cotidianamente para além da obrigação da escola.

Nessas condições, a presença da assistência financeira da família não demanda obrigatoriamente que o capital cultural seja apropriado. Dado que os responsáveis pelos adolescentes podem comprar livros, cartilhas ilustradas ou enciclopédias, contudo não atuam como mediadores que possibilitariam aos filhos utilizar com frequência as coletâneas disponíveis. Porque também não atribuem uma relação de sentido para tal exercício. Por sua vez, os adolescentes não atribuem um valor social a esses dispositivos e não os usufruem em razão de a família não os utilizar. O patrimônio do livro não é cogitado nas práticas do dia a dia dentro de casa, portanto ele é estático. Ao passo que a necessidade de ler só progride enquanto o artefato de leitura tiver um significado simbólico em seu ambiente social extraescolar.

E é nessa problemática que Charlot (2014) adverte a imprescindibilidade da relação do saber da família com os filhos e destes sujeitos para com a leitura, visto que:

Ninguém aprende sem desenvolver uma atividade intelectual; ou seja: quem não estuda, não aprende. Logo, vem a questão do “motivo” desse investimento na atividade, para utilizar a palavra de Leontiev. Qual o sentido dessa atividade para o aluno? Quando não existe nenhum sentido, não há atividade alguma: ninguém faz algo sem nenhum motivo. Mas a situação mais frequente na escola é aquela em que o aluno age por um motivo não relacionado com o próprio saber. No caso extremo, encontra-se o adolescente francês que, um dia, disse: “Na escola, gosto de tudo, fora as aulas e os professores”. No caso comum, acham-se os alunos que estudam para tirar uma boa nota ou ganhar o celular prometido pelo pai. No caso ideal, o aluno estuda porque se interessa pelo conteúdo estudado. Está claro que a eficácia do estudo não é igual em todos esses casos. Leontiev diria que só o último trata de atividade, enquanto os demais são ações nas quais existe um descompasso entre motivo e objetivo. Aprender requer uma atividade intelectual. Só se engaja em uma atividade quem lhe confere um sentido. Quando esse sentido é afastado do resultado visado pela ação de estudar, o engajamento nesta é frágil. Ao contrário,¹⁰¹ quando motivo e objetivo da atividade coincidem, esta faz muito sentido e sente-se prazer ao desenvolvê-la e, ainda mais, ao atingir o objetivo. Atividade, sentido, prazer: esses são os termos da equação pedagógica a ser resolvida (CHARLOT, 2014, p. 93).

Ao mostrar o caminho das pedras, o jovem aprenderá a usar o texto escrito a seu favor, através é claro de suas próprias decisões quando se trabalha continuamente uma aptidão em um indivíduo, a tendência é aperfeiçoar no pensamento do jovem a importância de sempre praticar essa aptidão. Assim acontece quando se quer incitar o gosto da leitura. Entretanto, ainda é preciso difundir o ato de ler como exercício de consciência do estado de ser e estar perante o texto, atentos a todo tipo de mensagem implícita lançada no escrito para então desempenhar uma leitura crítica e construtiva. Os adolescentes cientes de sua posição no mundo poderão através do domínio dos saberes letrados melhorar a realidade objetiva, cada qual, e saberão lidar com mais segurança situações imprevistas que envolvam o conhecimento de mundo, inclusive intervindo nele de modo benéfico e autônomo.

Paulo Freire, renomado educador e filósofo, descreve em uma de suas palestras que a leitura antes de mais nada deve ser um ato de reflexão da própria existência em sociedade. Além disso, precisa ser um exercício que possibilite progredir em atos, pensamentos e falas.

Aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade. Adernais, a aprendizagem da leitura e a alfabetização são atos de educação e educação é um ato fundamentalmente político. [...] Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. Ao ensaiar escrever sobre a importância do ato de ler, eu me senti levado - e até gostosamente - a "reler" (FREIRE, 1982, p.5).

Por isso, a estima social pelo estudo pode progredir bem mais com a condição de que a juventude tenha uma figura de referência que a eduque a apreciar leitura como um benefício como bem enfatiza Freire (1982, p. 5) em seu relato pessoal:

‘Continuando neste esforço de “re-ler” momentos fundamentais de experiências de minha infância, de minha adolescência, de minha mocidade, em que a compreensão crítica da importância do ato de ler se veio em mim constituindo através de sua prática, retomo o tempo em que, como aluno do chamado curso ginasial, me experimentei na percepção crítica dos textos que lia em classe, com a colaboração, até hoje recordada, do meu então professor de língua portuguesa’.

Nesse direcionamento, a leitura precisa estar sempre em pauta e cada vez mais em destaque na pesquisa acadêmica do Brasil, ainda tão desdenhada. No nosso país, de casa à praça precisa-se de uma rede de suporte aliada a esse objetivo. Dos pais, aos professores, à política estatal e quem mais quiser se unir a esse projeto de educação. Podemos fazer bem mais, mas deve-se a partir de casa à mudança estrutural da instituição da escola. Esta não mais como reprodutora de desigualdades sociais, mas produtora de relações de saberes fecundos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, D. J. (2020). Notas para o estudo do trabalho industrial urbano: O princípio educativo da “Escola para todos” a partir da modernidade. **Revista Trabalho Necessário**. 18(35), 38-60.

AZEVEDO, F. et al. **Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, v. 122, 2010.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. Dos habitus de classe aos patrimônios individuais de disposições: reflexões sobre a prática em Pierre Bourdieu e Bernard Lahire. **Sociologias**. vol.18 no.42. Porto Alegre. mai/ago 2016.

ARAUJO, Elaine Vasquez F. de; VILLAÇA, Márcio Luiz C. Leitura Digital: Desafios e Perspectivas de Textos em Suportes On-line. **Revista Philologus**, v.64, p.133 2018.

ARNOT, Madeleine. Sociologia da Pedagogia de Basil Bernstein. Diálogos Femininos e Elaboraões Feministas. **Educação, Sociedade & Culturas**, nº19, 2003, 7-48.

AVELINO, W. F.; MENDES, J. G. A Realidade da Educação Brasileira a Partir da Covid-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 2, n. 5, p. 56–62, 2020.

BARTON, D.; LEE, C. **Linguagem online**: textos e práticas digitais. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BERGER, Peter L. **A construção da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento por Peter L. Berger e Thomas Luckmann. 36. ed.; tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, vozes, 2014.

BERNSTEIN, Basil. **A Estruturação do Discurso Pedagógico**: Classe, Código e Controle. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Luís Fernando Gonçalves Pereira. Petrópolis-RJ: Vozes, 1990.

BERNSTEIN, B. **Class, codes and control**: The structuring of pedagogic discourse. Londres: Routledge. 1990. v.4

BIESDORF, Rosane Kloh. O papel da educação formal e informal: educação na escola e na sociedade. **Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia do Campus Jataí**, v.1, nº10, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rir.v1i10.1148>. Acesso em 14 de fevereiro de 2022.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Tradução de Mateus S. Soares. 3º edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural. In: CHARTIER, Roger. **Práticas de leitura**. Tradução: Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação liberdade, 1996. p. 229-259.

BOURDIEU, Pierre. **Leçon sur la leçon**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1982. Revista Educação Biblioteca do Professor, n.5, Bourdieu pensa a educação, s/d.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. **Los herdeiros: los estudiantes y la cultura**. 2º ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 7º edição. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **Nobert Elias**: Formação, educação e emoções no processo de civilização. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRUCE, B. C. *Literacy technologies: what stance should we take?* **Journal of Literacy Research**, v. 29, n. 2, p. 289-309, 1997.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Modos de educação, gênero e relações escola-família. **Cadernos de Pesquisa**, v.34, nº121, p.41-58, jan./abr. 2004.

CHARLOT, Bernard. **Juventudes Sergipanas**. Aracaju: J. ANDRADE, 2006.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas** [livro eletrônico] 1 edição. São Paulo: Cortez, 2014.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Conversações com Jean Lebrun. Tradução: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial/Ed.UNESP, 1998.

CHARTIER, Roger. **Práticas de Leitura**. Tradução: Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CRESWELL JW, Plano Clark VL. **Pesquisa de métodos mistos**. 2ª ed. Porto Alegre (RS): Penso; 2013.

CRESWELL JW. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3ª ed. Porto Alegre (RS): Artmed, 2010.

DURKHEIM, É. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: M. Fontes, 1996.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

ELIAS, N. **Escritos e ensaios. Estado, processo, opinião pública**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ENTREVISTA com o prof. Bernard Lahire. Olhares, **Guarulhos**, v. 1, n. 2, p. 120-128, Novembro, 2013.

FAILLA, Zoara (Org). **Retratos da leitura no Brasil**. 1º edição. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

FAILLA, Zoara (Org). **Retratos da leitura no Brasil**. 1º edição. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

FERREIRA, Rosilda Arruda. Sociologia da Educação: Uma Análise de suas Origens e Desenvolvimento a Partir de um Enfoque da Sociologia do Conhecimento. **Revista Lusófona de Educação**, v.7, p.105-120, 2006.

FISCHER, Steven Roger (Tradução de Claudia Freire). **História da Leitura**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 13ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Editora Cortez, 1982.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GÓMEZ, Antônio Castillo; SÁEZ, Carlos. Paleografia versus Alfabetização. Reflexões sobre História Social da Cultura Escrita. **Labor Histórico**, Rio de Janeiro, p.164-187, jan/jun. 2016.

GUITTON, Jean. Tradução: Lucas Félix. **O trabalho intelectual**. Campinas, 2018.

INEP. Resultados do Censo Escolar 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/ideb/resultados> . Acesso em 15 de julho de 2022.

JUNIOR, Luiz Carlos Guieseler; PEREIRA, José Henrique Cesário; VENERAL, Débora Cristina. (Orgs). **Teorias da Constituição e do Estado e Direitos e garantias fundamentais**. Curitiba: Inter Saberes, 2014.

KEMP, Kênia. Identidade Cultural. In: Guerriero, Silas (org). **Antropos e Psiquê: o outro e a subjetividade**. São Paulo: Olho d'Água, 2001.

KONINGS, Johan. **A Bíblia, sua origem e sua leitura**. 8ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

KRAWCZYK, Nora (Org). **Sociologia do ensino médio: crítica ao economicismo na política educacional**. São Paulo: Cortez, 2014.

LAFARGE, C.; SEGRÉ, M. **Sociologia da leitura**. Trad. de Mauro Gama. Cotia: Ateliê Editorial, 2017. (Título original: *Sociologie de La Lecture*).

LAHIRE, Bernard. **Disposições e variações individuais**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

LAHIRE, B. **Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável**. São Paulo: Ática, 1997.

LAHIRE, Bernard. Tradução: Pascoal Carvalho: A transmissão familiar da ordem desigual das coisas. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Vol. XXI, 2011, pág.13-22

_____. Dans les plis singuliers du social: individus, institutions, socialisations. Paris: La Découverte, 2013.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN Regina. **A formação da leitura no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Unesp, 2019.

LE GOAZIOU, V. (2006). Lektors précaires: Des jeunes exclus de la lecture? Paris: L' Harmattan.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MACHADO, Pedro Henrique Barboza. Prolongamentos críticos a Pierre Bourdieu: a Sociologia “à escala individual” de Bernard Lahire. **Rev. Sociologias Plurais**, v. 5, n. 1, p. 193-220, jul. 2019.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. 19.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1995.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Martins. **Bourdieu e a Educação**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

NOGUEIRA, Maria Alice Nogueira; CATANI, Afrânio. (Orgs.). **Pierre Bourdieu. Escritos em Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

NUCCI, Eliane Porto di. O letramento escolar de jovens do ensino médio. **Psicol. esc. e Educ.** v.7 n.2 Campinas dez. 2003.

PAVÃO, Andréa. Práticas de leitura e escrita na escola Carmim: vivência ou experiência? Autonomia ou automação? In: KRAMER, Sonia; OSWALD, Maria (org.). **Didática da linguagem**: ensinar a ensinar ou ler e escrever? Campinas, SP: Papirus, 2001.

PONTES, M. M. (2016). A produção social da escrita literária em Raymond

Williams. *OPSIS*, 16(2), 468-471. Recuperado de <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/36899>

REIS, T. S. **Avaliação de um programa suplementar para o ensino de leitura e escrita aplicado em ambiente escolar**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

SAGRILO, Simone Gonzales. Estética da recepção e sociologia da leitura – uma obra, vários olhares. In: CELLI – COLÓQUIO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS. 3, 2007, Maringá. **Anais...** Maringá, 2009, p. 1004-1013.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: **Revista Brasileira de Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>>. Acesso em: 10 de julho de 2022.

SILVA, Rosimeire Gomes Paz da. A LEITURA E A ESCRITA COMO CONSTRUTORES DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. In: **Anais Educação e Formação Continuada na Contemporaneidade**. Anais. Natal (RN) Evento on-line - Amplamente Cursos, 2019.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 17. ed. São Paulo. Ática, 2002.

SOBRAL, Fernanda. (2013), “A educação na pós-graduação em sociologia: um objeto escondido? ”. **Estudos Sociais [online]**, 1 (19)

TEIXEIRA, João de Fernandes. **Por que estudar filosofia?** São Paulo: Paulus, 2016.

THIOLLENT, M. J. M. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. São Paulo: Editora Polis LTDA, 1987.

VISSER, Ricardo; JUNQUEIRA Lília (Orgs.). **Dossiê Bernard Lahire**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

WILLIAMS, Raymond. **A produção social da escrita**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

ZILBERMAN, R. **Fim dos livros, fim dos leitores?** São Paulo: Senac, 2000.

ANEXOS

Anexo 1 – Questionário socioeconômico com os alunos

- a) Nome:
- b) Data de nascimento
- c) Sexo: () M () F
- d) Cor:
- e) Religião:
- f) Cidade de origem:

1) Com que idade você começou a frequentar a escola?

() 0 a 3 anos

() 3 a 5 anos

() 6 a 7 anos

() Depois dos sete anos

2) Em qual escola (ou quais escolas) você estudou no ensino fundamental do 6º ao 9º ano?

3) Em qual escola (ou quais escolas) você estudou no ensino médio?

4) Você já reprovou no ensino médio?

5) Com quem você mora?

6) Em que bairro da Grande Aracaju você mora?

7) O que seu pai faz (no caso de não possuir pai ou não viver com ele, alguém que você considera que o substitua – um tio, o avô, um irmão mais velho: especifique)?

8) O que sua mãe faz (no caso de não possuir mãe ou não viver com ela, alguém que você considera que a substitua – uma tia, avó, irmã)?

9) Qual é a renda da sua família?

() abaixo de R\$ 450

() de R\$ 450 à R\$ 1.000

() de R\$ 1.000 à R\$ 2.000

() de R\$ 2.000 à R\$ 4.000

() de R\$ 4.000 à R\$ 7.000

10) Qual a escolarização de seu pai?

() Ensino fundamental incompleto

() Ensino médio incompleto

() Ensino médio completo

() Ensino superior incompleto

() Ensino superior completo

Curso:

Universidade:

11)Qual a escolarização de sua mãe?

☐ Ensino fundamental incompleto

☐ Ensino médio incompleto

☐ Ensino médio completo

☐ Ensino superior incompleto

☐ Ensino superior completo

Curso:

Universidade:

12)Qual é a sua religião?

☐ Católica

☐ Protestante

☐ Afro-brasileira

☐ Espírita

☐ Outra _____

13)Você tem irmãos? Qual a idade deles e em quais escolas (e faculdades) estudam ou estudaram?

14)Você gosta de ler?

15)Descreva os tipos de textos que você lê (história em quadrinhos, revista, jornais, livros, textos impressos da internet, etc.):

16)Você já foi a uma biblioteca? Se já quando foi sua primeira vez?

17)Você tem livros em casa?

18)Qual foi o último livro que você leu?

19)Sabe dizer quantos livros já leu na vida?

20)Lê os livros didáticos da escola só para fazer tarefas ou de maneira curiosa/espontânea?

21)Consegue compreender todos os textos do livro didático?

22)Quantas horas por dia, além daquelas dedicadas à escola e aos cursos, você estuda?

- () nenhuma
- () 0 a 1 hora
- () 1 a 2 horas
- () 2 a 4 horas
- () acima de 4 horas

23)Você está matriculado em algum cursinho pré-vestibular?

24)Qual o curso superior que você pretende fazer?

25)Como você se vê daqui a 5 anos?

Você poderia relatar um pouco a história da sua família?

Gostaria que você falasse um pouco sobre como foi sua experiência com a escola e os estudos. (Você estudou em quais colégios?)

Gostava de ler? Se sim, o que lia (livros, jornais, folhetins, contos, histórias em quadrinhos...?)

Você acha que a leitura fez você melhorar de vida, no conhecimento ou financeiramente?

Quando você começou a trabalhar? Por quais empregos você já passou?

O que você gosta de fazer nas horas livres?

O que acha da política? Você tem algum posicionamento político?

Escolarização dos filhos

Você lia para seus filhos com frequência quando eles eram pequenos?

Se sim, o que costumava ler para eles?

Quem era o responsável por ajudar seu filho a fazer a lição de casa quando pequeno?

Quando seu filho era criança ele gostava de ler?

Atualmente, você sabe o que o seu filho vê na internet?

Que tipo de educação a escola deve oferecer hoje?

Anexo 3 - Roteiro de entrevista com os professores

1). Gostaria que você falasse um pouco sobre como foi sua formação acadêmica:

Ensino Médio

Graduação

Pós-graduação

2). Qual o papel da leitura na sua vida privada?

3) Qual o último livro que leu?

4). Quais são os principais desafios para ensinar alunos de escola pública?

5) Como é a sua relação com os alunos? Como se tratam?

6). Para você seus alunos escrevem e leem adequadamente?

7). Você pratica a leitura de textos com frequência com seus alunos?

8). Faz leitura compartilhada com eles ou lê mais as questões que devem ser resolvidas?

9). Propõem atividades somente do livro didático ou procura outras fontes de informação?

10) O que te desmotiva em sala de aula?

Anexo 4 – Entrevista com o (a) gestor (a) da instituição

Qual a sua formação acadêmica?

Qual a importância da leitura da vida escolar dos alunos?

Existe algum projeto específico para leitura no Projeto Político Pedagógico?

Você vê interesse por parte dos professores em promover gincanas ou eventos culturais com foco no desenvolvimento escrito ou de leitura das classes?

A escolha dos livros didáticos tem intervenção do colégio Dom Luciano ou já são enviados por seleção da secretaria da Educação?

Quais os principais motivos de repetência?

O que a equipe gestora tem feito para acompanhar essa situação
